



ORGANIZADORAS:

Francisca Ferreira Michelon
Maria Leticia Mazzucchi Ferreira

memória & esquecimento

Memória e Esquecimento

Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

Francisca Ferreira Michelin

| Organizadoras |

Memória e Esquecimento

Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

Francisca Ferreira Michelin

| Organizadoras |





Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Prof. Dr. Antonio Cesar Gonçalves Borges
Vice-Reitor: Prof. Manoel Luiz Brenner de Moraes
Pró-Reitor de Extensão e Cultura: Prof. Dr. Luiz Ernani Gonçalves Ávila
Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dra. Eliana Póvoas Brito
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr. Manoel de Souza Maia
Pró-Reitor Administrativo: Eng. Francisco Carlos Gomes Luzzardi
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Prof. Ms. Élio Paulo Zonta
Pró-Reitor de Recursos Humanos: Admin. Roberta Trierweiler
Pró-Reitor de Infra-Estrutura: Mario Renato Cardoso Amaral
Pró-Reitoria de Assistência Estudantil: Assist. Social Carmen de Fátima de Mattos do Nascimento

Conselho Editorial

Prof.^a. Dr.^a. Carla Rodrigues (FaE)
Prof. Dr. Carlos Eduardo Wayne Nogueira (VET)
Prof.^a. Dr.^a. Maria Cristina Rosa (FaE)
Prof. Dr. José Estevan Gaya (IAD)
Prof.^a. Dr.^a. Flávia Fontana Fernandes (AGRO)
Prof. Dr. Luis Alberto Brettas (IFM)



**Editora e Gráfica Universitária
PREC - UFPEL**

R Lobo da Costa, 447
Pelotas, RS – CEP 96010-150
Fone/fax: (53)3227 8411 - e-mail:
editora@ufpel.edu.br

Prof.^a. Dr.^a. Francisca Ferreira Michelon (IAD)
Prof. Dr. Vitor Hugo Borba Manzke (CAVG)
Prof.^a. Dr.^a. Luciane Prado Kantorski (FEO)
Prof. Dr. Volmar Geraldo da Silva Nunes (ESEF)
Prof.^a. Dr.^a. Vera Lúcia Bobrowsky (IB)
Prof. Dr. William Silva Barros (IF)
Diretor da Editora e Gráfica Universitária:
Carlos Gilberto Costa da Silva
Gerência Operacional : João Henrique Bordin

CAPA E EDITORAÇÃO :
Távola Design – Paulo Faber e Eduardo Roxo

Dados de catalogação na Publicação (CIP) Internacional
Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901
Biblioteca de Ciência & Tecnologia - UFPEL

M533 **Memória e esquecimento [recurso eletrônico] / orgs.**
 Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, Francisca Ferreira Michelon. -
 Pelotas : Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012.
 178p. : fots. color. (e-book)
 Disponível também: <<http://www.ufpel.edu.br/ich/ppgmp/>>
 ISBN: 978-85-7192-873-2

 1. Memória. 2. Patrimônio. 3. Esquecimento. 4. Imagem. I. Ferreira,
 Maria Letícia Mazzucchi. II. Michelon, Francisca Ferreira.
 III. Título.

CDD: 069.7

Sumário

Apresentação

Maria Letícia Mazzucchi Ferreira _____ 6

La mémoire, la perte et le doute

Joël Candau _____ 14

Memorial da Resistência de São Paulo: uma perspectiva museológica processual

Kátia Regina Felipini Neves _____ 35

Universidad Pública y memoria

Claudio Guevara _____ 67

A construção da vocação: memórias e patrimônios em Angra dos Reis, RJ

Aline Vieira de Carvalho _____ 98

Los orígenes de la fotografía antropológica en el Caribe: memoria y olvido

Gabino La Rosa Corzo y Lourdes S. Domínguez ____ 127

Antimonumentos: a memória possível após as catástrofes

Márcio Seligmann-Silva _____ 141

Apresentação

Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

O livro eletrônico que ora apresentamos constitui-se de textos de conferências e mesas-redondas apresentadas durante o V Seminário Internacional em Memória e Patrimônio (SIMP), realizado pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, entre os dias 5 a 7 de outubro de 2011, na cidade de Pelotas.

O tema que articulou o Seminário foi o da *Memória e esquecimento*, exposto através de diferentes abordagens e áreas do conhecimento. O esquecimento passou a ser objeto das preocupações contemporâneas a partir de algumas reflexões teóricas relacionadas, sobretudo com o Holocausto e a memória. Esse tema vem aflorando no cenário mundial através de diversas expressões que vão desde a reflexão teórica associando dados das Neurociências e Ciências Sociais e Humanas, passando pela crescente presença de sinais da busca pela recuperação do esquecido nos centros urbanos (monumentos, memoriais, museus, parques, etc.), surgimento de arquivos e aberturas de outros cuja documentação se refere a processos traumáticos como repressão, tortura e violência de Estado.

O V SIMP buscou, através de conferências, mesas-redondas e seminários temáticos, propor uma reflexão sobre o

esquecimento como um fenômeno social e cultural, buscando entender suas diferentes manifestações e lugares nas sociedades contemporâneas; analisar as formas de esquecimento sob o ponto de vista do sujeito e de sociedades, refletindo sobre as diferentes formas e estratégias usadas pelos grupos sociais para neutralizar, encobrir ou mesmo suportar o passado; compreender as situações contemporâneas de saturação memorial (no sentido de um excessivo peso do passado); conhecer algumas políticas de memória e esquecimento no Brasil contemporâneo; analisar o papel que cumprem os memoriais e museus de memória no Brasil, América Latina e Europa, buscando entender como esses lugares se transformam também em formas de expressões de busca pela justiça e direito ao passado; conhecer, através de casos como as escavações de lugares da escravidão e locais de enterramento clandestino de presos políticos dos regimes militares, o lugar do conhecimento e prática arqueológica como instrumento de desvelamento do esquecido.

Os textos compilados nesse livro constituem uma parte do que foi apresentado e debatido nesse Seminário e apresentam como fio condutor a discussão sobre os mecanismos contemporâneos de evitação do esquecimento, os dispositivos engendrados para impedir a ação corrosiva do tempo sobre a emoção e sentido dos fatos, a redescoberta, como um desvelamento, de formas sutis de manter no “esquecido social”, expressão cunhada por Michel Pollak, aqueles que não se integravam ao mundo possível.

Temos assim o texto da conferência de abertura proferida pelo antropólogo Joël Candau, da Universidade de Nice, França. Sob o provocativo título “A memória, a perda e a dúvida”¹, buscou Joël Candau traçar uma linha vermelha que percorre os tempos mnemotrópicos contemporâneos, a compulsão quase obsessiva pelo controle da memória, compulsão essa que nos leva a tudo querer preservar, e nada perder. É dessa perda que se constitui a memória individual pelos descartes e supressões, e que é a própria matéria do movimento em busca dos traços, vestígios, ruínas. É nessa perda-esquecimento que construímos nossa memória compartilhada, pois mais nos esquecemos do que propriamente lembramos.

Essa intolerância à perda seria então, de acordo Joël Candau, movida pela intolerância à dúvida, a nada perder, ao desenvolvimento de inúmeros dispositivos de controle e vigilância. Não há espaço para dúvidas, não há espaço para o esquecimento, sob pena de perder o passado e com isso o futuro.

À essa conferência de abertura seguiram duas mesas-redondas que tinham por objetivo discutir memória e esquecimento em relação a aparelhos culturais como museus e universidades, e o enquadramento desse binômio dentro do campo da cultura material e do fazer arqueológico.

No que se refere ao primeiro conjunto de discussões, temos o texto de Katia Felipini abordando a construção que

¹ *La mémoire, la perte et le doute.*

vem sendo feita do processo museológico do Memorial da Resistência em São Paulo. Instalado no prédio que sediou o Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS/SP), local de sofrimento por ter abrigado práticas de tortura, encarceramento político e violação de Direitos Humanos durante o último regime militar no Brasil.

O desafio de instituir nesse lugar da tortura e do esquecimento um discurso que não temendo incidir sobre esses temas, não incorra em vitimizações e constante invocação da dor, tem sido constante no museu, que busca, como forma de manter a coerência do porque e para quem lembrar trazer os antigos encarcerados ou todos os que viveram a violência do Estado e a discriminação no interior da sociedade, para que construam propostas expográficas em conjunto.

O direito à memória, nesses casos, é verdadeiramente um direito à vida, pois retirar alguém do anonimato é trazê-lo à luz da lembrança, corporificá-lo em um sujeito ativo, cidadão, com uma trajetória marcada pela interrupção. É isso, ou melhor, contra isso que, conforme nos apresenta Claudio Guevara, algumas ações estão sendo implementadas na Facultad de Filosofia y Letras da Universidad de Buenos Aires. Representando um movimento de resistência à Ditadura Militar implantada em 1976, a Facultad de Filosofia y Letras apresentou a dramática cifra de mais de 400 desaparecidos de seu quadro de estudantes, professores e pessoal técnico.

Vários trabalhos de investigação permitiram recuperar informações institucionais sobre esses desaparecidos e dessa

forma se foi organizando um conjunto de dados que possibilitam recuperar os traços deixados por essas pessoas no ambiente institucional (fichas pessoais, provas, boletins, etc.) e devolvê-los, no gesto simbólico da restituição, aos familiares.

Igualmente dentro do que Claudio Guevara afirma como papéis fundamentais da Universidade Pública, é trazida a experiência do Museu de Tilcara, na província de Jujuy, norte da Argentina. Nesse local, o passado das ocupações humanas anteriores à conquista espanhola se fez traduzir pelas prospecções arqueológicas do século XIX, excluindo o nativo de seu direito ao passado. O museu busca então reconfigurar essa relação de poder entre o saber instituído e a comunidade, buscando abrir-se aos atores locais como sujeitos e artífices de seu passado.

No segundo grupo de discussões temos o texto de Aline Carvalho denominado “A construção da vocação: memórias e patrimônios em Angra dos Reis, RJ” que busca, a partir do estudo de Angra dos Reis, compreender os mecanismos envolvidos na criação de vocações para as cidades. Analisa matérias divulgadas sobre a cidade na *Revista Quatro Rodas* da Editora Abril, importante meio de construção e difusão de imaginários sobre locais de aventura, exóticos, paradisíacos. É no interior desse discurso fundado sobre a ideia de paraíso ambiental, que um modelo de Angra dos Reis foi sendo moldado e difundido. Em contraposição a isso, naquilo que se caracterizaria como uma dobra do espaço, está a cidade com seu patrimônio colonial,

obscurecida pelo chamado patrimônio ambiental e seus apelos a um turismo de massa.

Memória e esquecimento, longe de ser um par antagônico, vai se mostrando como complementar, considerando os discursos que ora iluminam, ora encobrem, ora o passado é passado, ora o passado é valor.

O texto de Gabino Corzo e Lourdes Domínguez denominado “*Los orígenes de la fotografía antropológica en el Caribe: memoria y olvido*” tem o poder de propor um desvelamento, um novo olhar sobre o conjunto de ilustrações e fotografias que acompanham o documento *Antropología y Patología comparadas de los negros esclavos*, acompanhado de ilustrações e fotos de escravos africanos, apresentado à Academia de Ciências Médicas, Físicas e Naturais de Havana, em 1876. Esse documento, depois de ter sido lançado ao esquecimento, foi reencontrado nos começos do século XX, em uma edição lançada com fotografias e comentários de Henry Dumont, como uma espécie de inauguração da fotografia etnográfica em Cuba.

A análise das imagens feitas pelo fotógrafo, sob comando de Dumont, vai revelando um universo cultural profundamente marcado por uma difícil alteridade construída dentro de um universo marcado pela escravidão. Ao mesmo tempo, os gestos corporais são códigos que só foram possíveis de ser interpretados com o conhecimento antropológico, histórico e arqueológico sobre esses atores sociais. Pretende-se retirar do esquecimento as fotografias de Mestre e de Dumont, que por sua recuperam do anonimato e

mostram, pela lente do fotógrafo, aquilo que durante muito tempo foi negado ao olhar: os africanos em seu desterro.

Essa coletânea de reflexões é concluída com a conferência de encerramento ministrada por Marcio Seligmann-Silva, intitulada “Antimonumentos: a memória possível após as catástrofes”. Nesse texto o autor apresenta, tendo em base as formas contemporâneas de seleção entre o que lembrar e o que esquecer, os significados que assumem os antimonumentos como contraposição aos monumentos tradicionais, esses marcadores de memórias a serem evocados, ainda que possamos questionar se mais do que evocadores invisíveis urbanos, eles próprios prisioneiros de um passado que os congela e retém.

A expressão ou a impossível expressão do sofrimento, advindo das experiências concentracionárias da Shoah, induziram a essa expressão criativa do antimonumento que congrega consigo a tradição do monumento com a da comemoração fúnebre. Desse modo, o sentido heroico do monumento é totalmente modificado e deslocado para um local de lembrança (na chave da admoestação) da violência e de homenagem aos mortos. Os antimonumentos, na medida em que se voltam aos mortos, injetam uma nova visão da história na cena da comemoração pública e, ao mesmo tempo, restituem práticas antiquíssimas de comemoração e rituais de culto aos mortos.

Reunindo poética visual e forte conteúdo memorial, as obras analisadas por Seligmann-Silva apresentam, como traço comum, o convite à reflexão não passiva, nem acomodada,

daquilo que se esconde por detrás de camadas de tempo e memórias. Obras como a de Jochen Gerz em Hamburgo, a coluna inscrita que afundando sai de nossa visão, mas permanece latente como memória subterrânea; passando pelas projeções fotográficas de Shimon Attie, que sobrepõe tempos, mortos e traços no mesmo plano; e pelas fotografias de Marcelo Brodsky, inspiradoras da Série Ausências, apresentadas neste Seminário por Gustavo Germano, arrebatam e perturbam não tanto pelo que mostram, mas sim pelo que escondem.

As imagens projetadas por Attie no antigo bairro judeu de Berlim parecem trazer em si toda essa expressão contemporânea de “dar a ver” o que por tanto tempo e de várias formas se tentou não olhar: no mesmo plano em que se vê a ruína, o vazio e o esquecimento, uma luz escancara imagens de comércios, adolescentes brincando, pessoas e sonhos interceptados pela barbárie.

Concluir só é possível com a frase de Jorge Luis Borges que emoldurou nosso evento: *Solo una cosa no hay. Es el olvido.*

La mémoire, la perte et le doute

Joël Candau

« Toute chose représente la substance de sa perte », constate avec une certaine amertume Lambert Strether, le personnage principal du grand roman d'Henry James, *Les Ambassadeurs* (2010, p. 471). La Perte est une donnée anthropologique universelle : dès sa naissance, sans rémission possible et sans espoir de l'apprivoiser, tout être humain en fait sa compagne obligée, abandonnant successivement sa jeunesse, sa santé, ses amis, ses parents, ses amours, ses illusions et ambitions avant de se perdre soi-même et d'être à son tour oublié. Bref, la Perte est inhérente à la vie même et si j'étais venu de France simplement pour rappeler cette trivialité, vous auriez de bonnes raisons de m'en vouloir !

Voilà pourquoi je vais tenter d'avancer dans la réflexion en mettant en relation deux phénomènes a priori distincts mais qui, une fois réunis, me semblent caractériser le rapport à la Perte des sociétés contemporaines. Parmi ces deux phénomènes, l'un est largement commenté dans la littérature consacrée à l'anthropologie de la mémoire. Il s'agit de ce que j'ai moi-même appelé le mnémotropisme ambiant ou, pour reprendre une formule de Xavier Grall (1977), de ce désir contemporain d'« entrer en religion au couvent du passé ». Il est généralement interprété comme une quête d'enracinement ou de ressourcement identitaire, comme j'ai été enclin à le

faire au début de mes travaux. Le mnémotropisme est alors considéré comme une réponse à des identités souffrantes et chancelantes qui, comme l'a suggéré Nicole Lapierre (1989, p. 6), viendrait « lester d'un passé repérable un devenir incertain ». Aujourd'hui, je vais porter un regard différent sur ce phénomène, en le considérant moins dans sa fonction identitaire, fort bien documentée en sciences sociales, que dans ce qu'il révèle d'une compulsion de contrôle absolu de la mémoire (une sorte de « total recall », pourrait-on dire), sous ses deux facettes des souvenirs et de l'oubli. Du rapprochement de ce premier phénomène avec un second, tout aussi massif - l'intolérance grandissante des sociétés contemporaines à l'égard du doute – je risquerai quelques considérations sur le rapport que nous entretenons aujourd'hui avec le temps.

Dans les deux premières parties de mon intervention, je décrirai les formes sous lesquelles se manifestent ces deux phénomènes. Dans la troisième partie, conclusive, je montrerai en quoi ils sont liés et pourquoi ils sont révélateurs de notre soumission croissante à une idéologie du temps réel, symptomatique de notre incapacité à, comme dirait Don Quixote, « *dar tiempo al tiempo ; que no se ganó Zamora en un hora* ». Cet engluement dans l'immédiateté, qui a une signification morale, interdit la prise de distance qui permet de faire le tri et, par ce fait même, nous enferme dans l'obsession aussi vaine qu'illusoire que nous pourrions empêcher la Perte constitutive de nos existences.

Le mnémotropisme contemporain ou la compulsion de contrôle absolu de la mémoire

La manière dont groupes et individus affrontent la Perte nous renseigne toujours sur le jeu de la mémoire et de l'identité à l'intérieur de la société considérée, en particulier lorsqu'il s'agit des héritages du passé. Si, aujourd'hui, le discours métamémoriel verse si facilement dans le registre de la déploration – celle de la Perte -, cela tient, au moins pour une part, à un effet de perspective. En effet, nous voulons désormais tout embrasser de notre passé et par ce fait même nous prêtons davantage attention qu'autrefois à ce qui est perdu.

Dans le registre de la mémoire individuelle, on ne compte plus les ouvrages, jeux, logiciels, stages, etc. qui prétendent améliorer notre mémoire ou, au moins, la préserver. La mnémotechnie est vantée par des chercheurs réputés (je pense à l'ouvrage récent, *Mnemonology*, de WORTHEN ; HUNT, 2010) et dans les laboratoires on traque les molécules qui, au niveau neuronal, pourraient mettre fin aux pertes de mémoire. Par exemple, dans un article publié en juillet 2010 dans la revue *Cell*, des chercheurs de l'Université du Texas Southwestern Medical Center (PIEPER et al., 2010 ; voir aussi WANG et al., 2011) font état de la découverte d'une molécule, l'aminopropyl carbazole (surnommée P7C3), supposée prévenir ces pertes de mémoire qui, on le sait, motivent la majorité des plaintes mnésiques des personnes âgées.

Quand on passe au registre de la « mémoire collective », ce souci de ne rien laisser perdre se manifeste dans l'extraordinaire extériorisation et expansion de la mémoire telles qu'elles se donnent à voir dans la prolifération des traces. Il y a là une sorte de *syndrome du Petit Poucet*. Comme le célèbre personnage du conte, individus et groupes ont aujourd'hui une forte propension à fabriquer et laisser des traces et, surtout, ils consacrent d'immenses efforts pour les conserver toutes sous la forme d'empreintes, de reliques, de vestiges, de ruines, d'archives et d'objets plus ou moins envahissants, symptomatiques des « patrimoines en folie » (JEUDY, 1990) et d'innombrables rétromanies et muséomanies.

Bref, « notre société ne craint plus d'être submergée par le passé, mais de le perdre », remarque Antoine Prost (1996). Edouard Pommier va dans le même sens quand il observe que le « gonflement hypertrophique de la fonction de mémoire » a « déversé dans les musées des torrents d'objets dont la présentation ne peut que susciter l'ennui ou le vertige » en l'absence de critères de sélection draconiens. Mais ces critères, ajoute-t-il, sont « contraires à l'esprit d'une culture paralysée par la peur malade de choisir » (1991, p. 147). Pourquoi cette peur ? Parce que le choix implique l'abandon voire la destruction, qui sont des modalités de la Perte. « Jeter devient impossible. Détruire, plus encore », observe Prost (1996, p. 301-302). Il faut alors tout « conserver », sans hiérarchie ni discernement.

Pourtant, il n'y a évidemment pas de mémoire sans oubli. Sans lui, notre mémoire serait l'équivalent de la carte borgésienne dont l'ambition est de ne rien laisser échapper du territoire, ce qui est logiquement impossible. En effet, si nous étions capables à chaque instant d'avoir en mémoire tout notre passé, nous serions du même coup incapables de vivre le présent. « Penser c'est oublier des différences, c'est généraliser, c'est abstraire », a écrit Borges (1983, p. 118), et une voie possible de l'abstraction est l'élimination. Apprendre, dit d'ailleurs le neurobiologiste Jean-Pierre Changeux, c'est éliminer, c'est-à-dire accepter de perdre (1983, p. 304).

Souligner le lien entre la mémoire et la Perte (i.e. l'oubli) n'est d'ailleurs pas original. On peut définir la mémoire comme l'ensemble des traces discontinues d'un passé plus ou moins lointain que nous reconfigurons au présent immédiat pour nous projeter vers un futur (BAR, 2011) plus ou moins proche. Cette discontinuité implique l'oubli. L'excellent ouvrage *Forgetting*, publié l'année dernière sous la direction de Sergio Della Sala, professeur de « *Human Cognitive Neuroscience* » à l'Université d'Edinburgh (2010), rappelle que mémoire et oubli sont enchevêtrés de manière inextricable. Chacun sait que la mémoire est limitée, sélective, oublieuse et déclinante.

Elle est limitée, en ce sens que nous sommes incapables de retenir tout ce dont nous faisons l'expérience, et cela semble nécessaire car les individus à même de supporter d'immenses surcharges mémorielles sont souvent incapables de donner du sens aux informations acquises : celles-ci sont alors *présentées* mais rarement *représentées*. Les individus

doués d'une mémoire prodigieuse sont alors aussi handicapés que Solomon Shereshevsky, le célèbre patient du psychologue Alexander Romanovich Luria (1995) ou que le Funes de Borges (1983), tous deux encombrés par des informations sans aucun intérêt qu'ils sont incapables d'interpréter ou d'oublier. On est proche dans ce cas de la situation *d'information overload*, symptôme de plus en plus fréquent dans les sociétés modernes.

La mémoire est sélective, en ce sens que nous retenons plus facilement certaines informations que d'autres, ce que Susan Blackmore (1999, p. 55) appelle la « mémorabilité » des informations. Indubitablement, certaines d'entre elles sont plus aisément que d'autres transmises, mémorisées, partagées puis stabilisées au sein d'un groupe d'individus. Elles semblent devoir cette propriété au fait d'entrer en résonance avec des structures innées de l'esprit-cerveau. Ainsi, quand une œuvre musicale nous est transmise, nous la mémorisons mieux si elle est mélodieuse que s'il s'agit d'un morceau de musique concrète. Ce qui vaut pour les formes musicales vaut également lors de la transmission de certaines formes narratives. Nous gardons plus commodément en mémoire le récit du Petit Chaperon rouge, observe Dan Sperber, que celui des cours de la veille à la Bourse, ce qui donne au premier une probabilité plus grande de devenir « un objet culturel durable » : 1996, p. 88). De même, « les espèces de la biologie populaire, note Scott Atran (2003, p. 124) sont bien structurées, attirent l'attention, sont mémorables et facilement transmissibles d'esprit à

esprit ». Comme les groupes totémiques, elles sont ainsi de bons exemplaires de choses « bonnes à penser » (LEVI-STRAUSS, 1962) et, ajouterai-je, bonnes à mémoriser.

La mémoire est oublieuse, car à tout instant nous supprimons des informations qui sont passées fugitivement dans notre mémoire à court terme et dont nous n'avons pas l'utilité, tout comme nous en oublions d'autres qui ont été enregistrées dans la mémoire à long terme, qui sont parfois fort utiles et dont la perte peut être irritante voire franchement gênante. Ainsi, chacun de nous fait quotidiennement l'expérience de ces modalités de la Perte quand nous cherchons des clés, nos lunettes, un livre, un code, un mot de passe, le nom d'une personne connue, etc.

Enfin, la mémoire est déclinante sous l'effet de certaines maladies psychogéniques ou neurodégénératives ou, plus communément, à partir d'un certain âge, phénomène qui s'accroît de nos jours avec l'allongement de l'espérance de vie.

Ce constat d'une mémoire individuelle limitée, sélective, oublieuse et déclinante peut être fait de la mémoire dite « collective », dans une certaine mesure que j'ai essayé de préciser dans mes travaux sur la notion de mémoire partagée et que je ne peux reprendre ici. Je rappelle simplement que j'ai soutenu l'idée que, en définitive, la seule chose que les membres d'un groupe ou d'une société partagent réellement, c'est ce qu'ils ont oublié de leur passé commun. La mémoire collective est sans doute davantage la somme des oublis que la somme des souvenirs car ceux-ci

sont avant tout et essentiellement le résultat d'une élaboration individuelle alors que ceux-là ont en commun, précisément, le fait d'avoir été oubliés. Bien que l'étude des formes partagées de l'oubli (CONNERTON, 2008) soit négligée, on peut attester plus facilement l'existence de celles-ci que le partage effectif des représentations du passé, l'ontologie profonde d'un phénomène absent étant précisément son absence alors que celle d'un phénomène présent est moins sa présence que la manière dont il est présentifié. Pour cette raison, il est beaucoup moins hasardeux d'affirmer que des individus ont en commun l'oubli d'un événement – il suffit, pour cela, de constater la vacuité ou, plus exactement, le silence (GARCIA, 2005) de leur mémoire en regard de l'événement considéré - que supposer qu'ils en partagent le souvenir. Ce n'est d'ailleurs probablement pas un hasard si les discours métamémoriels mettent sans cesse en avant la notion de devoir de mémoire : il n'y aurait pas lieu de parler de devoir si la mémoire n'était naturellement oublieuse, i.e. sans cesse travaillée par la Perte.

La question n'est donc pas « faut-il oublier ? », car cette question n'a pas de sens : nous sommes condamnés à l'oubli, que nous le voulions ou non, parce que l'oubli est une dimension essentielle de la mémoire. La bonne question est : « quelle place doit-on laisser à l'oubli ? ». Aujourd'hui, je ne vais pas m'attacher à cette question complexe – d'autant plus complexe qu'en neurosciences on explore de plus en plus activement les moyens qui permettraient de passer d'un oubli involontaire à un oubli choisi : voir l'article de Kolber (2011)

publié cette année dans *Nature* où il fait le point sur cette question - mais simplement conclure cette première partie en observant que la place que nous entendons laisser à la Perte – dont l'oubli est une modalité - est désormais réduite à sa portion congrue. Je crois que cela n'est pas sans rapport avec notre intolérance grandissante au doute.

L'intolérance au doute

« *L'information ne prend JAMAIS de vacances. Alors cet été ne ratez RIEN* ». À mes yeux, cette publicité diffusée par *Le Monde.fr* au début du mois d'août de cette année illustre bien l'autre phénomène que je souhaite évoquer dans cette deuxième partie et que je rapprocherai du mnémotropisme ambiant : l'intolérance au doute. S'il ne faut « RIEN rater », c'est parce que nous nous croyons tenus de TOUT savoir, i.e. de ne rien laisser dans le doute.

À l'égard du doute, notre attitude est ambivalente. Souvent, nous semblons le redouter (si je puis dire !), comme le montrent par exemple nos inclinations à cette mise en suspens du doute que constitue le conformisme (ASCH, 1958 et KLUCHAREV, et al. 2009), ou encore notre penchant pour les routines cognitives, pour les pratiques ritualisées ou, dans un certain contexte, notre soumission vis-à-vis d'une autorité (MILGRAM, 1994). Pourtant, l'aptitude à douter (de nous-mêmes, des normes, des conventions, du pouvoir, des croyances, de ce que pense la majorité, etc.) est aussi un des traits qui signe l'identité de notre espèce, comme l'attestent les innovations techniques, la création artistique ou les actes de

résistance à la tyrannie. Si l'on reconnaît, avec Hanna Arendt, que penser c'est être capable de dialoguer avec soi-même (ce dont, faut-il le rappeler, n'était pas capable Eichmann, incapacité qui caractérise la banalité du mal), i.e. être capable de remettre en question ses propres pensées, les êtres humains ont régulièrement fait preuve de cette aptitude tout au long de leur histoire.

Cette attitude ambivalente d'*Homo sapiens* à l'égard du doute étant admise, est-ce que nos sociétés complexes, en ce XXIème siècle, encouragent ou pas une culture du doute ? Elles paraissent la tolérer de moins en moins, si on en juge par la mise en place de dispositifs visant à un contrôle et une surveillance généralisés des individus. On peut citer la prolifération des dispositifs de contrôle et de surveillance (BENNETT, 2008 et revue *Mouvements*, 2010) : vidéosurveillance (habilement qualifiée de « vidéoprotection »), fichiers policiers, traçabilité numérique des individus (cartes de crédit, mobiles, billets et bracelets électroniques, Internet) et tentatives de prédiction de leur mobilité (SONG *et al.*, 2010), prélèvement d'ADN pour estimer la nationalité des migrants (TRAVIS, 2009), et bientôt peut-être les *brain-controlled prosthetic devices* qui permettront de prédire les intentions des individus (CLAUSEN, 2009), etc.

Surveiller, punir et prévenir (le fameux principe de précaution), c'est vouloir ne rien laisser dans le doute, i.e. *tout* avoir sous contrôle, dans une logique panopticale. Ce tout peut devenir totalitaire quand, par exemple, se multiplient les brèches ouvertes dans le domaine privé des individus

(SOFISKY, 2008), traditionnellement considéré comme un refuge vis-à-vis de la société, ou encore quand, avec le développement de la biométrie, on passe d'une identification des personnes qui était purement descriptive à une identification qui se veut définitive, i.e. qui prétend déterminer la *totalité* des caractères entrant dans la compréhension d'un être humain singulier. Là encore, l'objectif est de ne laisser aucune place au doute. Ce n'est pas une vue de l'esprit : en Grande-Bretagne, les bases de données d'ADN des individus, en progression constante, concernaient à la fin de l'année 2010 près de 10% de la population, soit 6 millions de personnes dont des dizaines de milliers d'enfants, faisant de ce pays le premier en Europe et au sein du G8 pour le fichage génétique de sa population¹.

À mon sens, on peut également repérer l'intolérance au doute dans les phénomènes de crispation identitaire dès que se pose la question de l'entrée de nouveaux membres dans le groupe d'appartenance (par exemple quand les immigrés sont jugés *a priori* « douteux » et, à ce titre, souvent rejetés), dans la disparition de la frontière entre la vie publique et la vie privée (la télé-réalité, par exemple, prétend tout donner à voir et à savoir, de même que le développement de la géolocalisation fait disparaître la notion d'intimité²) ou dans l'étalage et la publicisation du moi, manifestes dans les blogs

¹ Source : www.genewatch.org/sub-539481, site consulté le 22 août 2011.

² Songeons à *Google Street View*. Le risque, d'ici quelques années, est d'apparaître comme déviant (hors normes) dès lors qu'on refusera d'être géolocalisé, que ce soit en contexte professionnel ou privé.

(SALMON, 2007/2008, p. 225). On peut encore repérer cette intolérance dans les projets de mémoire individuelle « totale » (BELL ; GEMMELL, 2009), dans la profusion d'images ou iconorrhée (CANDAU, 1996) contemporaine et aussi dans le règne sans partage de la mise en fiction du réel, sous la forme de ce qu'on appelle aujourd'hui le *storytelling* qui est une manière de contourner le doute en le rendant absolu, sans limites, sa dilution le réduisant à néant.

On peut souligner, de ce point de vue, que le relativisme radical dont font profession les « marchands de doute » (ORESQUES ; CONWAY, 2010) n'est en aucune manière l'acceptation du doute mais bien au contraire sa négation. Si tout est relatif, si rien n'est jamais ni vrai ni faux, le fait même de la mise en doute est invalidé car douter c'est accepter la question suivante : est-ce que ce que je crois est vrai ou faux ? Douter vraiment, c'est mettre en doute ses propres doutes, y compris le fait de douter de tout (*De omnibus dubitandum*) ! Une pensée inquiète d'elle-même est une pensée qui s'inquiète de ce qui est vrai et de ce qui est faux, de ce qui est bien et de ce qui est mal, de ce qui est beau et de ce qui est laid. Elle s'inquiète de la vérité. Elle s'inquiète de ce qui est juste. Elle dit : « je ne sais pas » mais refuse de dire : « on ne peut jamais savoir ». En ce sens, une pensée inquiète d'elle-même est « *reality-based* » (contrairement à la société orwelienne), ce qui revient à dire qu'elle ne cherche jamais « à s'émanciper de l'expérience réelle et à éviter le choc de la confrontation avec la réalité »

(ARENDT, 1990, p. 121). À ce titre, elle ne me semble pas correspondre à l'air du temps.

Cette intolérance au doute est tout autant révélatrice de notre angoisse de la Perte que ne l'est le mnémotropisme contemporain. En effet, récuser le doute, c'est vouloir maîtriser en permanence toutes les variables, c'est refuser de laisser le moindre espace à l'aléatoire, à l'incertain, à l'inattendu, bref c'est vouloir à tout instant embrasser l'intégralité de ce qui nous arrive par peur d'en laisser perdre une partie. Dans la troisième et dernière partie de cet exposé, je vais essayer de montrer en quoi ces différents phénomènes nous renseignent sur les rapports nouveaux que nous entretenons avec le temps (CANDAU, 2009).

Sous l'empire du « temps réel » Aujourd'hui, l'asservissement au *temps réel* est l'expression d'un nouveau rapport au temps : après que l'homme ait cherché à se libérer du temps - en retrouvant les origines, ou les fins dernières, ou encore le « monde des Idées » dans le cadre de l'anamnèse platonicienne (VERNANT, 1965) -, puis qu'il ait tenté de l'apprivoiser, de le domestiquer - c'est le temps ramené à la partie sensible de l'âme chez Aristote mais c'est aussi le temps des horloges et des marchands -, les sociétés modernes ont accepté de s'y soumettre au point de céder à une religion de l'éphémère et de la vitesse (clips, clichés, flash, objets jetables, reportages dits « *live* », flux tendus, « zéro délai », etc.) avant de sombrer totalement dans l'immédiateté, l'instantanéité. Notre expérience de la temporalité est

radicalement transformée : « l'instant envahit la conscience » (BALANDIER, 1994, p. 53-55), assujettie à un temps uniforme, indifférencié, banalisé, « mis en grisaille ».

La forme d'oubli et de confusion que je veux explorer ici est liée à la dissolution du *présent réel*, complexe et temporel, dans la simplicité supposée et l'atemporalité du *temps réel* (BALANDIER, 1998, p. 166-170 et CANDAU, 1998). Le *présent réel* - toujours agonisant (BORGES, 1983), prêt de s'évanouir dans le passé au moment même où il annonce le futur -, s'inscrit pour cette raison même dans la durée et contribue à donner au temps toute sa densité. Le *temps réel*, au contraire, est un « présent qui est à lui-même son propre horizon » (HARTOG, 1995, p. 1224). Alors que le *présent réel* relève d'un temps sagittal - ce qui advient entre un passé et un futur -, ou d'un temps cyclique - ce qui revient selon une périodicité déterminée -, le *temps réel* est achronique (et non pas uchronique, ce qui supposerait que, comme l'utopie, il puisse relever d'un projet). L'événement en *temps réel*, propre à la modernité, n'advient ni ne revient et même ne devient pas: il vient, c'est tout, trivialement, sans l'épaisseur de la durée, sans être jamais inscrit dans une chronologie. Je crois que notre société mérite le titre de chronophage moins parce qu'elle dévore du temps que parce qu'elle l'escamote dans ses caractéristiques propres: durée, écoulement, passage, perte. Une des manifestations les plus éclatantes de cette négation du passage du temps est sans doute l'exploitation commerciale du fantasme du *forever young*, déni dérisoire de tous les signaux explicites de notre

corps lorsque survient le déclin. Pourtant, rappelle saint Augustin dans *Les Confessions*, « ce qui nous autorise à affirmer que le temps est, c'est qu'il tend à n'être plus » (livre onzième, chap. XIV), puisqu'il s'abolit, il se perd, il *pass*e aussitôt né. Dans l'expression si commune aujourd'hui – « je n'ai pas le temps » -, ne faut-il pas comprendre que l'on ne possède plus le temps comme catégorie organisatrice de nos existences – Jean Chesneaux (1996) dirait que nous ne savons plus « l'habiter » - ce qui expliquerait qu'il soit presque impossible (et bientôt interdit ?) de *perdre son temps* (BAUDRILLARD, 1970, p. 238-252). N'est-il pas d'ailleurs significatif que la perte de temps soit souvent considérée comme du temps « mort » ?

La dissolution du *présent réel* dans le *temps réel* traduit le passage d'une expérience concrète du temps à une catégorie temporelle abstraite et désincarnée. Le *présent réel* est concret en ce qu'il renvoie à ce qui est présent³, en l'occurrence le sujet inscrit dans le temps fondamental du Souci heideggerien, celui qui incline vers le futur et la mort. Le *temps réel*, en revanche, abstrait et indéfini, relève du temps « vulgaire », au sens que lui donne Ricoeur (1985, p. 220) : une succession d'instants quelconques, chacun portant l'oubli de celui qui le précède. Alors que le *temps réel* le temps de l'instant - est du temps interrompu, - au sens précis d'une

³ « Le présent est l'ensemble de ce à quoi on est présent, c'est-à-dire intéressé (par opposition à indifférent, ou absent). Aussi ne se réduit-il pas à un instant ponctuel » (BOURDIEU, 1997, p. 251).

interruption imaginaire de l'écoulement du temps -, le *présent réel* est du temps continu, fait d'héritages et de projets, de gains et de pertes, combinaison subtile d'un passé qui n'est jamais totalement révolu et d'un futur inscrit, *hic et nunc*, dans un « horizon d'attente ». Le *présent réel* est riche d'une « mémoire d'action » (SIMONDON, 1982 : 306) alors que le *temps réel* n'enferme qu'une action sans mémoire. De ce point de vue, on peut estimer que le *présent réel* s'oppose au *temps réel* comme le *lieu au non lieu*.

En définitive, à la peur de la Perte qui se manifeste dans la prolifération des traces et dans l'intolérance au doute répond la vaine tentative d'interdire la perte *de* temps (occuper chaque instant) et de nier la perte *du* temps (cacher la réalité de l'écoulement de ce temps qui, comme l'insecte de Baudelaire ou de Maeterlinck, nous dévore mécaniquement), tentative qui s'exprime dans la soumission au temps réel. Si, comme l'a proposé l'anthropologue Maurice Bloch (1973, p. 77), l'épaisseur de la temporalité dans les interactions sociales est positivement corrélée au degré moral des sociétés, on peut alors faire l'hypothèse que cet engluement dans l'immédiateté est le signe d'un affaïssement du degré moral de nos relations, hypothèse qu'il faudrait éprouver mais qui paraît confortée par une certaine brutalisation des rapports sociaux.

« Seules les traces font rêver », disait René Char (1962). Encore faut il laisser la possibilité de la trace, c'est-à-dire admettre l'éloignement, la séparation, la disparition, bref admettre la Perte, car si *tout* est trace cette notion même n'a plus aucun sens. La trace, en effet, est expression de la Perte:

elle est le signe que tout n'est pas perdu, mais elle est aussi incomplétude en regard de ce qui fait trace, c'est-à-dire ce qui a été perdu. C'est cette ambivalence de la trace que nous nions aujourd'hui en manifestant un triple désir: le premier consiste à vouloir tout conserver, tout garder; le deuxième est la vaine ambition de dissiper tout doute véritable ; le troisième se manifeste dans l'obsession du temps réel, c'est-à-dire dans la négation même de la durée. À mes yeux, on peut voir dans ce triple désir une tentative de conjuration de la Perte, ou si l'on veut une véritable idéologie sécuritaire de la vie humaine. Tentative sans espoir, on le sait, car « les temps à venir enseveliront tout également dans l'oubli »⁴.

Reférences

ARENDT, Hanah. **La nature du totalitarisme**. Paris: Payot, 1990.

ASCH, Solomon. Effects of group pressure on the modification and distortion. In MACCOBY E. E.; NEWCOMB T. M., Hartley E. L. (éd.). **Readings in social psychology**. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1958.

ATRAN, Scott. Théorie cognitive de la culture. **L'Homme**. N. 166, p. 107-144, 2003

BALANDIER, Georges. **Le désordre**. Paris : Fayard, 1988.

BALANDIER, Georges. **Le dédale**. Pour en finir avec le XX e siècle. Paris : Fayard, 1994.

⁴ L'Ecclésiaste, 2.

BAR, Moshe (éd.). **Predictions in the brain**: using our past to generate a future. Oxford: Oxford University Press, 2011.

BAUDRILLARD, Jean. **La société de consommation**. Paris: Gallimard, 1970.

BELL, Gordon; GEMMELL, Jim. **Total recall**: how the E-Memory Revolution will change everything, New York: Dutton, 2009.

BENNETT, Colin J.. **The privacy advocates**: resisting the spread of surveillance. Cambridge: MA, MIT Press, 2008

BLACKMORE, Susan. **The meme machine**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

BLOCH, Maurice. The long term and the short term: the economic and political significance of the morality of kinship. In: JACK, Goody (Ed.). **The character of kinship**. London: Cambridge University Press, 1973, pp. 75-88.

BORGES, Jorge Luis. **Fictions**. Paris : Gallimard, 1983.

BOURDIEU Pierre. **Méditations pascaliennes**. Paris : Seuil, 1997.

CANDAU. Joël. 1996. **Anthropologie de la mémoire**, Paris, PUF.

CANDAU. Joël. Du mythe de Theuth à l'iconorrhée contemporaine : la mémoire, la trace et la perte. **Revue européenne des sciences sociales**, XXXVI, 111, p. 47-60, 1998.

CANDAU. Joël (éd.). **Temps en partage**: ressources, représentations, processus. Paris : Éditions du CTHS, 2009.

CERVANTES, Miguel de. **Don Quijote de la Mancha**. t. II. Madrid : Alianza Editorial, 1996.

CHANGEUX, Jean-Pierre. **L'homme neuronal**. Paris : Fayard, 1983.

- CHAR, René. **La parole en archipel**. Paris : Gallimard, 1962.
- CHESNEAUX, Jean. **Habiter le temps**. Paris : Bayard Éditions, 1996.
- CLAUSEN, Jens. Man, machine and in between. **Nature**. N. 457, p. 1080-1081, 2009.
- CONNERTON. P. Seven types of forgetting. **Memory Studies**. N. 1(1), p. 59-71, 2008.
- DELLA SALA, Sergio (éd.). **Forgetting**. New York: Psychology Press, 2010.
- GARCIA, J.M. Exordio a la memoria colectiva y el olvido social. **Athenea Digital**. N. 8, p. 1-26, 2005.
- GRALL, Xavier. **Le cheval couché**. Paris : Hachette, 1977.
- HARTOG, François. Temps et Histoire. Comment écrire l'histoire de France. **Annales ESC**. N. 6 : 1219-1236. 1995.
- JAMES, Henry. 2010. **Les Ambassadeurs**. Paris, Le Bruit du temps.
- JEUDY, Henri-Pierre (éd.). **Patrimoines en folie**. Paris : Éditions de la Maison des sciences de l'homme, 1990.
- KLUCHAREV, Vasily ; HYTÖNEN, Kaisa ; RIJPKEMA, Mark ; SMIDTS, Ale ; FERNANDEZ, Guillén. Reinforcement learning signal predicts social conformity. **Neuron**. N. 61, p. 140–151, 2009.
- LAPIERRE, Nicole. Dialectique de la mémoire et de l'oubli. **Communications**. N. 49, p. 5-10, 1998.
- LEVI-STRAUSS, Claude. **La pensée sauvage** : Paris : Plon, 1962.
- LURIA, Alexandre. **L'homme dont la mémoire volait en éclat**. Paris : Seuil, 1995.
- MILGRAM, Stanley. **La soumission à l'autorité**. Paris :

Calmann-Lévy, 1994.

ORESQUES, N.; CONWAY E.M. **Merchants of doubt**: how a handful of scientists obscured the truth on issues from tobacco smoke to global warming. Londres: Bloomsbury Press, 2010.

PIEPER, Andrew A.; XIE Shanhai; CAPOTA Emanuela *et al.* Discovery of a proneurogenic, neuroprotective chemical. **Cell**. N. 142(1), p. 39-51, 2010.

POMMIER, Édouard.. Prolifération du musée. **Le débat**. N. 65, p. 144-149, 1991

PROST, Antoine. **Douze leçons sur l'histoire**. Paris : Seuil, 1996.

REVUE MOUVEMENTS. N. 62, 2010, 184 p.

RICOEUR, Paul. **Temps et récit**. 3. Le temps raconté. Paris : Seuil, 1985.

SAINT AUGUSTIN. **Les confessions**. Paris : Garnier-Flammarion, 1964.

SALMON, Christian.. **Storytelling** : la machine à fabriquer des histoires et à formater les esprits,. Paris : La Découverte. 2007/2008

SIMONDON, Michèle. **La mémoire et l'oubli dans la pensée grecque jusqu'à la fin du Ve siècle avant J.-C.**. Paris : Les Belles Lettres, 1982.

SOFSKY Wolfgang. **Privacy**: a manifesto. Princeton N.J.: Princeton University Press, 2008.

SONG, Chaoming; QU, Zehui; BLUMM, Nicholas; BARABÁSI, Albert-László. Limits of predictability in hHuman. **Science**. N. 327, p. 1018-1021, 2010.

SPERBER, Dan. **La contagion des idées**. Paris : Odile Jacob, 1996.

TRAVIS, John. Scientists Decry Isotope, DNA testing of 'nationality'. **Science**. N. 326p. 30-31, 2009.

VERNANT, Jean-Pierre. **Aspects mythiques de la mémoire in Mythe et pensée chez les Grecs**. Paris : Maspéro, 1965.

WANG, Min ; GAMO, Nao J.; YANG, Yang *et al.* Neuronal basis of age-related working memory decline. **Nature**. N. 476, p. 210-213, 2011.

WORTHEN, James B.; HUNT, R. Reed. **Mnemonology**. Mnemonics for the 21st Century. New York: Psychology Press, 2010.

Memorial da Resistência de São Paulo: uma perspectiva museológica processual

Kátia Regina Felipini Neves

O que caracteriza um museu é a intenção com que foi criado, e o *reconhecimento público* (o mais amplo possível) de que é efetivamente um museu, isto é, uma autêntica instituição. O museu é o local do fato “museal”; mas para que esse fato se verifique com toda a sua força, é necessário “musealizar” os objetos (os objetos materiais tanto quanto os objetos-conceito). (RÚSSIO, 2010, p. 125)

Figura 1 - Edifício que pertenceu ao Deops/SP, ocupado pelo Memorial da Resistência e Estação Pinacoteca



Foto: Pablo Di Giulio. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.

Nesta apresentação, desenvolvida no âmbito do V Seminário Internacional de Memória e Patrimônio, com o tema “Memória e esquecimento”, buscaremos analisar os contextos sociopolíticos e culturais que permeiam a criação e desenvolvimento das instituições museológicas voltadas às questões políticas, a sua função na contemporaneidade e a necessidade do trabalho museológico processual.

A ideia é refletir sobre os pontos acima enunciados e estabelecer relações por meio da apresentação do processo museológico que vem sendo construído no Memorial da Resistência de São Paulo, uma instituição que ocupa parte do edifício que pertenceu ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo¹ e que se dedica à preservação das memórias da resistência e da repressão do Brasil republicano (1889 à atualidade) por meio da musealização. Um lugar de memória por excelência por ter sido a sede de

¹ O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, uma das polícias políticas mais truculentas do Brasil, foi estabelecido no estado de São Paulo em dezembro de 1924, em virtude de movimentações políticas de setores da população em reação ao governo. Isso levou as classes dirigentes a criar um aparato administrativo de vigilância, controle e repressão dos cidadãos em diversos estados brasileiros. A coordenação em nível federal, sediada no Rio de Janeiro, cabia ao Departamento de Ordem Política e Social – Dops. Embora tenha atuado de forma exacerbada nos períodos autoritários (Ditadura Vargas, 1937-1945 e Ditadura Militar, 1964-1985), funcionou com todo o aparato mesmo durante os períodos democráticos. No entanto, foi durante esse último regime que intensificou as atividades de repressão, tais como prisões ilegais, invasão de domicílio, censura postal, sequestros, torturas, desaparecimentos e mortes. Antes de ocupar este prédio, teve como sede três outros endereços, todos no centro da cidade de São Paulo.

uma das polícias políticas mais truculentas do Brasil republicano, nasceu da vontade política do Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Cultura, da reivindicação de cidadãos, especialmente do Fórum Permanente de ex Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo, e do trabalho multidisciplinar e multiprofissional, coordenados pela Pinacoteca do Estado de São Paulo. Essa conjunção propícia de fatores, junto ao processo que vem se desenvolvendo, tem referendado o Memorial da Resistência como uma instituição cada vez mais necessária para o conhecimento crítico sobre a história recente do país e comprometida com a formação de uma cultura em direitos humanos.

Mas esse comprometimento e características podem ser observados nas diversas instituições museológicas similares². Desta forma, cabe historiar brevemente os contextos em que são criadas.

A criação dos primeiros museus e memoriais voltados às questões das arbitrariedades praticadas contra os direitos humanos teve início logo após a Segunda Guerra Mundial³, como reflexos especialmente do Holocausto e, na sequência,

² Se comparadas a outras tipologias de museus, ainda são em número pequeno, embora estejam sendo criadas em praticamente todos os continentes.

³ E, nesse sentido, no bojo da proliferação de museus, mas, também, da elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos (adotada em 10 de dezembro de 1948), redigida sob o impacto das atrocidades praticadas durante a Guerra, e cuja primeira reunião para sua redação ocorreu em 1947.

pela necessidade de discutir os problemas sociopolíticos do seu tempo. Alguns são implantados nos próprios lugares de memória onde os fatos ocorreram, como, por exemplo, o Museu Memorial de Terezín⁴ (República Tcheca), no local que serviu de prisão, gueto judio e estação de trânsito dos judeus até os campos de extermínio da Gestapo, e a Casa de Anne Frank⁵ (Holanda); outros em fortificações e presídios, como os museus que compõem a rede do Museu da Resistência Nacional na França (em várias cidades do país) e as prisões da Alemanha, como o Memorial Bautzen (em Bautzen) e o Memorial Berlin-Hoenschönhausen (em Berlim); ou mesmo em edifícios públicos e clandestinos, utilizados para detenção, tortura e desaparecimento, bastante comuns durante os períodos ditatórias da América Latina, como é o caso do Parque por la Paz Villa Grimaldi⁶ (Chile), e o Memorial da Resistência de São Paulo (Brasil). Mas muitos estão sediados em edifícios adaptados ou construídos para esta finalidade.

⁴ Sediado na pequena Fortaleza de Terezín e no Grande Forte de Terezín, foi criado inicialmente como Memorial da Dor, em 1947.

⁵ Em maio de 1957, um grupo de cidadãos, incluindo o pai de Anne Frank, criou a Fundação Anne Frank como forma de evitar a demolição da construção que serviu de esconderijo à família. A Casa de Anne Frank foi inaugurada exatamente três anos depois, em 3 de maio de 1960; em virtude da demanda, entre os anos de 1970 e 1971, sofreu uma reforma para atender às demandas do aumento do público (que chegava a 1.500 por dia) e da necessidade de estrutura museal; nos anos noventa foram realizadas novas reformas e adequações.

⁶ O local foi musealizado com os mesmos objetivos e está sendo concebido o projeto para o museu.

Esses museus e memoriais, criados em praticamente todos os continentes, participam dos mesmos dilemas sobre o que preservar (ou privilegiar) e do que prescindir, mas não no sentido deliberado do esquecimento, pois têm objetivos comuns: conscientizar para o respeito à diferença, ao exercício da cidadania, ao aprimoramento da democracia e à defesa dos direitos fundamentais do homem. São criados, sobretudo, a partir de iniciativas de cidadãos que sofreram as tragédias, e que se articulam coletivamente, e/ou por parte de diferentes organismos governamentais ou não governamentais de direitos humanos, que acreditam no poder da memória⁷. Apesar do seu potencial educativo, muitos lugares que testemunharam situações traumáticas são relegados ao completo abandono, às vezes por décadas, para que enfim sejam ‘resgatados’ e adquiram novos usos.

Assim, devemos nos perguntar sobre as possíveis razões e que circunstâncias favorecem a memória e o esquecimento, o abandono e a revitalização, e de que maneira a Museologia pode colaborar nesse processo. Para Cristina Bruno (2000, p. 2), a Museologia “enquanto disciplina aplicada voltada para o estudo e a experimentação da relação

⁷ O conceito dos direitos humanos depende do contexto político e do modo de organização da vida social. Durante a ditadura militar no Brasil, a defesa dos direitos humanos esteve direcionada prioritariamente à luta em favor dos direitos civis e políticos, manipulados pelo regime; com o processo de redemocratização, foram reivindicados também os direitos econômicos, sociais e culturais (DORNELLES, 2006). Uma cultura em direitos humanos significa conscientizar para o respeito à pluralidade e à diferença, para que todos os seres humanos sejam tratados com dignidade.

entre a sociedade e suas referências patrimoniais” tem a potencialidade de recuperar esses lugares. Segundo sua tese, “a Museologia orienta e organiza as formas de perseguição ao abandono e tem a potencialidade de minimizar os impactos socioculturais do esquecimento a partir dos processos de musealização que, por sua vez, educam para o uso qualificado do patrimônio” (Ibid.).

Mas a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade (individual e coletiva), na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência em sua reconstrução de si, seja enquanto indivíduo ou grupo (POLLAK, 1992), e também é seletiva, e tanto quanto o esquecimento participa da construção da identidade (POLLAK, 1989). Longe de ser um processo simples, é permeado por disputas: as batalhas da memória são travadas no presente, em geral afloram nos momentos de crise e passam por negociações. São os litígios da memória, que podem estar dentro dos próprios grupos, entre grupos distintos ou em contrário ao discurso oficial. Mas as memórias marginalizadas pelo discurso oficial (ou subterrâneas) esperam o contexto adequado para serem reivindicadas. Observamos que essas reivindicações memoriais se manifestam, especialmente no que diz respeito ao passado recente da América Latina, nos contextos da Justiça de Transição⁸, que viabiliza a implementação de

⁸ A Justiça de Transição tanto pode ser implantada nos períodos pós-conflitos (transição das ditaduras), que seria ideal, como é passível de ser

políticas de memória⁹ na dimensão *do fornecimento da verdade e construção histórica*.

O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p. 5)

Na maioria dos casos, suas narrativas estão ancoradas nos acontecimentos do passado recente e, por

discutida em momento posterior. Ela dialoga com quatro grandes dimensões políticas: promoção da reparação às vítimas; fornecimento da verdade e construção da memória; regularização das funções da justiça e restabelecimento da igualdade perante a lei; e a reforma das instituições perpetradoras de violações contra os direitos humanos (PIRES JR.; TORELLI, 2010, p.108).

⁹ No Brasil, um lento processo vem se desenrolando para a implementação de uma política nacional em direitos humanos, iniciado somente no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, especialmente a partir de 1995. Nessa conjuntura, foi criada a Secretaria de Direitos Humanos, ligada ao Ministério da Justiça, e iniciada a elaboração do Plano Nacional dos Direitos Humanos – PNDH. No primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é criada, agora com status de ministério, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, vinculada diretamente à Presidência da República, e elaborado o PNDH3, no qual vislumbramos propostas para uma política de memória, como por exemplo a Diretriz 24 “Preservação da memória histórica e a construção pública da verdade”. Outro órgão governamental que tem se empenhado na divulgação do conhecimento das violências praticadas pela ditadura militar é a Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério da Justiça, especialmente com as Caravanas da Anistia, o edital Marcas da Memória e a criação do Memorial da Anistia Política no Brasil, em Belo Horizonte (Minas Gerais), ainda em processo.

isso, as memórias dos atores sociais adquirem fundamental importância; e nesse mesmo sentido, quando sediadas nos próprios lugares de memória, a força do lugar (enquanto documento), potencializa seu poder de comunicação. Nessa perspectiva, o patrimônio musealizado pode se tornar acessível a cidadãos de várias nacionalidades, pois sem exceção as violações aos direitos humanos são parte da história da humanidade. Talvez como em nenhum outro, nesses lugares homem e objeto são indissociáveis. É o cidadão, o ser ético e político, aquele que tem poder sobre sua vida e a de outros homens, o objeto em questão.

Mas pudemos constatar, por diversos meios, que o lugar de memória, por si só, não tem capacidade de comunicar, e menos ainda de estabelecer uma relação dialógica com o visitante, necessária para gerar ações transformadoras, e que deve estar na essência de toda ação museológica. É por meio do “fato museal”¹⁰, fruto de um processo (cuja raiz está na musealização), que se estabelece essa relação.

De acordo com o conceito, musealizar significa aplicar procedimentos técnicos e científicos da cadeia operatória museológica – pesquisa, salvaguarda (conservação e documentação) e comunicação (exposição e ação educativa e cultural) patrimoniais, pois “é através da musealização de

¹⁰ Definido como campo de estudo da Museologia por Waldisa Rússio Carmargo Guarnieri, fato museal é a relação que se estabelece entre o homem e o objeto dentro do espaço institucionalizado.

objetos, cenários e paisagens que constituam sinais, imagens e símbolos, que o Museu permite ao Homem a leitura do Mundo” (GUARNIERI, 1990, p.204, v.1). Ainda segundo a autora, a musealização se preocupa com a informação trazida pelo objeto em termos de documentalidade (cuja raiz significa ensinar), testemunhalidade (pois testemunhou algo) e fidedignidade (no sentido de veracidade). É a musealização que confere aos lugares de memória espaços de transformação social, uma vez que a informação pressupõe conhecimento, registro e memória.

Para Bruno (2000, p. 19):,

Entende-se que os procedimentos museológicos de salvaguarda e comunicação possibilitam, consolidam e perpetuam a transformação dos bens patrimoniais em herança cultural. Considera-se que esses caminhos são constituídos pelos indicadores da memória (referências patrimoniais) e, como tais, exigem um tratamento para a sua organização e manutenção. Da mesma forma, esses indicadores selecionados, tratados e reunidos, permitem o despertar de lembranças, a partir dos processos comunicacionais.

No entanto, mais que um trabalho tecnicista, é fundamental uma abordagem sociomuseológica. E um dos seus princípios é a interdisciplinaridade, tanto pelo fato de serem ações que dependem de domínios científicos de diferentes especialidades (GUARNIERI, s/d) e contribuem para a compreensão do processo museológico contemporâneo (MOUTINHO, 2007), mas também porque “(...) os estudos sobre a memória em seus múltiplos

segmentos interessam à Museologia, pois ajudam a entender as razões psico-sociais das eleições das referências patrimoniais, as diferentes ligações que os indivíduos e os grupos estabelecem com seus bens patrimoniais e a necessidade reiterada de constituição dos lugares para a memória” (BRUNO, 2001, p.15).

Os museus têm uma função social e há muito vem sendo objeto de discussão. Tendo sido desencadeada especialmente nos encontros internacionais de profissionais de museus, dentre os quais os organizados pelo Conselho Internacional de Museus, será naquele realizado em Santiago, no Chile, entre os dias 30 e 31 de maio de 1972, que propõe, de modo inovador, que o museu deve estar voltado de uma forma dinâmica para os problemas contemporâneos da sociedade: é a noção, ou conceito, de “museu integral”.

Neste sentido, função social pressupõe processo museológico, noção defendida por diversos profissionais da área, mas ainda não adotada nas inúmeras iniciativas museais. E acreditamos que muitas experiências não têm sucesso tanto porque a preservação é entendida de maneira isolada ou como restauração do edifício e, quando muito com uma exposição de longa duração (ou mesmo temporária). Mas um museu não se restringe a uma exposição: esta deve ser vista “como um produto visível do processo de musealização”¹¹ (BRUNO, 1996), ou apenas como um

¹¹ Texto em que apresenta a exposição de longa duração “Formas de Humanidade” do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São

dispositivo comunicacional; o museu, com sua função social, está comprometido com a produção do saber, a preservação dos objetos e a comunicação com o visitante (DAVALLON, p. 45). Por isso, devemos agir sob uma perspectiva processual; o museu não é algo acabado, mas sim em constante processo de construção.

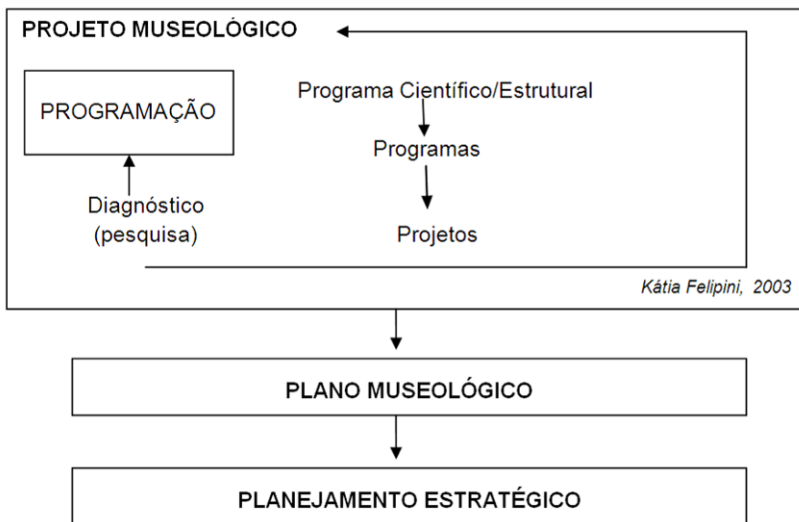
É possível verificar que a implantação dessas instituições tem em comum a preocupação no desenvolvimento de programas museológicos que dinamizem e possibilitem maior solidez, não se restringindo apenas à abertura do lugar à visita: realização sistemática de exposições e de ações educativas e culturais, além do desenvolvimento de pesquisas, principalmente de coletas de testemunhos e do levantamento de outros lugares de memória são parte de suas atividades. E mesmo aquelas cuja gênese está nos arquivos documentais¹² (em geral mais voltadas para pesquisa e salvaguarda) têm comprovadamente sentido a necessidade da comunicação museológica para que tenham maior alcance. Por isso, são construídas de forma participativa e multidisciplinar, em que se consideram no mesmo grau de importância (até onde conhecemos) os especialistas e os atores sociais para o desenvolvimento do processo.

Paulo – MAE/USP, inaugurada no dia 12 de dezembro de 1995, em conferência realizada no MAE/USP, no dia 11 de abril de 1996.

¹² Como por exemplo, o Museo de la Memoria y los Derechos Humanos, em Santiago, no Chile; o já em construção Lugar de la Memoria, em Lima, no Peru; e o ainda em projeto museu do Archivo de la Policía Nacional da Guatemala, na capital da Guatemala.

Mas para o seu pleno desenvolvimento, é necessário “construir” o museu de tal forma que não somente os impactos sejam previstos e minimizados, mas que a instituição evolua a despeito de quaisquer conjunturas políticas, econômicas e sociais, ou seja, sob uma perspectiva gerencial. E devemos recorrer, então, a outras disciplinas.

O quadro abaixo esquematiza o que acreditamos deva estruturar uma instituição, considerando a avaliação (diagnóstico) como inerente a todo o processo.



A nosso ver, o passo inicial para a implantação ou revitalização da instituição deve ser a elaboração do Projeto

Museológico¹³ (programa científico e estrutural), concebido por meio da programação, viabilizado pelos diversos programas e executados pelos vários projetos decorrentes dos programas (NEVES, 2003, p. 40). É a primeira e profunda reflexão que justificará a existência do museu, tendo como objetivo *“precisar la singularidad y la responsabilidad del museo respecto a sus colecciones y entorno socio-cultural, detallando su misión-visión, marco temático, cronológico e geográfico, además de um avance sobre públicos, relaciones y actividades”* (Ministério da Cultura, 2006, p. 35). A partir deste documento, é possível conceber o Plano Museológico, que também pode ser elaborado em momento posterior, subsidiado pelo diagnóstico, e sempre monitorado.

O Plano Museológico (ou plano diretor)¹⁴ é um documento de gestão fundamental, que permite conduzir a instituição de forma mais eficiente e eficaz, e “estabelecer uma visão clara a respeito de para onde se dirige o museu e como chegar até lá” (STUART, 2001, p. 15). Por meio do diagnóstico, é possível estabelecer as metas e estratégias

¹³ Este assunto foi amplamente discutido na monografia final do Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo – CEMMAE/USP, intitulada “Programas Museológico e Museologia Aplicada: o Centro de Memória do Samba de São Paulo como estudo de caso” (2002) e posteriormente publicada nos Cadernos de Sociomuseologia da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, no. 21, em 2003. No trabalho, também discutimos exaustivamente os conceitos e definições utilizados por diferentes autores para projeto museológico, programação, programas e projetos

¹⁴ Também conhecido denominado plano de negócios, plano estratégico, plano de desenvolvimento etc. (DAVIES, 2006, p. 21).

para atingir os objetivos. Isto quer dizer saber quando e como aplicar os recursos. Ainda segundo Davies Stuart, o plano nada mais é que o resultado de reflexões de um grupo de pessoas que parou para pensar o que a instituição é (e deve ser) e como fazer para chegar lá.

A esta fase denominamos planejamento estratégico, e “a primeira etapa na definição da estratégia é examinar as metas estratégicas acordadas e os fatores críticos para o sucesso que foram identificados, produzindo algumas propostas sobre como proceder para atingi-las ou lidar com elas” (STUART, 2001, p. 45) e selecionar as mais importantes. A partir daí, deve-se formular os objetivos¹⁵, que necessariamente têm que ser mensuráveis, dentro de um prazo determinado para que seja possível monitorar.

Mas para além dos aspectos gerenciais, os lugares de memória dedicados às causas dos direitos humanos têm outro desafio que consideramos de extrema importância, se acreditamos que esses princípios devem estar na essência de todos os cidadãos: extrapolar o nível do local e ser compreensível em nível global. E conforme já defendido, a raiz está na musealização.

Ao invés da patrimonialização resultante das memórias particularizadas que tudo quer preservar, e por isso tendem a “guetos memoriais”, Candau (2011, p.161) chama a atenção que numerosos museus concorrem para definir localmente “as

¹⁵ Entendemos que os objetivos estão sempre relacionados às estratégias que, por sua vez, estão vinculadas às metas estratégicas.

escalas identitárias pertinentes”. Por isso, é importante que nos perguntemos sempre que projetos queremos para os museus, pois corre-se o risco de ser relevantes para poucos (considerando os litígios), assemelhando-se aos museus de identidade.

Mas é possível pensar em memórias globais, que extrapolem toda e qualquer fronteira, e esse talvez seja o grande desafio das instituições museológicas na contemporaneidade. E os lugares de memória que testemunharam violações aos direitos humanos têm esse potencial, se forem alvo de uma ação museológica comprometida.

Memorial da Resistência de São Paulo: histórico da trajetória do edifício

O prédio que hoje acolhe o Memorial da Resistência de São Paulo foi palco de muitas ocupações e guarda, ainda, algumas referências de sua trajetória. Construído pelo escritório de Francisco de Paula Ramos de Azevedo para abrigar o escritório e armazéns da Estrada de Ferro Sorocabana, foi inaugurado em 1914 e permaneceu até 1938, quando as obras da Estrada de Ferro foram concluídas. Embora não tenhamos conhecimento aprofundado sobre as reformas que sofreu ao longo do tempo, a partir de 1940 passa a abrigar a Delegacia Especializada de Explosivos, Armas e Munições e, nos anos seguintes, outras repartições

vinculadas ao Departamento Estadual de Ordem Política e Social – Deops/SP¹⁶, que permanecerá no local até sua extinção, em 1983. No entanto, mesmo com a desocupação do Deops/SP, continua a sediar a Delegacia do Consumidor – Decon, até 1998. Até esta data, o edifício pertencia à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania do Governo do Estado de São Paulo (ALMEIDA, 2004, p. 10).

Com vistas a dar um novo uso ao edifício, a gestão do prédio é transferida para a Secretaria de Estado da Cultura, em um momento em que o centro da cidade passava por um processo de revitalização. Foi pensado várias possibilidades de ocupação: biblioteca pública estadual, Escola Superior ou Universidade Livre de Música, escola de teatro e o Museu do Imaginário do Povo Brasileiro foram algumas das possibilidades. A reforma teve início em 1999 e em julho de 2002 é inaugurado: no primeiro andar foi apresentada a instalação “Intolerância”, de Siron Franco, e a exposição “Cotidiano Vigiado – repressão, resistência e liberdade nos arquivos do Dops 1924-1983”, como parte do projeto do Museu do Imaginário; e no espaço prisional remanescente, no térreo, o Memorial da Liberdade e a exposição temporária “Cidadania: 200 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão”.

¹⁶ Antes de ocupar o prédio, o Deops/SP teve três outras sedes, todas no centro da cidade: na rua 7 de Abril, no 81, na rua dos Gusmões, no 86, e na rua Visconde do Rio Branco, n. 280.

Desse período, sabe-se parcialmente sobre o processo que envolveu os trabalhos: no que se refere ao Museu do Imaginário, foi elaborado um projeto museológico, mas não implantado; em relação ao Memorial da Liberdade¹⁷, até o momento não encontramos nenhuma documentação que indique que tenha sido realizado um projeto museológico para o local, e podemos inferir que a tradução de uma possível intenção do que deveria ser esta instituição é a que consta no Decreto Lei de criação. Com algumas exceções, não encontramos documentação ou referências sobre as atividades que ali ocorreram de 2002 ao dia 1º de maio de 2008.

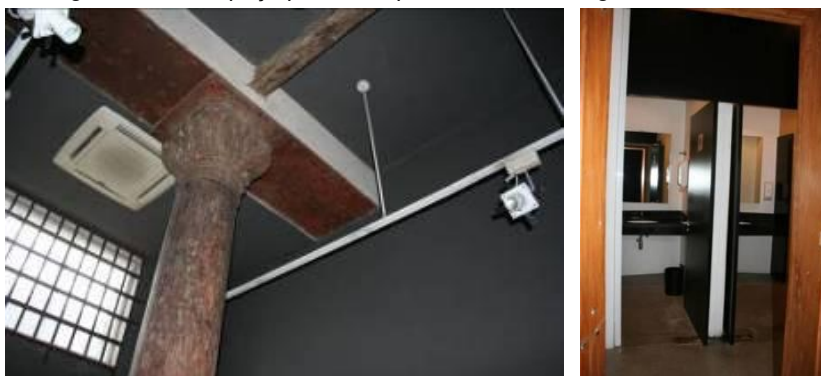
Acreditamos que a ausência de um projeto museológico e do desenvolvimento sistemático de atividades com a inauguração do Memorial, o que se sucedeu foram descontentamentos de inúmeras ordens: pela denominação (porque ali nunca se teve liberdade); pelo apagamento das memórias do lugar, que tinha se tornado completamente asséptico e que em nada lembrava o presídio; pela não exploração do potencial educativo e cultural, ou seja, houve uma reforma, mas não a revitalização de fato do espaço.

Mesmo uma análise superficial sobre o Memorial da Liberdade evidencia que o objetivo da reforma era fazer do espaço carcerário um local para atividades culturais,

¹⁷ Criado inicialmente como Memorial do Cárcere por meio do Decreto no 46.508, de 21 de janeiro de 2002, mudou a denominação para Memorial da Liberdade no dia 5 de julho de 2002, pelo Decreto no 46.900.

notadamente exposições, e daí a preocupação com o conforto dos visitantes: a pintura nas paredes, a instalação de banheiros no corredor, os aparelhos de ar condicionado, dentre outros elementos. Por outro lado, ele foi fruto de uma conjuminância de fatores, dentre eles o estado de degradação do lugar¹⁸, o trabalho apenas de um escritório de arquitetura sem um projeto museológico e profissionais de outras disciplinas e especializações, e a não participação dos grupos de interesse.

Figuras 2 e 3: espaço prisional após a reforma inaugurada em 2002.



Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.

¹⁸ Ao contrário de alguns lugares que foram utilizados como prisões políticas e fechados tão logo terminou o regime autoritário, o espaço prisional do antigo Deops/SP continuou a ser usado, basicamente como depósito. Fotografias dos anos 1995 e 1999 mostram a insalubridade do local, com o lixo acumulado e paredes esburacadas que evidenciam que já não havia possibilidades de abrir à população um local naquelas condições, e que o mesmo já não era aquele que faz parte das memórias dos que estiveram ali entre as décadas de 1960 e 1970.

A não musealização do espaço, ou mesmo a ausência de informações básicas sobre o edifício e o espaço prisional não colaborava para que os visitantes tivessem as informações que propiciassem a reflexão e o conhecimento, que acreditamos necessários para se estabelecer uma relação dialógica de forma a estimular uma consciência crítica e facilitar a ação transformadora do homem.

Foi necessário, então, um novo contexto sociopolítico para voltar o interesse para o edifício: entre final de 2006 e 2007, várias atividades foram realizadas por militantes, ex-presos políticos e organismos governamentais, com o objetivo de renovar a mobilização em defesa de uma Justiça de Transição¹⁹; os olhares de militantes (especialmente do Fórum Permanente de ex Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo) se voltam para esse lugar de memória e as reivindicações de reformulação do espaço são acolhidas pela então administração do Estado. Em 2007, a gestão do Memorial da Liberdade havia sido transferida para a Pinacoteca do Estado de São Paulo, que já gerenciava o prédio desde 2004 por abrigar a Estação Pinacoteca²⁰.

Assim, é no ano de 2007 que se inicia nova fase para esse lugar da memória, com a solicitação de um projeto pela direção da Pinacoteca do Estado a uma equipe interdisciplinar

¹⁹ De acordo com informação de Maurice Politi, ex preso político e presidente do Fórum Permanente de ex-Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo.

²⁰ O Decreto Lei no 48.461, de 20 de janeiro de 2004, revoga o de criação do Museu do Imaginário do Povo Brasileiro e cria a Estação Pinacoteca.

de consultores formada pela museóloga Maria Cristina Oliveira Bruno (Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo), pela historiadora Maria Luiza Tucci Carneiro (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP) e pela educadora Gabriela Aidar (Pinacoteca do Estado de São Paulo). A proposta “Projeto Museológico de Ocupação. Memorial da Liberdade” é entregue no mês de agosto do mesmo ano, apresentando um projeto com nova perspectiva museológica, e que assumia o compromisso de esclarecer o que se passou neste edifício no período ocupado pelo Deops/SP.

A implantação foi iniciada em 1.º de maio de 2008, com a mudança do nome para Memorial da Resistência, e com a realização da exposição “Direito à Memória e à Verdade. A Ditadura no Brasil 1964-1985”, realizada em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Analisar o processo que envolve o Memorial da Resistência de São Paulo, um lugar da memória por excelência, pode ser um exercício muito rico, uma vez que engloba as questões colocadas anteriormente: um local símbolo da repressão institucionalizada; o abandono a que foi relegado, mesmo enquanto parte do prédio ainda era ocupada, deixando-o completamente degradado; a recuperação por meio de um projeto do governo do estado, mas sem uma perspectiva museológica, limitando sua atuação e trazendo descontentamentos (Memorial da Liberdade,

2002); as iniciativas de grupo de interesse (Memorial da Resistência, a partir de 2007) e a potencialidade da Museologia em recuperar esses lugares, por intermédio do processo museológico.

Essa experiência colabora para a reflexão sobre a necessidade de definição de projetos para os lugares de memória, a pertinência dos processos de musealização, a distinção entre exposição e processo museológico e, especialmente, a preservação como ato político.

Como instituição de memória, podemos dividir sua trajetória em duas fases: a primeira, como Memorial da Liberdade, inaugurado em 2002, e a segunda, a partir de 2007, quando é elaborado o Projeto Museológico de Ocupação. O quadro seguinte sintetiza as diferentes perspectivas que ampararam suas implantações e que influenciaram em suas diferentes trajetórias:

Memorial da Liberdade ➤ Revitalização do centro da cidade - Participação da sociedade civil? - Projeto museológico?	Memorial da Resistência ➤ Justiça de Transição - Demandas da sociedade civil → Estado - Projeto museológico - Abordagem sociomuseológica - Perspectiva museológica processual (museu-processo)
--	---

Quadro 3 - síntese: diferentes perspectivas

Assim, o Memorial da Resistência de São Paulo é resultado da conjugação necessária, sob nosso ponto de vista, de três elementos – da reivindicação da comunidade, do

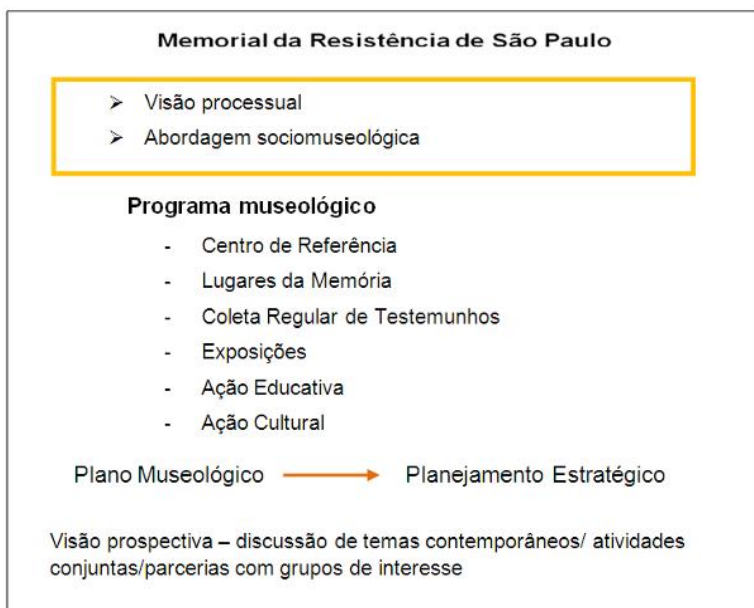
interesse do governo e da intervenção museológica –, mas podemos afirmar que foi o olhar museológico que viabilizou o processo desde o início e possibilitou sua continuidade, sem desvirtuar seu objetivo. Para Varine (2008, p. 17), “algumas vezes, o museu é reconhecido por esses poderes como uma manifestação da reivindicação identitária ou da inclusão do cultural no desenvolvimento que é seguidamente considerado apenas econômico”. É o caso, por exemplo, quando o interesse tem na base a indústria turística, que na maioria das vezes vê o museu apenas como um lugar com exposições e lojas, restringindo suas possibilidades de atuação.

Se fosse apenas para atender às reivindicações de militantes ou da indústria turística²¹, não seria necessário um projeto museológico, mas tão somente uma exposição de longa duração e, para complementar, talvez uma ação educativa que tivesse como objetivo maior receber os visitantes. Já um olhar museológico comprometido é sempre prospectivo. E é o compromisso assumido que colabora para que, mesmo com todos os percalços que possa passar a instituição (falta de verba, de equipe etc.) ela não perca o foco: a rota foi traçada e a bússola deverá estar sempre à mão.

O projeto museológico do Memorial da Resistência de São Paulo, inaugurado em 24 de janeiro de 2009, foi concebido e implantado visando à ampliação da ação

²¹ Uma vez que o lugar encontra-se em importante pólo cultural da cidade, e por isso sempre às voltas com projetos de revitalização.

preservacionista e do potencial educativo e cultural do lugar, com o objetivo de fazer dessa instituição um espaço voltado à reflexão e à promoção de ações que contribuam para o exercício da cidadania, para o aprimoramento da democracia e à conscientização sobre a importância do respeito aos direitos humanos. A seguir, apresentamos uma síntese do processo que vem se desenvolvendo no Memorial:



Memorial da Resistência de São Paulo: uma instituição em processo

O Programa Museológico do Projeto de Ocupação²² definiu o conceito gerador e indicou algumas características que deveriam ser priorizadas, em virtude do histórico do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP e da trajetória de ocupação do edifício, inclusive a atual, como Estação Pinacoteca, um museu de arte, e foi estruturado em ações de pesquisa, salvaguarda e comunicação, que deveriam ser desenvolvidas também a partir de articulações com outras instituições preservacionistas e de pesquisa, bem como com instituições governamentais e civis e organizado em seis linhas de ação: Centro de Referência, Lugares da Memória, Coleta Regular de Testemunhos, Exposição, Ação Educativa e Ação Cultural.

A partir dessas premissas, pode-se compreender que o processo que envolveu a perspectiva histórica, o programa museológico e a concepção da exposição de longa duração, bem como da ação educativa e cultural do Projeto Museológico, foi permeado por uma posição política engajada, crítica e assumida. Escolher a resistência política e dar voz aos protagonistas da história (a resistência), ao envolver os ex presos políticos no processo de implantação, foi uma forma de não somente desvelar a sua importância para a conquista da

²² O projeto na íntegra consta na publicação realizada pelo Memorial da Resistência, em 2009.

democracia, mas como necessária para o seu aprimoramento na atualidade.

Dar voz aos protagonistas significou envolvê-los no processo desde o início. Assim, com o encaminhamento dos trabalhos e as sistemáticas reuniões foram iniciadas as coletas de testemunhos, necessárias para o entendimento da resistência, do cotidiano na prisão e do espaço carcerário²³; concomitantemente, outros profissionais foram sendo incorporados à dinâmica, como os funcionários dos diversos núcleos da Pinacoteca do Estado e empresas terceirizadas.

Figura 4 e 5 - Reunião multidisciplinar e coleta de testemunhos.



Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.

A despeito de tudo o que pode significar ativar memórias de traumas ainda não tão distantes, a alegria de

²³ Além disso, o projeto expográfico tinha como premissa básica dar voz aos protagonistas da história – os resistentes.

alguns momentos, a solidariedade e a esperança no futuro presentes nos testemunhos foram facilitadores no que se refere à seleção do que deveria ser lembrado e, portanto, selecionado para a exposição. Com isso, o projeto inicial sofreu algumas adaptações e foi possível contar com a colaboração destes cidadãos. Mas foi também um profundo exercício de negociação, especialmente entre os militantes e em dois segmentos, que envolvia desde a memória à representação: em relação à reconstituição de uma cela e na construção de uma maquete do espaço prisional, pois nem todos estiveram no mesmo período e evidente que cada espaço se transformou muito rapidamente à medida que a repressão aumentava.

Figuras 6 e 7 - Maquete do espaço carcerário e cela parcialmente reconstituída



Foto: Pablo Di Giulio. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.

Mas a participação dos ex-presos foi muito mais ampla no período que antecedeu a inauguração do Memorial da

Resistência, quando pudemos contar com parceiros de fato, que trabalharam em vários segmentos com a equipe e colaboraram empenhadamente para a resolução dos inúmeros desafios dos recursos expográficos, no atendimento em visitas educativas e na realização das atividades culturais (os Sábados Resistentes), na articulação com instâncias governamentais, entre tantas outras formas de companheirismo.

E o projeto teve, de fato, uma autoria compartilhada; os recursos expográficos tiveram a participação da equipe, seja na ideia, no desafio, na proposta de solução e na concretização. E foram muitos os desafios: reinterpretar esse lugar de memória de forma a atrair diversos públicos (e de tal forma que eles quisessem voltar com a família e os amigos); conseguir selecionar e comunicar em um espaço tão pequeno e não construído para visitação; equilibrar informação com emoção; que as histórias contadas pelos ex-presos fossem um estímulo para a necessária resistência, ainda hoje, e não um obstáculo; e, no mesmo grau de importância, que não fosse mais uma experiência frustrada para aqueles que resistiram. Por isso, cada elemento foi pensado, discutido e realizado com o cuidado e o respeito que tem por merecimento iniciativas desta natureza.

Figura 8 - A foto mostra o Módulo B e a entrada para o Módulo C



Foto: Pablo Di Giulio. Acervo Memorial da Resistência de São Paulo.

Mas o processo não foi encerrado com a inauguração do Memorial, e a essência das premissas norteadoras na implantação do projeto museológico foi preservada no desenvolvimento institucional: a dinâmica de trabalho coletivo, multiprofissional e interdisciplinar, a participação do Núcleo de Preservação da Memória Política²⁴ do Fórum Permanente de ex Presos e Perseguidos Políticos do Estado de São Paulo em diversos Programas, de outros grupos que participam por meio das atividades culturais, bem como o seguimento das linhas de ação programáticas²⁵.

²⁴ O Núcleo de Preservação da Memória Política, mais conhecido como Núcleo Memória, foi criado pelos representantes do Fórum de ex Presos (Maurice Politi e Ivan Seixas) que atuaram como consultores logo após a inauguração do Memorial da Resistência.

²⁵ No entanto, essas linhas de ação encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento: aquelas voltadas à pesquisa e salvaguarda (Lugares da Memória, Coleta Regular de Testemunhos e Centro de Referência) ainda estão em diferentes estágios de implantação; as voltadas à comunicação

No entanto, por várias razões, as linhas programáticas encontram-se em diferentes estágios de desenvolvimento: aquelas voltadas à pesquisa e salvaguarda (Lugares da Memória, Coleta Regular de Testemunhos e Centro de Referência) ainda estão em diferentes estágios de implantação; as voltadas à comunicação (Exposição, Ação Educativa e Ação Cultural), mesmo estando em pleno funcionamento e sejam as responsáveis pela visibilidade cada vez maior do Memorial, consideramos que ainda estão em vias de consolidação, pelo fato de haver ainda muito a ser explorado.

Nesse sentido, cabe sublinhar que priorizar a extroversão foi, mais que uma opção, uma necessidade: era de suma importância dar visibilidade à Instituição para que despertasse o interesse de um maior número de cidadãos e de instituições, especialmente as voltadas ao ensino, além das potenciais apoiadoras e parceiras do Memorial, bem como dos diversos grupos de atores sociais que ainda não estavam engajados no processo.

Além desses programas, outras ações têm sido implementadas com vistas ao conhecimento da instituição e dos seus públicos, à interlocução com instituições nacionais e internacionais para ampliar a visibilidade do Memorial da Resistência bem como para troca de experiências, além dos

(Exposição, Ação Educativa e Ação Cultural), mesmo estando em pleno funcionamento e sejam as responsáveis pela visibilidade cada vez maior do Memorial, consideramos que ainda estão em vias de consolidação.

esforços envidados para as devidas conexões com as ações da Pinacoteca do Estado e da Estação Pinacoteca, tais como avaliação de público, comunicação institucional e a articulação com projetos ligados às artes.

De janeiro de 2009 a dezembro de 2011, o Memorial da Resistência já recebeu em torno de 200 mil visitantes, atendeu 38 mil pessoas em visitas educativas, realiza 3 exposições temporárias por ano e aproximadamente 25 atividades culturais (palestras, seminários, lançamento de livros, exibição de filmes e apresentação de peças de teatro). Tem realizado ações na área de pesquisa para o desenvolvimento dos programas Lugares da Memória e Centro de Referência e em 2012 dará continuidade ao programa Coleta Regular de Testemunhos.

É por meio dessa perspectiva processual que o Memorial vem se desenvolvendo e tem se tornado uma referência tanto no Brasil como no exterior como uma instituição atuante e que colabora com a reflexão não somente do passado, mas também de temas contemporâneos, e estimulado, seguramente, a criação de outras instituições.

Referências

ALMEIDA, G. (2004). **As esperanças do passado**. Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade estadual de Campinas para a obtenção do grau de mestre, orientada por Sérgio Salomé Silva, Campinas, SP.

BRUNO, M. C. O. **Museologia**: a luta pela perseguição ao abandono. Tese apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Livre Docente. São Paulo, 2000.

BRUNO, C. Museologia e comunicação. **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa, n.9, p.10, 1996.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011.

DAVALLON, Jean. **L'évolution du role des musées**. La Lettre de l'Ocim, n. 49, s/d.

GUARNIERI, W.R.C. Conceito de cultura e sua inter-relação com o patrimônio cultural e a preservação. In BRUNO, M. C. O. (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, p. 203-210. GUARNIERI, Waldisa Rússio. **A interdisciplinaridade em museologia**. s/d.

MINISTERIO DE CULTURA, Dirección General de Bellas Artes Y Bienes Culturales, Subdirección de Museus Estatales. **Criterios para la elaboración del Plan Museológico**, Espanha, 2006.

MOUTINHO, M. C. **Definição evolutiva da sociomuseologia**: proposta para reflexão. Lisboa/Setúbal: XIII Atelier Internacional do MINOM, 2007.

MOUTINHO, M. Sobre o conceito de museologia social. **Cadernos de Museologia** - Centro de Estudos de Socio-Museologia. Lisboa,, n. 1, p. 5-6, 1993.

NEVES, K. R. F. Programas museológicos e museologia aplicada: o Centro de Memória do Samba de São Paulo como estudo de caso. **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa, n.21, 2003.

NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História** - Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História. São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993).

PIRES JR, P. A; TORELLI, M. (Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**. Brasília, n° 3, p. 108-139, 2010.

POLLAK, M.. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, M.. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15. 1989.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Direitos Humanos 3**. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/pndh3/pndh3.pdf>. Acesso em 12/6/2011.

STUART, D.. **Plano Diretor**. Tradução de Maria Luiza P. Fernandes. São Paulo: Editora de Universidade de São Paulo; Fundação Vitae - (Museums & Galleries Commission - Série Museologia, 1,. 2001.

VARINE-BOHAN, H. Museus e desenvolvimento local: um balanço crítico. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira; NEVES, Kátia Regina Felipini (Coord.). **Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento**: propostas e reflexões museológicas. São Cristóvão: Museu de Arqueologia de Xingó, 2008, p.11-20.

Universidad Pública y memoria

Claudio Guevara

Presentación¹ Intentar reflexionar sobre Universidad Pública y memoria requiere -en este caso- de algunas precisiones que hacen a la estructura de la exposición.

Por una parte será necesario encuadrar el término “memoria” para lo cual en el próximo apartado se hace de manera esquemática, una breve exposición sobre el tratamiento del tema.

También es ineludible caracterizar el contexto social y la situación de las universidades, ya que partir de 1976 con la instauración de la dictadura militar, comienza en Argentina un proceso de implementación de un conjunto de políticas de corte neoliberal que con diferente intensidad se mantiene hasta los primeros años del presente siglo cuando se inserta en una nueva realidad regional que definimos para una parte importante de Latino América como posneoliberal. Pero, más allá de su impacto negativo en los diversos ámbitos de la vida social, interesa para este trabajo señalar algunas

¹ Una primera versión fue presentada en la mesa destinada a analizar museos de memoria en el marco del V Seminario de Memoria y Patrimonio organizado por la Maestría en Memoria Social y Patrimonio Cultural en la Universidad Nacional de Pelotas. En esta segunda intentamos recoger algunos comentarios realizados por colegas en esa jornada pero mantenemos el tono coloquial que tuvo la charla. Aprovecho para agradecer una vez más, a la Profesora María Leticia Mazzucchi Ferreira las atenciones prodigadas con ocasión del evento.

consecuencias que el modelo neoliberal ha tenido – y tiene aún – en la universidad pública; temas estos que serán tratados en el 3er apartado.

Finalmente para poder reflexionar sobre algunas de las posibilidades que tiene la Universidad Pública de contribuir en el proceso de búsqueda de memoria, hemos escogido presentar dos experiencias -por así decir dos casos- donde una institución perteneciente a la Universidad Pública, la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA procura con su accionar, aportar al proceso de consolidación de la memoria social.

En un caso se tratara de la reorganización de un museo, ubicado en la ciudad de Tilcara, provincia de Jujuy, extremo norte del país limitando con Bolivia y a 1.700 km de la capital donde está establecido un espacio universitario perteneciente a la Facultad. Allí funciona el Museo Arqueológico Dr. Eduardo Casanova, el Pucara (recuperación de un sitio arqueológico con señales de ocupación humana muy anterior a la conquista hispánica) y un Instituto de Investigaciones que también contiene ofertas formativas de posgrado (maestrías y doctorado).

El otro caso está relacionado con la desaparición y muerte de numerosos ciudadanos - preponderantemente jóvenes durante la última dictadura militar en Argentina. Diversos trabajos realizados por equipos de investigación han permitido recuperar información institucional sobre los más de 400 jóvenes (estudiantes, profesores y personal no-docente de la Facultad) desaparecidos.

Así pues presentamos casos que esperamos pueden aportar al tratamiento de la memoria: en uno a la memoria individual y colectiva, memoria social reciente, en otro – mas complejo – es memoria y es historia pero sobre todo es una mirada sobre el trabajo que procura contribuir al proceso identitario de sectores subalternos a lo largo del acontecer histórico regional.

Memoria y reconstrucción

Para muchos de nosotros en la Argentina de los últimos años, el término memoria está connotado tanto por el recuerdo cuanto por la crítica a un pasado mas o menos reciente: la década de los 70. Época que hasta hace algún tiempo se nos aparecía lejana si comparábamos aquellos paradigmas setentistas “vis a vis” los instalados en el auge de las propuestas neoliberales y el pensamiento único. Pero hoy, a la par de los cambios en gran parte de la región que nos permite pensar en una etapa posneoliberal, las utopías que se están construyendo evocan y tienen alguna afinidad con aquellas pretéritas y a la vez, se presentan confrontando con los paradigmas contruidos desde el Consenso de Washington mediante el pensamiento único. Ese pasado generacionalmente contemporáneo, se nos representa real en su carácter trágico acentuando su repercusión en el presente.

En ese contexto, el Estado represivo-autoritario que se instaló en el país a partir de marzo de 1976, generando un bloque en el poder con estrategias de exterminio y responsable de cometer crímenes de lesa humanidad nos

hace comprender que el proceso que permite recordar y por sobre todo hacer público esos recuerdos no es lineal. Así, en aquellos lugares donde se vivieron violentos conflictos políticos con prácticas genocidas y represiones que expresan sucesos connotados como fuertes situaciones de catástrofe social, las acciones de recordar y hacer públicas esas interpretaciones no son fijas e inmodificables, sino por el contrario pueden responder a lógicas complejas (JELIN, 2002).

Así, la memoria opera como representación del pasado ante la necesidad de interpelar el presente. Coincidiendo con Vasallo se puede decir que la memoria que evoca ese pasado ante la necesidad de interpretar el presente, no es única, es múltiple, así como lo es la sociedad vista como campo de disputa de intereses contrapuestos, del espacio donde diversos actores expresan las particularidades de la tensión social. Lo que llamamos memoria es un campo de disputa entre diferentes interpretaciones del pasado que se corresponden con diferentes posicionamientos en el presente. Por eso la memoria como una práctica social eminentemente política se sitúa desde el presente pero teniendo en cuenta que no toda mirada hacia el pasado necesariamente ilumina al presente ya que depende de cómo se lo mira e interroga (VASSALLO, 2010 y CALVEIRO, 2004).

Las interpretaciones pretéritas y los posicionamientos contemporáneos, nos hablan de memoria en construcción y quizá nunca acabada. Memoria que más que recordar permite reconstruir y encontrar los múltiples sentidos en la

reconstrucción, reconociendo también que aquello que no encuentre ubicación en la reconstrucción va erigiendo el cajón de los olvidos (JELIN, 2002).

También Jelin nos dice que la “memoria colectiva” puede interpretarse en el sentido de memorias compartidas, de luchas políticas que atravesaron diversos momentos y en nuestro país es claro. Las organizaciones de derechos humanos fueron los primeros en reclamar “verdad y Justicia” sumándose posteriormente a la propuesta espacios culturales y artísticos y este movimiento hace que el conocimiento del pasado sea un campo de acción política con involucramiento de organizaciones sociales y también campo de estudio académico.

Es entonces articulación entre memoria individual y memoria colectiva, entre memoria e identidad también individual o colectiva desde la perspectiva que son lugares de partida y no de llegada, lugares desde donde se puede pensar. Como alguien dijo identidad y memoria no como cuestiones que pensamos, sino como lugares desde donde pensamos.

Memoria entonces como posibilidad de dotar de vos a los derrotados, como proceso de reconstrucción del pasado y como proceso de construcción de conocimientos del presente. Quizá sea éste el sentido de Walter Benjamín, ya que para él la memoria no es añoranza del pasado, no es asunto privado, no es, tampoco (la memoria) incapaz de proporcionar conocimiento, por el contrario el proceso de constitución de memoria y de identidad es también de conocimiento (MATE,

2006). Esa memoria contornea el pasado, otorgando sentido al presente y delinea el futuro en el acto de dotar de sentido a ese pasado al que se interpela desde el presente. Colaborando también con el proceso de definición identitaria de aquellos que son interpeladores de lo acontecido.

Es que si el presente no la interpela, la imagen del acontecimiento pasado va desvaneciéndose y este es uno de los cabos que asidos por la Universidad Pública en sus cátedras e investigaciones, le permiten construir ámbitos desde donde se interroga al pasado en la procura de dilucidar acontecimientos, buscando el camino que permita generar el conocimiento necesario para la reconstrucción de identidades y ciudadanía, pero sin desconocer que la acción de interrogar al pasado desde el presente tiene un componente ideológico lo que nos enfrenta a mas de una memoria².

Esa actitud es también determinante para que las instituciones (en este caso para que la FFyL de la UBA) se plantee determinadas políticas a la par que trabaje también sobre su memoria. En este camino vienen al encuentro la

² En argentina así como luchan por la memoria todo un espectro progresista y democrático también lo hacen las principales figuras represivas como por ejemplo Rafael Videla quien encabezó el golpe milita y defendiendo su accionar procura reivindicación política del golpe y en esa medida se puede pensar en cuanto menos dos memorias sobre un mismo acontecer. Candina Palomar (2002) señala una situación parecida en Chile recordando que la Fundación Pinochet tiene programas de recuperación de la memoria. Esta situación de memorias vs memorias muestra otro campo de disputa donde lo ideológico-político esta (por supuesto) absolutamente presente.

memoria individual, la colectiva y la institucional que en alguna medida, se vio involucrada. El propio trabajo de investigación en su interés por develar el olvido que hace oscurecer lo acontecido, brinda elementos que permiten interpelar de alguna manera el comportamiento institucional. Comportamiento institucional que nunca es neutro y que no siempre fue el adecuado para la protección de los perseguidos y/o en la defensa de derechos humanos.

Ahora bien, antes de pasar a la exposición específica de los casos seleccionados se considera necesario plantear de manera muy esquemática mínimas consideraciones sobre algunos aspectos del “rol necesario” que debería contener la Universidad que entre sus metas se plantea aportar a la construcción colectiva de memoria e identidades sociales.

“Compromiso Social de la Universidad Pública”

No se trata de que las puertas de la Universidad se abran al pueblo; eso es una concesión. Es la Universidad del pueblo; es el pueblo en su Universidad. (Jorge Taiana, Ministro de Educación, mayo de 1973)

Entre 1976 y 2003 Argentina vivió 7 años de dictadura militar y 20 de democracia; todos años enmarcados con más o menos énfasis en lo que podríamos definir, desde una rápida aproximación, como modelo neoliberal. En nuestros países del Continente todos hemos visto las consecuencias de estas políticas implementadas hora en dictadura hora en democracia y desbocada post Consenso de Washington a

finis de los 80s. Por otra parte, entre 1982 y 1990 una quincena de países logran realizar la transición política desde la dictadura a la democracia (BEJAR, 2002) adoptando todos las principales propuestas surgidas en ese consenso y participando así de ese proyecto.

Simultáneamente y producto del mismo Consenso, en el último decenio del siglo pasado se produce en prácticamente todo el Continente un proceso de “reformas educativas” llevadas a cabo por estos gobiernos. Reformas que implementadas en estos países fueron diseñadas y orientadas por los organismos multilaterales de crédito y estuvieron enmarcadas en la redefinición del rol del Estado, preponderancia del mercado, cuestionamientos al Estado de Bienestar, apertura de la economía en un marco de dura crítica al modelo de industrialización por sustitución de importaciones y que, más allá de estos aspectos, tuvo por principal objetivo diversos mecanismo destinados a la desinversión en educación e incorporación de la enseñanza superior a la lógica de atender prioritariamente las necesidades del mercado.

De tal manera que, quienes toman a su cargo la implementación de propuestas de corte neoliberal diseñadas por gobiernos dictatoriales, son básicamente los gobiernos democráticos. En Argentina es por demás claro: para establecer el proyecto neoliberal fue necesario la implementación de un tipo de Terrorismo de Estado de características nunca vistas, destinado a lograr el disciplinamiento de importantes sectores de una sociedad

políticamente movilizada. Para continuar con el modelo neoliberal alcanzo con sucesivos Estados Democráticos cuyo denominador común fue el compromiso o la incapacidad para romper con ese “consenso” generado en Washington pero del que no participaron aquellos que se vieron mas involucrados.

En realidad lo que esta en juego son diferentes tipos de democracia. Se expresó en un momento el auge de gobiernos democráticos liberales que construyeron discursos impulsados por organismos económicos internacionales donde se habla de “participación de la sociedad civil”, “descentralización” de las áreas encargadas de las políticas públicas para estar “más cerca de los usuarios” del “involucramiento de la sociedad civil” en las acciones. Todos eufemismos que contenían la intención de privatizar y desinvertir en lo que hace a las políticas públicas y consolidar un “Estado Mínimo” meta obsesiva del neoliberalismo pese a que hable de sociedad civil (refiriendose, al tercer sector) participación (luego reducida a la formalidad) consolidación del “capital social” y otras propuestas (DAGNINO, 2005).El fracaso de estas políticas abre la posibilidad a la consolidación de otras propuestas en diversos países del Continente donde se realizan ensayos de profundización democrática, ampliación de ciudadanía, revalorización de la política, ampliación en la cobertura de políticas públicas, revalorización del rol del Estado, regulación del conflicto social y redistribución del ingreso. Se está así ante un nuevo proyecto democrático, promoviendo diversas formas de participación e involucramiento social en torno a las políticas públicas y en

general a las políticas a las acciones de los gobiernos³ (DAGNINO, 2005).

Con relación a la educación superior en la etapa de la democracia neoliberal de los noventa, interesa destacar dos consecuencias muy visibles. Una hace a los resultados del desfinanciamiento que los gobiernos someten a las universidades y otra a la notable expansión de la matrícula. Así en un marco de notable restricción económica las Universidades Públicas se ven sometidas a la presión de la importante expansión de la demanda social y mientras menos recursos contaban las universidades, más personas demandaban espacios en los claustros (MOLLIS, 2010).

Comenzó también el proceso de evaluación, de acreditación, de definiciones sobre calidad, todas categorías cuyo contenido fue definido por los técnicos de esos organismos internacionales sin consulta y sin consenso (una vez mas) con los actores de la educación superior.

Es así que surgieron respuestas diferentes. Instituciones que modificaron el principio de gratuidad del nivel superior del sistema, se vendieron servicios para aumentar los recursos propios, se abrieron posgrados arancelados y orientados a cubrir áreas de actualización profesional en desmedro de los posgrados académicos de carácter científico, se acortaron las carreras para otorgar títulos intermedios con

³ En Argentina, este proceso comienza hacia 2003 con el gobierno de Néstor Kirchner; mientras que la eclosión del modelo neoliberal tiene un hito en Diciembre de 2001.

reconocimiento en el mercado de trabajo. En fin se organizaron un conjunto de ofertas destinadas a la procura de recursos económicos de las universidades⁴, pensadas más desde la lógica del mercado que de la utilidad social de las mismas.

Esta situación ha ido cambiando y así como América Latina fue el lugar donde se expreso quizá con mayor intensidad (¿brutalidad?) el modelo neoliberal producto del Consenso de Washington, también fue el lugar donde se desencadenaron convulsiones sociales que promovieron cambios. Quizás haya que resaltar el hecho de que en el continente donde más rápido se extendió el neoliberalismo encontrando un territorio privilegiado, es a su vez el lugar donde al poco tiempo se produce la mayor resistencia y construcción de alternativas a ese modelo (SADER, 2009).

Muchos países del Continente están viviendo un proceso de importantes transformaciones y de una profundidad tal que hace hablar de la apertura de un ciclo posneoliberal. Los cambios acaecidos en la esfera económica, política y social permitieron la irrupción de nuevos sujetos protagónicos, de notable ampliación de ciudadanía, de reconstrucción de identidades y de cambios paradigmáticos.

La actual coyuntura política y social enfrenta a las Universidades al dilema (quizá nunca cabalmente resuelto) de

⁴ La intensidad de los problemas generados en esta etapa hace que aun muchos de ellos perduren pese a que esos países no continúen con propuestas de corte neoliberal.

definir su rol dentro del proyecto nacional de país. Los nuevos cambios interpelan y demandan de las Universidades ciertas definiciones. Estos Estados Posneoliberales se enfrentan a la tarea, en algunos casos, de prácticamente refundar Estados y en otros de revertir políticas de vaciamiento. Un paso necesario es la implementación de programas de capacitación y fortalecimiento de los cuadros administrativos y técnicos ahora imprescindibles. La situación enfrenta a muchos Estados latinoamericanos al desafío de constituir una agenda de cambios en función de necesidades, expectativas e intereses de actores sociales protagonistas de estos cambios y a la vez los enfrenta al problema de no contar con cuadros técnico-profesionales capacitados para desarrollar esta tarea. Es que el proceso anterior de achicamiento y vaciamiento del Estado neoliberal hace que el “Estado Heredado” no sea el mas apropiado para construir el “Estado Necesario” que la situación concreta requiere (DAGNINO, 2009’)

Repensar la formación de cuadros del Estado aparece como imprescindible cuando los cambios propuestos son sustantivos y así se hace visible la transición del “Estado Heredado” al “Necesario” que deberá planificar e implementar las nuevas acciones que numerosos actores sociales reclaman. Por consiguiente, este contexto de cambios políticos continentales, no deja de ser el lugar adecuado donde hay que pensar alternativas a la configuración de Estados actualmente existentes por vía de adhesiones a condiciones que pueden tornar viable un escenario normativo en construcción, en un ámbito caracterizado por el proceso de

radicalización de la democracia (DAGNINO, 2007). Estas son demandas de nuevo tipo que las Universidades deben asumir desde la perspectiva de compromiso con los nuevos proyectos nacionales⁵.

Si embargo, frente a la impronta de la lógica neoliberal que, de alguna manera y en algunos espacios, aún sobrevive en muchas Universidades de la región, es necesario que las universidades se empeñen en repensarse críticamente a la luz de las nuevas situaciones. No es suficiente ofrecer servicios a determinados sectores externos, no le basta a la universidad extender puentes a la sociedad sin reflexionar sobre los significados de esas acciones, sino que es necesario repensar por entero su actuación con una perspectiva social. La responsabilidad social exige que la universidad se reconstruya internamente teniendo por referencia principal la realidad sociocultural de la cual participa. De este modo, la producción de conocimiento, su transferencia, la formación de profesionales con capacidad de lectura crítica de la realidad son tareas del momento. Para esto, la universidad, a la par que mira hacia fuera debe repensarse hacia dentro. En este sentido, lo importante es reflexionar sobre su significado y papel en el proceso de construcción de ciudadanía de

⁵ Posiblemente la mejor manera de asumir estas demandas sea la conformación de redes universitarias que puedan elaborar en conjunto propuestas formativas según capacidades instaladas que sean aprovechadas por los Estados involucrados, como manera de generar sinergias. Será también esto un mecanismo de internacionalizar la educación en torno a necesidades concretas los diversos gobiernos que en la región aparecen con políticas afines.

identidades, de cultura y de recuperación de la memoria, en estos nuevos contextos (GOERGEN, 2007).

Es que la responsabilidad social de la educación superior también se asocia a los conceptos de pertinencia y relevancia y, por ende, de calidad con valor público que es diferente al “valor” de mercado. Por consiguiente solo puede ser considerada de alta calidad una educación superior que esté realmente comprometida con los valores públicos de una sociedad específica. Esto significa que son falaces aquellos conceptos de calidad que se sostienen solamente en criterios técnicos, presuntamente neutrales, que hacen abstracción de las realidades concretas, de las demandas, necesidades y voluntades de las personas y comunidades que constituyen la razón de ser de las instituciones educativas. Sin pertinencia y relevancia social no puede haber calidad en la educación comprendida como bien público⁶.

La educación entendida de esa manera es el espacio desde donde se puede comprender tanto la calidad de la educación cuanto sus aportes en la construcción de ciudadanía. Si el referente de la universidad pasa a ser la sociedad los aportes a la consolidación democrática serán

⁶ Una primera definición estriba en considerar la educación como bien público o, por el contrario, como bien transable ya que una u otra posición condiciona posteriormente los criterios de calidad. En el auge neoliberal, los técnicos de los organismos multilaterales que definieron la reforma educativa en la educación superior, elaboraron indicadores contruidos con lógica mercantil y empresarial, para medir la calidad educativa desde la estrategia de ajustar la educación a las necesidades del mercado global. Para este tema ver José Dias Sobrinho (2006).

parte sustancial del acontecer académico. Esta triada democracia, ciudadanía y educación pública con calidad engloban el concepto de responsabilidad social de la universidad y connotan la relación entre gobiernos del nuevo acontecer regional y sus universidades. El desafío es reconocer las dimensiones universales de la educación pero sin dejar de posar la mirada en las realidades regionales, nacionales y locales (DIAS SOBRINHO, 2007).

Es que la Universidad pública debe concebirse como parte de los instrumentos con que el Estado cuenta para garantizar una efectiva redistribución de la riqueza. Un mecanismo es la participación activa en la definición de las políticas públicas y una articulación mayor con las organizaciones sociales. La reconstrucción de un Estado inclusivo y ampliador de ciudadanía implica, entre numerosas cuestiones, ampliación de la democracia.

En este sentido, cuando se proclama la necesidad de contar con una Universidad socialmente responsable, se le está pidiendo a esa Universidad que pueda hacerse cargo de la historicidad de esa comunidad, de su entorno, de sus tradiciones, de sus innovaciones, de su memoria, de su presente y, desde allí, de las tareas que tiene por delante. Conjuntamente con esto, para la Universidad inmersa en la actual coyuntura regional, es impostergable la tarea de resignificación de saberes como base para la generación de conocimientos. El proceso de descolonización de esos saberes puede ser el camino para la construcción de una epistemología del sur que permita mayor profundización

conceptual sobre los acontecimientos políticos, sociales, económicos y culturales que producen los pueblos de la región. (SANTOS, 2009 y CHÁVEZ, 2006).

La educación entendida como bien público es el espacio desde donde se puede comprender tanto la calidad educativa cuanto sus aportes en la construcción de ciudadanía. Si la universidad posa su mirada y tiene por objeto a la sociedad, los aportes a la consolidación democrática serán parte sustancial del acontecer académico. Estos tres componentes (democracia, ciudadanía y educación publica con calidad) condensan el concepto de responsabilidad social de la universidad y connotan la relación entre los gobiernos del nuevo acontecer regional y sus universidades. El desafío es reconocer las dimensiones universales de la educación pero sin perder el anclaje en sus realidades regionales y especialmente, nacionales y locales. (DIAS SOBRINHO, 2008 y SANTOS, 2005).

La universidad tiene la misión de formar ciudadanos y profesionales con aptitudes para aportar a la construcción democrática al tiempo que deberán demostrar capacidad de pensamiento crítico sobre la realidad donde desarrollaran su saber científico-técnico. También la universidad puede ser referencia para el desarrollo y fortalecimiento de la memoria, para la consolidación de la cultura y de identidades nacionales. En ese camino van, entre otros, quienes han desarrollado un campo de investigación que hace a los temas de memoria abordado desde múltiples disciplinas (DIAS SOBRINHO, 2008 y GOERGEN, 2006).

La reflexión sobre el rol de la universidad pública en los procesos de rescate de la memoria nos permite (a modo de ejemplo) presentar dos casos, para reflexionar sobre memoria, construcción de identidades y de ciudadanía. Uno de estos tiene que ver con la represión ilegal de la dictadura militar en el período 1976-83, el otro se inscribe en la definición de los criterios que permitan transformar un museo arqueológico, en la muestra del proceso histórico de construcción cultural en una región de los Andes en Argentina. Pretendemos que este museo no muestre solo la foto de un momento histórico, queremos mostrar la película de lo acontecido expresada en los fotogramas. Hacia allí vamos en esta última parte de la exposición.

Museo y proceso de conflictos sociales

En este punto es necesario presentar, de manera esquemática, presentar el primero de los casos. Se trata de la reorganización, bajo nueva perspectiva, de lo que es un museo arqueológico que, dependiendo de la Facultad de Filosofía y Letras, está ubicado en la localidad de Tilcara, Provincia de Jujuy.

La creación de un espacio de investigación en la zona de Tilcara forma parte de un proceso histórico, político, académico y social que se inicia a principios del siglo XX con el comienzo de las excavaciones en el Pucará en Tilcara. A fines de la década de 1940 esta región cobra mayor fuerza debido a la labor realizada por el arqueólogo Eduardo

Casanova quien con el apoyo de la UBA y de la Provincia de Jujuy emprende la reconstrucción del sitio arqueológico.

Lo que interesa en este caso es puntualizar el desafío encarado a partir que la Facultad en el ámbito de la Secretaría de Investigación elabora la propuesta de cambiar sustantivamente el Museo, dejando la mirada que brinda un museo arqueológico y posándola en una concepción museográfica que permita mostrar el proceso de conformación de las comunidades locales partiendo desde los rastros que estudia la arqueología y llegando al presente, tratando de comprender y exponer el proceso, desde una perspectiva de tensión social.

Estamos hablando de un museo universitario que como tal deberá participar en el proceso de creación y transmisión de conocimiento y operando a su vez como un conjunto discursivo de la cultura, en este caso, de la cultura popular. Se trata de construir relatos, de narrar procesos a través de la muestra de objetos, teniendo por norte la idea de museo en construcción y retroalimentado desde la investigación. Se trata de comprender identidades, su proceso y su contexto.

Se trata de discutir un sistema de representaciones que en su historia (y también en la contemporaneidad) se ha construido desde una determinada concepción de “identidad nacional”. Esa que la “historia oficial” toma del relato de los vencedores “somos una Nación sin indios”, “descendemos de los barcos”. Estas miradas desconocen un proceso histórico de conquista y apropiación de tierras ocupadas por pueblos

originarios. La propia denominación de “campaña del desierto” -a la principal expedición militar del siglo XIX que procura, mediante el triunfo militar y el etnocidio, la expulsión de quienes poseen las tierras para la posterior incorporación al sistema de expansión agrícola-ganadero y agroindustrial de los sobrevivientes- niega la existencia de población indígena que ocupaba ese territorio.

El espacio que actualmente ocupa el pueblo de Tilcara es el resultado de una historia compleja en la que han interactuado y confrontado diferentes grupos humanos a través del tiempo. Esta trayectoria involucra hitos que se relacionan con la ocupación prehispánica de la región, la conquista hispana y los procesos de resistencia, los eventos vinculados con la independencia, la conformación del estado provincial, el despojo de tierras ya señalados y otras cuestiones que expresan actitudes y acciones de los diversos sectores, hasta llegar a la actualidad.

Cuando se efectúa un recorrido por el pueblo es posible visualizar esa sorprendente historia, particularmente aquella que se refiere a las primeras ocupaciones en tiempos anteriores a la conquista. Cada sector muestra alguna referencia vinculada con lo que Tilcara fue tiempo atrás, antes de definirse con el actual trazado urbano. Desde esta perspectiva la arqueología cuenta con información relevante sobre las diferentes épocas en que estuvo ocupado el actual poblado, aunque muchos de ellos se encuentran segmentados debido a las reocupaciones constantes. Así, desde la arqueología es posible retrotraerse a las primeras

aldeas que poblaron el espacio alrededor del 700 después de Cristo. La mirada interdisciplinaria es la que permitirá comprender las sucesivas modificaciones de la estructura social y la propiedad de la tierra. También exponer como fue el paso del uso colectivo al uso privado de la tierra, así como analizar el proceso de incorporación de mano de obra a las nuevas estructuras agrarias, mineras, etc. (OTERO, 2010).

Al igual que para el caso de otras sociedades que no tuvieron escritura, en tiempos prehispánicos los grupos de la Quebrada utilizaron el espacio geográfico para cargarlo de connotaciones y de memoria. El Pucará situado en la cima del cerro, mas allá de haber sido un sitio destinado a la defensa del territorio, marcó un límite político entre grupos y posiblemente fue considerado como lugar de memoria y identidad.

Será necesario exponer ejes que permitan concebir las prácticas económicas (prácticas productivas, de consumo, de circulación de bienes etc.). Prácticas que pueden corresponder a unidades familiares y/o comunidades. Prácticas no visibles desde la taxonomía (tradicional o moderna) ya que sabemos en que lugar se ubica la economía indígena campesina en estas clasificaciones. Ya es un clásico los análisis de antropología económica que muestran como la economía doméstica contribuye a la reproducción de fuerza de trabajo ubicada en la economía capitalista con menor ingreso.

Son estos ejemplos del interés que tiene la propuesta de museo por representar la historia de una tensión social que

produjo múltiples acciones de resistencia en condiciones desventajosas. La literatura especializada nos habla de un sinnúmero de estrategias de resistencia, de defensa del territorio como espacio básico para organizar la producción, como también nos habla de masacres y políticas de exterminio. Se apuesta a la construcción del museo como un espacio público amplio por lo tanto lejos de la idea de espacio reservado donde el ilustrado “educa” a los iletrados; museo no como mausoleo. Museo una vez más, como construcción de narrativa que pueda explicar un proceso histórico, que facilite la construcción de identidad y recuperación de memoria.

Las miradas que se junten para reconstruir este proceso deberán responder a criterios de interdisciplinariedad. Se trata aquí también, del trabajo que permita construir la muestra que facilite la interpretación el pasado en su transcurso hasta el presente. Lo expuesto en el museo no es solamente un producto material. Es primordialmente la construcción de una narrativa que es igual a una historia contada sobre nosotros o sobre los otros, independientemente que sean estos físicamente distantes o históricamente negados. En la medida que los museos son una colección, lo que se nos presenta como problema es la manera de ordenar y dar sentido a ese contenido (FORTUNA, 1998).

Museo finalmente, como el lugar no acabado y en construcción donde se muestre “estados de investigación” modificables cuando sea pertinente. Con salas “permanentes” y temporarias pero ninguna fija. Con posibilidades de tornarlo itinerante para acercarlo a lugares de difícil acceso.

Aportes para la Reconstrucción de la Memoria Histórica en la Facultad de Filosofía y Letras.

La Facultad de Filosofía y Letras de la UBA fue una de las Facultades en donde el proceso represivo instalado en el país a partir de 1976 adquirió quizá mayor fuerza. En esta institución más de 400 estudiantes, graduados, docentes y no-docentes fueron asesinados y/o desaparecidos debido a la política del Estado Terrorista.

Bajo la concepción de que es posible recuperar las historias de vida de aquellos que la dictadura quiso borrar, se están desarrollando algunas investigaciones que incorporan en el análisis los debates teóricos, políticos e ideológicos de una época procurando analizar el contexto socio-político donde se produjeron los acontecimientos.

Iniciativas desarrolladas hacia 1995 por integrantes del Centro de Estudiantes de la Facultad (CEFyL) que fueron continuadas en profundidad por un equipo de la Cátedra Libre de Derechos Humanos coordinado por Graciela Daleo en un caso y, por un grupo de profesionales del Departamento de Antropología coordinados por Eugenia Morey, Pablo Perazzi y Cecilia Varela en otro, son muestras del interés de diversos espacios de la Facultad por aportar a la reconstrucción de la historia de la represión y recuperar la voz de quienes fueron desaparecidos y/o muertos y pertenecían a la Facultad.

Con similares objetivos estos proyectos parten de la construcción del listado de los damnificados, para pasar luego a recuperar los legajos, fichas académicas y demás

información y a la digitalización de los materiales encontrados para por una parte construir el archivo necesario y por la otra entregar a los familiares copia de esta información. De esta manera se recuperan las huellas dejadas por estudiantes, profesores y personal administrativo en su paso por la facultad. El proyecto continúa con el análisis de la información para posteriormente organizar el proceso de entrevista a familiares para profundizar en la caracterización política y humana de aquellos que fueron desaparecidos.

En realidad, proyectos como estos replantean la necesidad de desarrollar investigaciones sobre un corto periodo quizás aún no suficientemente investigado, como fue la etapa en que la Universidad de Buenos Aires fue la “Universidad Nacional y Popular de Buenos Aires”.

Universidad y Dictadura una experiencia de reconstrucción colectiva de la memoria histórica de la Facultad.

La Cátedra Libre de Derechos Humanos fue fundada fundada en 1994 bajo la dirección de Osvaldo Bayer. Entre su proyectos está el de avanzar en la reconstrucción de la memoria colectiva reconstruyendo las historias de vida de cada uno de los detenidos desaparecidos de la Facultad.

En realidad el proyecto se plantea:

(...) investigar la historia de la Facultad de Filosofía y Letras (1976-1983) y las historias de vida de los alumnos, docentes, graduados y no docentes de la Facultad, victimizados por el terrorismo de Estado, encuadrándolos en la

época y el contexto histórico en que estos acontecimientos se inscriben.

La primera etapa consistió en el relevamiento y digitalización de los legajos y su posterior entrega a los familiares. La etapa actual se caracteriza por el objetivo de profundizar las historias de vida de los victimizados, el relevamiento de documentación en la UBA y la búsqueda y sistematización de testimonios recabados a familiares y compañeros.

La segunda parte tiene previsto reconstruir la memoria histórica de la Facultad puntualizando las prácticas políticas e historia de vida de las víctimas ahondando en las políticas de la institución en la etapa señalada. Es aquí que se articula con otro trabajo realizado por un equipo de antropología...

Detenidos-desaparecidos de la Carrera de Ciencias Antropológicas

Hace pocos años, al cumplirse 50 de la creación de la carrera de antropología, un equipo de investigadores/as se planteó la reconstrucción del listado de estudiantes y profesores detenidos-desaparecidos entre 1976-83.

El proceso de identificación de damnificados contó con la colaboración de organizaciones de DDHH, Madres, Equipo de antropología forense y Abuelas. Se partió de una primera identificación de 14 personas y se llegó a constituir un universo de unas 30. Se continuó con la búsqueda de los legajos y su posterior digitalización. La sola mirada de los legajos con los datos personales, títulos secundarios,

permisos de viajes, materias aprobadas, referencias temporales y calificaciones permite una mirada sobre el recorrido institucional de estos estudiantes o profesores.

Un paso más en la reconstrucción de las historias de vida se pueden dar con esas entrevistas a familiares y compañeros que posibilitaron incorporar al análisis filiación política, registros laborales, participación en proyectos académicos.

El proyecto se fue transformando y si bien el objetivo inicial consistía en la actualización del listado de estudiantes y profesores detenidos-desaparecidos pronto se vio la necesidad de contextualizar las condiciones institucionales y políticas de ese período lo que da origen a un conjunto de preguntas.

¿Cual era el proyecto de universidad donde realizaron sus recorridos?

¿Que expectativas depositaron en sus elecciones disciplinarias?

¿Que tipo de formación recibieron?

¿Que lecturas paralelas efectuaron?

¿Que participación tuvieron en la reforma del plan de estudio?

¿Cual fue el comportamiento institucional después del golpe de estado?

Son todas preguntas que permiten la continuación de la investigación brindando mayor completitud a esas historias de vida que como tantas otras que se intentaron borrar hoy resurgen.

La historia, aparentemente serrada mediante las prácticas sistemáticas del horror llega un momento que es abierta y, en este caso con acciones que restituyen la memoria y es este un acto moral y metodológico. La metodología es requerida para restituir a la historia su verdadero objeto. En todo caso las técnicas y habilidades son traídas desde la antropología, la arqueología y el arte de la documentación (GONZALEZ, 2004).

Así pues, a través de estos casos; uno que hace fundamentalmente a la recuperación de la historia de vida de aquellos secuestrados-desaparecidos donde el enfoque de la investigación permite situar la memoria en el marco de procesos más amplios para dar cuenta de las habilitaciones o negaciones de las mismas en su relación con los relatos oficiales.

Cultura, genocidio, historias de resistencia y construcción de subjetividades de manera de poder analizar prácticas sociales, mundos representacionales, entramados culturales que hicieron posible la constitución de los terrorismos de Estado.

El otro a través de reconsiderar la propuesta museográfica como herramienta para trabajar la memoria en construcción, trayectorias sociales y vivencias subalternas procura establecer un enfoque, mediante el cuál los estudios sobre procesos de recuperación de la historia apuntan a descolonizar los saberes científicos en diálogo intercultural con otros saberse.

Estos estudios se enriquecen en el marco de propuestas interdisciplinarias para lo cual se deberá interrogar a la historia, la antropología, la arqueología y la geografía, por nombrar algunas de las que están presentes en este caso.

Conclusiones

En una parte de este trabajo se ha tratado de exponer los efectos destructores que han tenido para la universidad las políticas neoliberales implementadas en el Continente (para el caso argentino a partir 1976).

La construcción de un discurso hegemónico que propugna una universidad “modernizada” (despolitizada) donde prima la meritocracia y el individualismo nos ubica en una universidad ajena a las preocupaciones por discusiones que signifiquen analizar el valor y la utilidad social de lo que se enseñe. (ABDALA, 2007).

De todas maneras para el caso argentino y como reflejo de la nueva situación regional, a partir de 2003 se han producido cambios en el país que también impactan en la universidad. En esta nueva etapa los países de la región al compás de la redefinición del proyecto nacional, se van planteando la “reinención de la universidad” para lo que se debe tener claro que la universidad no la reforman solo los universitarios, ni es posible a la universidad auto-reformarse. Si tratamos de imaginar actores protagónicos de estos cambios seguramente pensaremos en intelectuales críticos, en organizaciones sociales preocupadas por el tema, sindicatos y demás colectivos organizados. Pero

fundamentalmente será el Estado Nacional a partir de su proyecto de país quien promoverá los cambios necesarios.

En este contexto surgirán propuestas de investigación, docencia extensión, transferencia y de organización institucional que se propongan la mas amplia democratización de la universidad y se pueda encaminar a aportar a la solución de los problemas nacionales. Se trata de que la universidad en un contexto democrático se ofrezca como ámbito para la resolución de problemas y concreción de objetivos colectivos.

Los casos que aquí se han expuesto y que hacen a la recuperación de la memoria individual y de la memoria colectiva, procurando construir nuevas narrativas que den cuenta de historia, son mecanismos para aportar a la construcción de identidades y de ciudadanía. Se considera aquí que el proyecto actual de país, mas allá de que pueda no estar cabalmente delineado o estar aún en construcción, contiene algunas cuestiones absolutamente definidas y entre estas se puede mencionar el distanciamiento con las políticas neoliberales, los avances en la consolidación democrática, la no criminalización de la protesta social, o el pleno respaldo a los Organismos de Derechos Humanos en la búsqueda de verdad y justicia.

Es así que hay articulación entre los lineamientos que definen un proyecto de país y actividades desarrolladas por la universidad. Consideramos esto un pequeño paso adelante en el largo camino que deberá desandar la universidad posneoliberal para recuperar su rol de productora de critica social, transmisión de cultura, generación y promoción de

conocimiento de manera de construir nuevas pautas curriculares sabiendo que la elección de lo que es valioso de transmitir tiene, obviamente, implicaciones morales nunca indiferentes (ABDALA, 2007).

Referencias

ABDALA, Carolina. ¿Que enseña la Universidad? El currículo como bisagra entre universidad y necesidades sociales. **Revista del Instituto de Políticas Públicas**,. Año 1, n. 1, diciembre de 2007.

CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición**. Buenos Aires: Colihue, 2004.

BEJAR, Ramón Casilda. La Década Dorada, Economía e Inversiones Españolas en América Latina (1990-2000). Madrid: Universidad de Alcalá, 2002.

DALEO, Graciela. **Proyecto universidad y dictadura**: una experiencia de reconstrucción colectiva de la memoria histórica de la Facultad. FFyL, 2009.

DIAS SOBRINHO, José. Calidad Pertinencia y Responsabilidad Social de la Universidad Latinoamericana y Caribeña. **Tendencias de la Educación Superior**. IESAL-UNESCO.

DIAS SOBRINHO, José Paradigmas y Políticas de Evaluación. En Universidad e Investigación Científica, CLACSO 2004

DAGNINO Renato. La Universidad y el Desarrollo en América Latina. **Altos de Pesquisas em Educação – PPGE/ME FURB**, v. 2, n.º 3, set/dez. 2007.

DAGNINO Renato. **Curso de Gestão Estratégica Pública**. Campinas: UNICAMP, março 2009.

FORTUNA, Carlos. Las ciudades y las Identidades: patrimonios, memorias y narrativas sociales. **Alteridades**. Iztapalapa: Universidad Autónoma Metropolitana-, 1998.

GOERGEN, Pedro. **Tendencias de Educación Superior en América Latina y el Caribe**. IESALC – UNESCO, 2007.

GONZÁLEZ, Horacio. **Memoria abierta**: pasión y método para la reconstrucción de la historia. Buenos Aires: Fundación Memoria Abierta, 2004.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**, Madrid: Siglo Veintiuno, 2002.

JELIN, Elizabeth. Los Derechos Humanos y la Memoria de la Violencia Política. La represión un nuevo campo en las Ciencias Sociales. **Cuadernos del IDES**. Buenos Aires, n.º 2, octubre 2003.

LÓPEZ, Segrera Francisco. **El impacto de la globalización y las políticas educativas en los sistemas de educación superior de América Latina y el Caribe**. S/d.

MOLLIS, Marcela. **Imágenes de posgrado**: entre la academia, el mercado y la integración Regional” en Política de posgrado y conocimiento público en América Latina y el Caribe. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

MOREY, Eugenia; PERAZZI; Pablo ; VARELA, Cecilia. **Proyecto**: detenidos desaparecidos de la Carrera de Ciencias Antropológicas. FFyL, 2010.

MATE, Manuel Reyes. **Medianoche en la Historia**: Comentario a las Tesis de Walter Benjamín sobre el concepto de historia. Madrid: Ed.Trotta, 2006.

SADER, Emir. **El nuevo topo**. Buenos. Aires: Ed. Siglo XXI y

CLACSO, 2009

SANTOS, Boaventura de Souza. **La Universidad en el Siglo XXI**. Para una reforma democrática y emancipadora de la Universidad, México: UNAM, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Una epistemología del sur**. México: Siglo XXI y CLACSO, 2009.

VASSALLO, Marta. **Disertación en la feria del libro Argentina**. Córdoba, 2010.

CHÁVEZ, Reginaldo Zurita **Campus Andrés Bello**. Temuco: Universidad de La Frontera, 2006,

A construção da vocação: memórias e patrimônios em Angra dos Reis, RJ

Aline Vieira de Carvalho

Considerações iniciais Entre os anos de 2005 e 2009, ao longo da minha pesquisa de doutorado, convivi com o desafio de analisar a criação de determinadas memórias coletivas (SANTOS, 2003), a partir da investigação sobre políticas do patrimônio e do turismo, em ambientes considerados urbanos. Os estudos de caso concentraram-se nas cidades de Angra dos Reis e Paraty, ambas as cidades no Estado do Rio de Janeiro. Para mim, uma dos aspectos mais impressionantes da investigação era perceber a conjugação dos discursos oficiais da cidade com mudanças materiais nos espaços citadinos.

Angra dos Reis não apenas se apresentava como um “paraíso ambiental”, a partir dos discursos de sua Fundação de Turismo (Turisangra), da Secretaria de Cultura e das matérias em jornais e revistas de divulgação sobre a cidade, como também sofria intervenções públicas nos seus espaços (ruas e avenidas, praças, praias, entre outros) para se transformar materialmente neste “paraíso ambiental”. O mesmo era realizado em Paraty, mas, nesta cidade, ao invés dos aspectos naturais, era destacado o ambiente histórico-cultural. Em ambos os casos, poderíamos perceber a criação de um corpo elaborado de teorias e práticas sobre as

vocações culturais das cidades, que, por muitas décadas, amparavam-se em um considerável investimento material. O mesmo mecanismo cultural estudado por Said sobre a construção do Oriente pelo Ocidente (SAID, 2003, p. 33), poderia ser lido nas margens da BR-101. Claro, que essa leitura deveria ser pautada em muitas ressalvas, afinal, nas margens da Rodovia Rio-Santos não havia um “outro” excluído e marginalizado, ao contrário, era possível encontrar inúmeros e plurais grupos identitários que viviam múltiplas exclusões.

Os discursos produzidos oficialmente para estas cidades – materiais, pronunciados e escritos – podem ser facilmente compreendidos como controlados, selecionados, organizados e redistribuídos em determinadas redes de poderes (FOUCAULT, 1970). O singular, todavia, era perceber o aspecto religioso que era atribuído a estes discursos; a questão da vocação.

Em todas as narrativas lidas para esta pesquisa sobre as cidades de Angra dos Reis e Paraty, as cidades apareciam como vocacionadas a determinadas memórias. Palavras como “destino, graça, eternidade e vocação” eram amplamente empregadas para escrever e descrever o passado e o futuro dos municípios. Nestas narrativas teleológicas, Angra dos Reis tornava-se **naturalmente** um “ambiente natural”, enquanto Paraty configurava-se **naturalmente** como “um ambiente histórico-cultural”. Não havia outra opção. Ou, pelo menos, não havia outra opção correta que poderia ser seguida.

No interior da teologia da vocação, compreende-se a vocação como um “chamado de Deus” que almejaria a realização plena do ser humano. O chamado seria feito para que se “cumpra uma missão” (OLIVEIRA, 2000). É claro que haveria o livre arbítrio para se cumprir ou não o chamado, mas, dentro dos contextos de morais cristãs, seria certo não atender ao chamado?

Nesta perspectiva cultural, ao ser reconhecida a vocação para uma cidade fechava-se uma série de possibilidades de memórias para os seus espaços. Reconhece-se aquilo que seria o seu dom e silenciam-se os desvios. Sela-se o passado, o presente e o futuro. A grande questão, que este texto, almeja responder é quando nasce a vocação? Quais são os contextos que podem se relacionar a escolha de um único caminho de memória a ser seguido pelos discursos oficiais sobre uma cidade.

É importante frisar que o presente texto é resultado de uma pesquisa de doutoramento (CARVALHO, 2010), já acrescido de algumas novas revisões teóricas. Além disso, este texto foi reelaborado para uma apresentação oral no V Seminário Internacional de Memória e Patrimônio, realizado em outubro de 2011, na Universidade Federal de Pelotas. Por uma questão do tempo de apresentação no referido evento, bem como do espaço existente para o desenvolvimento do texto, optei por tratar apenas do caso de Angra dos Reis. Aproveito o ensejo para agradecer a toda organização do evento e, em especial, a Prof.^a Maria Letícia Mazzucchi Ferreira e ao Prof. Lúcio Menezes Ferreira.

Angra dos Reis: lembrar para quê?

Seria possível, na atualidade, pensar em Angra dos Reis (RJ) e visualizar algo diferente de um paraíso ecológico repleto de hotéis luxuosos e personalidades ricas e famosas? Dentro dos discursos das agências e revistas de turismo, o município nasceu como sinônimo para esplendor natural e para exclusividade; sendo a Ilha Grande maior patrimônio do município. Apesar de estas características serem tomadas como vocação da cidade aqui analisada, um olhar atento sobre o processo de construção da memória oficial de Angra nos permite compreender como a memória citadina foi modificada e moldada de acordo com projetos políticos nacionais e exemplos internacionais, que geraram escolhas sobre patrimônios específicos para exaltação ou silenciamento. A cidade já foi espaço destinado aos turistas que buscavam isolamento, simplicidade e conversas com pessoas ligadas ao seu cotidiano. Após o final da década de 1960, tornou-se um espaço destinado a poucos. Como aconteceu essa transformação? Por que nos é importante compreender os processos desta mudança? Quais patrimônios foram reordenados para a sustentação destes discursos?

No presente texto, almeja-se analisar a construção da memória oficial de Angra dos Reis. Busca-se compreender como, dentro de determinadas narrativas, alinhadas a opções de políticas públicas, determinados patrimônios locais são expostos e narrados para a composição do passado e do

presente. Nosso enfoque centra-se na articulação entre as narrativas sobre o município e políticas de desenvolvimento nacional existentes entre os anos de 1960 a 1980. Acreditamos que os estudos sobre a memória, patrimônio e as identidades são cruciais para a construção da coexistência humana na contemporaneidade e da percepção de que as realidades do presente não são naturais ou vocacionais e que, por isso, podem ser alteradas.

A memória de Angra dos Reis como um ambiente natural e preservado possui data de nascimento, assim como o silenciamento sobre a existência de patrimônios histórico-culturais no próprio município. Esse processo de esquecimento – da escolha do silenciar – todavia, precisa ser questionado. Hannah Arendt (1968), em referência à ascensão de regimes totalitários, escreveu que a tragédia começou quando desapareceram mentes para herdar e questionar, pensar e lembrar. Nesse sentido, para a filósofa, a perda da memória é justamente o maior perigo enfrentado pelos seres humanos. É a memória que permite ao Homem a compreensão de sua finitude e a percepção de seu pertencimento a um mundo formado por outros e variados indivíduos. E acrescentamos: a compreensão de que memórias são construídas a partir de escolhas nos permite inferir sobre as realidades em que vivemos.

De cidade histórica a paraíso ecológico: algumas percepções a partir dos discursos da Revista Quatro RodasA primeira edição da Revista Quatro Rodas, da Editora Abril, foi publicada em agosto de 1960. Inicialmente, era

composta por informações sobre o ramo automobilístico, contendo um apêndice curto sobre o turismo no Brasil. A primeira reportagem sobre turismo foi realizada por três jornalistas – Roberto Civita, Mino Carta e Victor Gouveia – responsáveis por um mapeamento da Via Dutra, o mais importante caminho que ligava o Rio de Janeiro a São Paulo. A matéria foi bem acolhida pelo público, o que fez com que a Editora repensasse, a cada nova publicação, o espaço reservado para o turismo na revista e já rascunhasse o futuro Guia Abril Quatro Rodas (publicação especializada em avaliar os serviços turísticos no país, inaugurada apenas nos anos de 1980).

O turismo ganhava destaque não apenas na revista, mas também se tornava ponto focal para o Estado Brasileiro. Em 1966, um pouco menos de seis anos após a publicação da Revista Quatro Rodas, a Embratur era fundada. Se, no ano de 1969, a revista apresentou um péssimo desempenho no mercado, não sendo publicada em alguns meses, a partir do ano de 1970, ela se tornou um sucesso de vendas. Destacava-se que justamente na década de 1970, o Brasil foi marcado pelo milagre econômico. Com a construção de rodovias e uma euforia desenvolvimentista típicas do período houve um incremento no turismo. Os editoriais das revistas, durante essa época, passaram, pois, a ser destinados, principalmente aos universitários e suas práticas “mochileiras”, estimulando a venda da revista.

Apenas em 1984, o Guia Quatro Rodas foi separado da Revista Quatro Rodas. Após 1989, reportagens sobre

parques estaduais e nacionais foram incorporados às possibilidades de turismo. De acordo com os editoriais da própria revista¹, nascia uma preocupação ambiental (ou, podemos acrescentar, surgia um novo tipo de turismo lucrativo no Brasil: o ecoturismo). As tendências nacionais e internacionais de se pensar o ambiente como um possível entrave ou ameaça para o desenvolvimento humano (discussões acerca do aquecimento global, desastres ambientais e outros), ainda dentro de uma visão clássica sobre o ambiente, impulsionaram a Editora Abril, em 2001, a lançar o Guia Turismo Ecológico. A última mudança com as publicações destinadas ao turismo, na Editora Abril, foi em 2004, quando ocorreu a fusão da Revista Viagem e Turismo com o Guia Quatro Rodas.

Em face do panorama histórico das publicações Revista Quatro Rodas e Guia Quatro Rodas é possível perceber o diálogo constante entre a Editora e a sociedade brasileira. As mudanças nas publicações sobre o turismo da Abril permitem-nos pensar sobre as próprias alterações e permanências existentes no turismo do país e naquilo que poderia ser considerado ou não um patrimônio local. Não que a Revista Quatro Rodas, ou mesmo o Guia Quatro Rodas, determinasse essas modificações no turismo e nas relações com os patrimônios. De forma semelhante, não acreditamos que as transformações na sociedade determinassem a forma, função e conteúdo das revistas citadas. Em concordância com

¹ Disponível em <<http://guia4rodas.abril.com.br>>. Acesso em 02/09/2012.

o historiador francês Roger Chartier, não percebemos os livros, revistas ou mesmos manuscritos como uma janela de acesso ao real.

Segundo Chartier, livros, manuscritos ou impressos, sempre almejam instaurar ordens, sejam elas em relação a sua decifração – seus significados e significantes – ou mesmo relacionadas àqueles que encomendaram ou permitiram sua publicação. Assim, existe o desejo da imposição de um determinado discurso. Não há garantias, porém, de que esse discurso seja apropriado em sua intencionalidade original. Para o historiador, “a recepção também inventa, desloca e distorce” (CHARTIER, 1999, p. 9). As publicações e manuscritos, portanto, estariam ancorados “nas práticas e nas instituições do mundo social” (Ibid.), não constituindo uma janela para “mundo real”, mas símbolos sobre como esse mundo, com suas inúmeras instituições, se constrói.

Sob a ótica das intencionalidades originalmente estabelecidas por autores, editores ou outros e das subjetivações de leituras, as publicações Revista Quatro Rodas (RQR) nos permitem ler as construções narrativas realizadas acerca do turismo brasileiro e, em especial, sobre os patrimônios e memórias acerca das cidades de Angra dos Reis a partir da década de 1960.

As publicações da RQR entre os anos de 1960 e 1984 permitem-nos mapear a construção de um imaginário sobre a cidade e sobre os supostos patrimônios de Angra dos Reis. As publicações da RQR tornam-se uma possibilidade de observar processos mais amplos de rupturas e continuidades nos

discursos acerca dos patrimônios, ambientes e memórias da cidade de Angra dos Reis.

Em janeiro de 1961, a RQR inaugurava suas publicações de turismo com a reportagem “Quatrocentas ilhas no golfo imenso: Angra dos Reis”. No texto e nas imagens, a cidade de Angra é vangloriada por seu passado, em especial, por ter sido uma possível alternativa de capital do Brasil, em meados do século XVIII, quando da mudança de eixo da capital do nordeste para o sudeste. Teria perdido o título para o Rio de Janeiro, mas não sua majestade. Esquecida no século XIX, ela deveria ser retomada no século XX, sem dúvida nenhuma, por seu imenso potencial turístico (RQR, jan. 1961, p. 31). Apesar do título da matéria fazer menção às centenas de ilhas da região, a reportagem ressalta o histórico de Angra e aponta o centro da cidade como parada obrigatória aos turistas, muito mais do que as suas belezas naturais.

As belezas naturais constituiriam apenas uma moldura que tornaria ainda mais esplendorosa as construções humanas da cidade, como o Convento do Carmo, o Convento e Igreja São Bernardino e a Capela anexa da Ordem Terceira, a Igreja Matriz, as “igrejinhas” de Santa Luzia e da Lapa; a Igreja do Bonfim, a Escola Naval e o estaleiro de Verolme.

A observação atenta dos pontos cruciais ao turismo em Angra, assinalados pelo autor anônimo da reportagem, permitem perceber a valorização de três grandes grupos de memórias para a cidade. A primeira delas, em consonância com os estudos sobre o tema do patrimônio até a década de 1960 (FUNARI; PELEGRINI, 2006), é constituída por símbolos

referentes à memória colonial e católica brasileira. A maior parte das atrações assinaladas pela revista (cinco dentre os sete pontos indicados) é formada por construções religiosas dos séculos XVI ao XVIII.

A segunda memória construída para a cidade centra-se na figura da Escola Naval; símbolo de um poderio militar. A reportagem afirma que logo na entrada do prédio é possível encontrar o lema, a alma daquela construção: “Classis Spes” (Esperança da Classe, Esperança da Armada) e, em seguida, um código de Honra: “não mentir, não colar, não furtar, não ser covarde e não desonrar a farda” (RQR, jan. 1961, p. 34). Era reservada à escola, naquele momento, a preparação dos oficiais do Corpo da Armada, Corpo de Fuzileiros Navais e Corpo de Intendentes da Marinha. A seleção dos candidatos era feita através de uma prova e as 100 a 200 vagas existentes eram disputadas, geralmente, por dois mil candidatos. Ao destacar as informações acima, a reportagem valorizaria a eficiência do próprio colégio e, por consequência, daria destaque a uma formação militar, já que nenhum outro instituto educacional, de qualquer espécie ou ano, é citado.

Por último, valoriza-se o progresso tecnológico ao ressaltar as dimensões e capacidades do estaleiro: “vale a pena visitar as obras, grandiosas” (RQR, jan. 1961, p. 34). Destacam-se, no texto, as dimensões e futuras capacidades de produção desse estaleiro. Angra dos Reis seria o espaço em que se configuraria o passado, religioso colonial, e o presente promissor, representado pela instalação do estaleiro com suas novas técnicas de grandes construções e seus

empregos gerados. No meio desses símbolos, haveria a ordem militar com o seu lema no qual não há espaço para a desonra!

Ainda nessa primeira edição da revista, Ilha Grande é apenas citada, já que é “de grande imponência, onde muitos lamentam a instalação de duas colônias penais” (RQR, jan 1961, p. 34). Mas, ao turista é aconselhável o centro da cidade, já que na Ilha Grande, apesar de sua beleza, não haveria suporte ao turismo.

Se, em 1961, Ilha Grande não recebeu destaque na reportagem analisada, em julho de 1967, a RQR preparou um especial sobre ilhas do litoral norte de São Paulo e sul do Rio de Janeiro. Na matéria de responsabilidade do editor Audálio Dantas, Ilha Grande é apontada por suas belezas naturais e, principalmente, por permitir que seu visitante se sentisse como um verdadeiro Capitão Cook. No texto analisado, Ilha Grande faria com que seus visitantes se rendessem incondicionalmente aos seus encantos. Não haveria como escapar: a ilha transcendia a “simples definição geográfica de ‘porção de terra cercada de águas por todos os lados’” e atingiria “a categoria de jardins encantados rodeados de águas azuis transparentes” (RQR, jul. 1967, p. 62).

O jardim encantado materializado na Ilha estaria quase intacto desde sua criação por Deus, afinal:

Quem primeiro viu essas ilhas foi o navegador Américo Vespúcio, no ano da Graça de 1502, a serviço de D. Manuel, o Venturoso. Agora, 465 anos depois, você pode partir para uma nova descoberta, certo de que encontrará quase tudo como Deus criou e Vespúcio inaugurou. (RQR, Jjl. 1967, p. 62)

O visitante de Ilha Grande poderia se sentir como um grande explorador de outrora e teria a certeza de que, apesar dos muitos séculos passados entre a criação do mundo e a atualidade, tudo estaria da mesma forma que Deus havia criado. Indígenas, europeus, e os muitos moradores de Ilha Grande: ninguém fora capaz de alterar o paraíso encantado.

A narrativa afirma que o caminho para Ilha Grande já seria um espetáculo da natureza: o mar límpido e as inúmeras ilhas encheriam os olhos dos espectadores, além de proporcionar excelentes locais para banho e caça submarina. Mesmo na Ilha Grande, o visitante poderia conhecer, por exemplo, a enseada das Estrelas e do Céu, onde haveria excelentes praias, locais de pescas e uma pequena aldeia de pescadores bastante solícitos (RQR, jul. 1967, p. 63).

O melhor de Ilha Grande, no entanto, estaria em seu próprio coração: a Vila do Abraão. O viajante poderia visitar apenas à vila e compreender tudo aquilo que Ilha Grande significava. Ali o turista encontraria uma pequena aldeia de pessoas, “gente pacata e de bem”, que tinha seus quintais cheios de coqueiros, jaqueiras, pés de fruta-pão... Naquela pequena vila haveria ex-presidiários, ex-soldados, pescadores vivendo de forma bucólica. Era por tudo isso que “lugar

melhor e mais bonito que este não existe” (RQR, jul. 1967, p. 63).

Assim, parece que a maior descoberta possível ao turista não se resumiria às belas paisagens, atividades de lazer como a pesca e o nado, mas a possibilidade de outro ritmo de vida, mais sossegado do que o das grandes cidades. Quando a narrativa afirma a Ilha como transcendente e, principalmente, como um paraíso, não há referências apenas ao “estirão de areia branca e o verde mar” (Ibid.). Ao contrário, valoriza-se a rotina tranquila envolta pela paisagem deslumbrante. O ambiente natural não é valorizado como algo separado dos seres humanos, mas como intersecção com a vida humana. A soma de uma bela paisagem com um ritmo de vida sem pressões geraria o paraíso na terra.

No paraíso da Ilha, porém, haveria algumas dificuldades para seus visitantes. A Ilha não oferecia, naquele momento, uma variedade de hospedagem, por isso, era aconselhável ao turista apenas um ou dois dias na região. E, para isso, nada melhor, de acordo com a revista, do que ficar em Angra dos Reis. Já que “a cidade tem o que mostrar e o que contar, dos tempos antigos e dos tempos de agora” (RQR, jul. 1967, p. 63). Assim, se a Ilha apresenta-se como paraíso, a cidade também o faz. Com um adicional, a cidade teria “o que contar e o que mostrar”. A narrativa acaba construindo uma oposição não entre homem e natureza, mas de um ambiente das cidades e das ilhas.

Enquanto as ilhas seriam povoadas por gente simples e pacata, onde o tempo do relógio não dita o ritmo cotidiano

dos afazeres, o centro seria o local onde tudo poderia acontecer. Mesmo que de forma mais suave do que a corrida rotina das metrópoles, a cidade de Angra dos Reis poderia “ensinar” muitas coisas sobre o passado e o presente.

Portanto, apesar de a matéria de julho de 1967 ter sido dedicada ao turismo nas ilhas, volta-se a divulgar o próprio centro da cidade, aquilo que era considerado seu patrimônio histórico e seus habitantes. Além dos pontos históricos assinalados (os mesmos da reportagem anterior), o turista poderia procurar em Angra dos Reis pessoas interessantes, como o Dr. Leo Sabonete, que:

(...) pode ser encontrado em qualquer lugar, gordo e simpático, sempre com algumas caixas de sabonete embaixo do braço, artigo que ele mesmo fabrica e vende a preços módicos desde que foi cassado pela Revolução (...). Antes era o Dr. Leo Figueira do Filho, advogado. Agora, além de vender seu sabonete, bate papos. (RQR, jul. 1967, p. 65)

O turista ainda poderia visitar o “velho marinheiro Fortunato Pereira Caldas, que fez camarão com jerimum e leite de côco para o Rei Alberto da Bélgica e por isso ganhou condecoração e um diploma escrito em francês” (RQR, jul. 1967, p. 65). Constata-se a indicação de uma nova possibilidade ao turista de Angra dos Reis; conhecer o seu lado popular, representado, por exemplo, pelo mercado da cidade, e o pitoresco, encontrado nos personagens lendários do município.

As histórias da cidade, em especial os pontos turísticos do centro, continuaram a serem valorizadas na reportagem de junho de 1969, assinada pela jornalista Marilda Varejão e fotografada por Hiroto Yoshioka e Oswaldo Maricato: “Na Geografia de Angra, a aventura de um Tesouro”. A paisagem local também tem destaque na publicação, pois é “da mais pura e luminosa, com tantas praias, que nem se pode contar, com ilhas verdes e águas transparentes, mornas e rasas, que se espreguiçam sobre minúsculas e brancas enseadas” (RQR, jun. 1969, p. 75).

Como nas reportagens anteriores, o histórico e o natural, constituintes do ambiente citadino, consolidam-se como o maior atrativo possível ao turista. As ilhas transformam-se em atrações menos completas do que o centro de Angra dos Reis, mas, não por isso, feias ou ignoráveis. Afinal, nas ilhas haveria um bom espaço para o banho e a caça submarina.

Em outubro de 1983, a RQR publicou um dossiê assinado por Renato Modernell e fotografado por Cláudio Larangeira sobre turismo na região de Paraty e Angra dos Reis. O título da reportagem era “Das ruas de Parati até as ilhas de Angra”. Sobre Angra dos Reis, há uma matéria especial intitulada: “Em Angra dos Reis o compromisso mais importante é com o mar e suas 370 ilhas”:

Seu compromisso mais importante em Angra dos Reis deve ser com o mar. Situada junto ao golfo da ilha Grande, onde há cerca de 370 ilhas, duas mil praias, sete baías e centenas de enseadas, tudo em Angra começa e termina no mar. As praias recortadas junto às encostas ou espalhadas pelas ilhas são pequenas, de águas calmas e limpas. Dificilmente o mar se torna encapelado e perigoso. (RQR, out. 1983, p. 72)

A partir desse momento, Angra dos Reis parece ter sido aprisionada pelo mar, afinal, tudo nela começaria e terminaria no grande oceano. O centro da cidade desaparece das indicações turísticas e é substituído por Ilha Grande, apontada como a pedra preciosa do turismo no município que se configura como “o balneário mais sofisticado do último trecho da Rodovia Rio-Santos” (RQR, out. 1983, p. 163). Angra torna-se símbolo do refúgio de personalidades como Ivo Pitanguy e Chico Buarque. Desaparecem os indivíduos “comuns” ou mesmo “subversivos”, as construções coloniais e católicas, os símbolos militares e tecnológicos em detrimento das grandes personalidades enriquecidas ou celebradas no Brasil. Ilha Grande, torna-se, no discurso turístico sobre a cidade, o maior e mais expressivo patrimônio da região.

Se antes havia uma separação entre o ambiente das cidades e o ambiente das ilhas, agora não restavam dúvidas: Angra dos Reis tornava-se suas ilhas e destacava-se pelos seus visitantes ilustres. A natureza, junto com personalidades da vida social brasileira, sobrepunha-se a qualquer possibilidade de história ou de personagens do cotidiano. O que teria motivado tamanha mudança?

Escolhas políticas e silenciamentos

A matéria “Rio Santos: a hora da decisão”, escrito por Ruy Fernando Barbosa e publicado em novembro de 1969, pode nos indicar as motivações da ruptura discursiva. Nela afirma-se:

Em menos de três anos, a estrada estará pronta e a região será ocupada. O Brasil poderá ter então sua Côte d’Azur, com as vantagens da paisagem tropical. Mas, se a improvisação prevalecer, nosso turismo terá perdido sua maior oportunidade. (RQR, nov. 1969, p. 93).

A reportagem foi escrita com base no depoimento de arquitetos vinculados ao Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), e tinha como objetivo analisar o modelo francês de desenvolvimento do turismo e refletir sobre as possibilidades de construção da Rodovia Rio-Santos. A proposta era a de construção de uma rodovia voltada para o turismo, que preservasse as paisagens locais e impedisse que a corrida imobiliária tornasse a região altamente povoada e, principalmente, transformada de forma descuidada. A região não deveria se configurar como uma nova Ilha Porchat (São Vicente-SP) ou um morro do Maluf (Guarujá-SP) (RQR, nov. 1969, p. 93).

Para isso, o IAB apontava para a necessidade da criação de um plano de controle da urbanização e do turismo. O plano deveria ser desenvolvido pelos municípios, através de diálogos entre representantes do Estado e das comunidades locais, que deveriam ser o centro das preocupações para que não houvesse a exclusão delas por causa da especulação

imobiliária existente na região. Os planejamentos de Languedoc-Roussillon, na França, e Tijuca-Sernambetiba-Jacarepaguá e Praia de Pernambuco, no Brasil, seriam as inspirações para a rodovia Rio-Santos.

A reportagem traz pela primeira vez a afirmação de que o maior potencial turístico da região estaria baseado em suas paisagens naturais, em especial, em suas ilhas, praias, serras, canais, cachoeiras e rios. Ilha Grande é destacada como o provável patrimônio no qual se pode ver um dos mais belos arquipélagos do mundo. A única exceção ao paraíso natural seria a cidade de Paraty, cujo principal atrativo seria o turismo histórico (RQR, nov. 1969, p. 100-102).

O que gera estranhamento, no entanto, é que o sul francês, em especial a região de Languedoc-Roussillon, não possui apenas atrativos naturais como cerne da atividade turística. Composta por cinco departamentos, é possível encontrar na região o turismo histórico, gastronômico, das festividades culturais e, também, das belas paisagens naturais. Como o próprio IAB reconhece: no sul da França “preserva-se a variedade, para que cada homem, segundo o seu temperamento, possa isolar-se ou participar do turismo coletivo” (RQR, nov. 1969, p. 100-102).

Apesar da reconhecida variedade turística da região sul da França, que, a princípio, seria o modelo para o Brasil, ao analisar a vocação turística da BR- 101, a AIB encontrou apenas as paisagens naturais e um pequeno universo histórico em Paraty. Confrontando Angra e Paraty, a AIB afirmou: as “praias em Parati são pobres, ao contrário de

Angra dos Reis, onde elas são lindíssimas” (RQR, nov.1969, p. 101). Se antes Angra dos Reis era divulgada como “charmosa” pela junção da natureza e da história, em especial no centro da cidade, a partir de agora ela será apenas o paraíso natural nas suas ilhas. Não há mais variedade.

Como prescrito para a BR-101, os projetos urbanísticos, que, de acordo com a reportagem, deveriam ser criados articulando as cidades, fariam “com que não falte sol, ar, e beleza natural para ninguém”. (RQR, nov. 1969, p. 101). A reportagem inaugurou uma nova vocação para Angra: cidade das belezas naturais e dos socialites brasileiros.

Em junho de 1975, quase seis anos após a primeira reportagem acerca da BR-101, a RQR lançava um editorial assinado por Édson Higo do Prado, Celso Barata e Napoleão Sabóia e um texto de dez páginas lamentando os rumos da construção da Rio-Santos. A rodovia ainda aparecia como crucial para o desenvolvimento do turismo na região, mas estaria sendo construída de forma a levar à destruição das paisagens locais e à desestruturação de algumas cidades, como Caraguatatuba.

Para os editores, estava na hora de defender o enorme patrimônio natural ameaçado pela construção da Rodovia; “uma estrada antiturística por excelência!”. A BR-101 havia se tornado um desastre ambiental por causa da inoperância de setores estatais, em especial, a incapacidade de produzir um projeto turístico global para a região. Até aquele momento cinco construtoras diferentes estiveram envolvidas com construção da BR-101. Cada vez que uma

das empresas não cumpria os prazos pré-determinados, outra companhia era chamada para substituí-la. (RQR, jun. 1975, p. 88). Essa inoperância tornava impossível executar um plano coeso para o desenvolvimento turístico local.

Os muitos prejuízos gerados para o ambiente (entendido como paisagem natural) teriam sido causados, principalmente, pela ausência de diálogos entre as concessionárias responsáveis pela construção da BR-101 e os municípios. Exatamente pela imposição do projeto, de forma unilateral, as necessidades de cada localidade não teriam sido consideradas (RQR, jun. 1975, p. 83-93). O futuro dos municípios envolvidos na construção da Rio-Santos estaria nos planos de controle da urbanização e do turismo.

O arquiteto francês Georges Candillis, responsável pelo planejamento arquitetônico e turístico da região de Languedoc-Rossillion, entrevistado pela RQR (jun. 1975, p. 92) sobre a construção da Rio-Santos, afirmava:

(...) um plano de desenvolvimento para o turismo de massa não pode ficar somente a cargo da iniciativa privada ou dos que só querem ganhar dinheiro. O Estado deve intervir para proteger o meio natural, disciplinar a urbanização e zelar pelo interesse da coletividade turística, pois estamos diante de um problema social por excelência.

Restava saber se o Estado brasileiro, controlado pelos militares, desejava o diálogo com os municípios ou comunidades locais.

Apesar das comunidades locais serem citadas pelo arquiteto francês, as belezas naturais e o desenvolvimento do turismo a partir destes atrativos parecem ser a maior preocupação da reportagem. O texto elogia, por exemplo, a iniciativa tomada em março de 1972, pela Embratur, de firmar um convênio com a estatal francesa Société Centrale Pour L'Équipement du Territoire (SCET). No acordo Embratur-SCET estava previsto o levantamento da capacidade de ocupação e desenvolvimento econômico do litoral Rio Santos. O objetivo era construir normas para a ocupação do solo e para a implantação de atividades turísticas para cada uma das faixas do litoral inaugurado pela BR-101. O resultado do convênio ficou conhecido como Projeto Turis.

Um ano após o convênio, o Projeto Turis foi publicado em três volumes: o primeiro sobre a filosofia do projeto turístico; o segundo acerca das possibilidades de aproveitamento turístico da região; e, por último, as normas para a ocupação território. Havia ainda dois outros volumes sobre praias, que de acordo com a revista, tiveram circulação restrita (RQR, jun. 1975, p. 89). O projeto Turis previa, além da capacidade suporte de cada uma das praias, a obrigatoriedade dos projetos de edificações se adequarem à topologia da área, impedindo, assim, qualquer modificação nos acidentes geográficos naturais na região.

Entre os estudos do Projeto Turis e a prática das normas pré-estabelecidas havia um imenso abismo. A Embratur, através da Resolução do Conselho Nacional de Turismo nº 413 (13 de fevereiro de 1973), e do decreto de lei

nº 71.791 de 31 de fevereiro de 1973, poderia selecionar as zonas prioritárias para o desenvolvimento do turismo e exigir o cumprimento das normas de ocupação. A intuição estabelecia que, a faixa entre o mar e até um quilometro após o eixo da Rodovia Rio Santos, o que incluía as Ilhas, era área de interesse turístico e, por isso, deveria ter a ocupação planejada. As únicas exceções, por se tratarem de áreas de segurança nacional ou já urbanizadas, eram: a ilha Guaíba, a praia de Itaorna, a praia de Jacuecanga e os perímetros urbanos de Mangaratiba, Angra dos Reis, Ubatuba, São Sebastião, Caraguatatuba e Bertioga.

A distância entre o projeto e a prática configurava-se na dependência da Embratur em relação aos municípios. Cada um deles deveria elaborar um plano de desenvolvimento local respeitando as normas do Projeto Turis-Embratur. O órgão que ficou responsável pela supervisão dos projetos foi o próprio IPHAN, aliado, no caso específico do Rio de Janeiro, à Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro. Já no Estado de São Paulo, o Condephaat aliava-se ao IPHAN (RQR, jun. 1975, p. 89).

Os municípios, a Embratur, o IPHAN e o Condephaat parecem ter se perdido no meio de tantas burocracias e, principalmente, no meio das corrupções. De acordo com a RQR, era visível a expansão de loteamentos ilegais ao longo de toda a BR-101 e, o pior, a ausência de fiscalização ou punições aos infratores (RQR, jun. 1975, p. 89). A BR-101 se transformava, inegavelmente, em um espaço que atendia aos

interesses privados dos empreendimentos imobiliários na região.

Se os empreendimentos ilegais expandiam-se, também os legalizados eram difundidos e não cumpriam com as normas pré-estabelecidas para o desenvolvimento da região. Muitos dos loteamentos realizados em trechos da BR-101 tinham o aval para existir (RQR, jun. 1975, p. 89). Mas de onde viria um aval tão destruidor?

O que a RQR ainda não conseguia dimensionar eram os efeitos práticos da execução das políticas públicas previstas no Projeto Turis, extremamente elogiadas no texto jornalístico, somada à defesa dos interesses privados praticados pelas instituições envolvidas no projeto. O resultado era a morte da política voltada para os interesses públicos e a consolidação da política voltada para interesses privados.

Além desses problemas, o Projeto Turis classificava a região e, em especial, as ilhas de Angra, como capaz de suportar um turismo Tipo A, ou seja, de grandes complexos de lazer e, por consequência, caros e excludentes (EMBRATUR, 1973, p. 14). O centro de Angra dos Reis foi descrito como pequeno e dinâmico, mas, por causa de sua urbanização e industrialização, estava desautorizado de exercer atividades turísticas com grande envergadura. Como consequência da determinação, o centro da cidade desaparecia dos roteiros turísticos de Angra dos Reis, sendo substituído por espaços como o do Bracuí e do Frade, classificados como de

“potencial turístico apreciável”, aptos para a instalação de áreas de marinas e grandes hotéis. (RQR, jun. 1975, p. 98).

O Projeto Turis, somado a desorganização dos setores responsáveis pela implantação de políticas públicas, possibilitou o surgimento de uma nova Angra dos Reis. A cidade passou a enfrentar a migração de uma grande parcela dos antigos e novos moradores para as zonas urbanas da cidade. O resultado da migração e da ausência de estrutura econômica e política para acomodá-la foi:

a expansão desordenada do centro e de outras zonas urbanas, a ocupação ilegal e perigosa das encostas pela população de baixa renda e o isolamento da região do centro às demais localidades do município, levando à subutilização do seu potencial turístico e de lazer e à degradação deste importante espaço urbano, onde concentram-se os principais monumentos históricos e arquitetônicos da cidade. (PMAR, 1999)

A destruição da cidade é relacionada, no texto da Prefeitura Municipal de Angra dos Reis (PMAR), à sua ocupação por populações de baixa renda. A instalação de condomínios de alto luxo, mesmo ilegais, sequer é mencionada em seu potencial destrutivo e desestabilizador. Dois pesos e duas medidas usados para a análise dos mesmos problemas: a ausência de planejamento para o desenvolvimento das cidades e o descumprimento das regras de ocupação já existentes.

Conclusão: as memórias e os patrimônios como escolhas políticas. As análises dos discursos produzidos pela Revista Quatro Rodas acerca da cidade de Angra dos Reis, acompanhados por investigações sobre contextos políticos locais e nacionais e das materialidades da própria cidade, permite-nos perceber a transformação de Angra dos Reis em um paraíso turístico através da eliminação de lugares de memória já existentes e no silenciamento de determinados patrimônios. Desconsiderou-se para essa transformação o núcleo urbano original que, apesar da riqueza patrimonial, parece não interessar ao tipo de turismo praticado. O novo turismo ficou marcado pela existência de grandes complexos que misturam as funções de hotel, marinas e condomínios de alto luxo exclusivos para quem pode comprar os seus serviços (ALVES FILHO, 2004, p.48-49). A nova Angra dos Reis estava pronta no início dos anos de 1980. Em outubro de 1983, a RQR publicava a cidade como “o balneário mais sofisticado do último trecho da Rodovia Rio-Santos” (RQR, out. 1983, p. 163). A cidade passava a ser compreendida como o paraíso ambiental, formado por belas praias e ilhas e frequentada por personalidades “chiques e famosas”, nacionais e internacionais. Ilha Grande tornava-se, dentro daquela memória regional oficial, o grande patrimônio natural de Angra dos Reis. O ambiente tornava-se o maior trunfo turístico da cidade: ambiente significado exclusivamente como belas paisagens. A cidade deixava de ser entendida como um jardim do Éden, formado por Homens, uma Natureza espetacular, e

um ritmo de vida vagaroso, para ser a cidade da Natureza que serve àqueles que podem comprá-la.

Nossa conclusão, após analisar os mecanismos de constituição das memórias oficiais das cidades e reducionismo imposto às cidades, é a necessidade de se recriar categorias mais complexas para classificar os atrativos turísticos dos municípios e realinhar, de forma democrática e participativa, aqueles que são considerados patrimônios regionais. Ou seja, é preciso quebrar com as noções de vocação tão enraizadas em nossas matrizes culturais. Ao invés de segmentar a natureza do humano, torna-se imprescindível destacar como a história, a cultura e a natureza fazem parte de um mesmo ambiente. Para isto, ao invés de criar listas específicas para os atrativos de cada região, seria interessante criar um discurso ressaltando a complexidade local; as múltiplas relações existentes no ambiente (não apenas humano ou natural) e entre os próprios patrimônios. É claro que é impossível não fazer escolhas discursivas, mas essas escolhas precisam ser orientadas no sentido da diversidade e da complexidade.

Novos discursos a respeito de nossas ações e nossas relações podem, aos poucos, agir no senso comum, gerando novas posturas a respeito do ambiente. Além disso, torna-se urgente levar à inclusão das memórias de outros grupos sociais (que não apenas os católicos, brancos e do passado colonial), que possuem registros nos discursos oficiais e mesmo nas investigações arqueológicas, nas memórias oficiais das cidades. O envolvimento destes grupos em

atividades como a turística, que é lucrativa para a cidade e que orienta escolhas políticas, pode ser um caminho para a elaboração de políticas públicas que tenham como um real objetivo a defesa e valorização do próprio espaço público, ou seja, o espaço da convivência e do debate. Afinal, ao silenciarmos memórias e o esquecimento de patrimônios específicos, incluindo a do ambiente como constituídos das relações entre os homens e a natureza, geramos processos de exclusão. A memória, voltando a filósofa Arendt, é o nosso único caminho para a percepção da finitude do homem e por isso é fundamental para a reflexão sobre as possibilidades da vida pública, da qualidade da vida e, por consequência, da própria política. O reconhecimento da memória como uma construção é crucial para a reflexão sobre os efeitos destas memórias, bem como para a construção de outras mais plurais e, por isso, democráticas.

AgradecimentosAgradeço a toda organização do V Seminário Internacional em Memória e Patrimônio, realizado na Universidade Federal de Pelotas, em outubro de 2011, bem como aos alunos do Laboratório de Arqueologia Pública *Paulo Duarte* (Nepam/Unicamp) e aos alunos envolvidos no grupo de pesquisa *Memória, Patrimônio: questões teóricas e metodológicas* sediado no Núcleo de Estudos e Pesquisa Ambientais (Nepam/Unicamp). Agradeço também a FAPESP, que financia a pesquisa sobre memória e patrimônio no litoral norte de São Paulo.

Referências

ALVES FILHO, D.S. **Angra dos Reis**: monumentos históricos entre a indústria e o paraíso. Tese de Mestrado (Planejamento Urbano e Regional da UFRJ), 2004.

ARENDT, H. **Between past and future**. New York: Viking Press, 1968.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

CHARTIER, R. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador. São Paulo: Editora Unesp/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

CARVALHO, A. V. **Entre Ilhas e Correntes**: a criação do ambiente em Angra dos Reis e Paraty, Brasil. São Paulo: Annablume, 2010.

EMBRATUR. **Projeto Turis**: 1973. Vol. 1. [S.l.]: Embratur, 1973.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

FUNARI, P. P. Memória Histórica e Cultura Material. **Revista de ciências históricas**: Porto, v. 10, p. 327-339, 1995.

MORIN, E. **Complexidade e transdisciplinaridade**. Natal: EDUFRN, 2000.

OLIVEIRA, J.L. M. de **Teologia da vocação**: São Paulo. Edições Loyola, 2000.

PMAR. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico: Invest Angra 2000. Perfil Sócio econômico da cidade de Angra dos Reis-RJ, 1999.

REVISTA QUATRO RODAS, Editora Abril. Edições: jan. 1961; jul. 1967; jun. 1969; nov. 1969; ago. 1972; jun. 1975; jan. 1977; jan. 1981; jan. 1982; out. 1983; nov. 1984; abr. 1991; dez. 1993.

SAID, E. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Los orígenes de la fotografía antropológica en el Caribe: memoria y olvido

Gabino La Rosa Corzo y Lourdes S. Domínguez

El 13 de mayo de 1876 fue leída en sesión solemne en la Academia de Ciencias Médicas, Físicas y Naturales de La Habana y en ausencia de su autor, un manuscrito en idioma francés titulado: *Antropología y Patología comparadas de los negros esclavos*, el cual había sido enviado desde Puerto Rico a La Habana. Acompañaron este manuscrito un grupo de más de treinta ilustraciones, consistentes en dibujos, mapas y fotos de africanos esclavos y libres y algunos criollos.

La misma promovió el debate, primero en el seno de la Academia y más tarde en la Sociedad Antropológica que había sido fundada en 1877 en La Habana, y sirvió de referencia a los estudios acerca de la composición racial de los habitantes de la región. Pero desde 1891 en que esta institución científica comenzó a languidecer, este trabajo, unido a otros manuscritos y publicaciones del autor¹, algunos

¹ Nos referimos en lo fundamental al importante estudio titulado: Investigaciones sobre las enfermedades de los negros que no padecen la Fiebre Amarilla. Estudio particular de la enfermedad "Hinchazón" de los Negros y Chinos. Publicado en los *Anales de la Academia de Ciencia Médicas, Físicas y Naturales de La Habana*, 1865, T.II, Imprenta el Tiempo, La Habana, pp. 493-522. Esta edición no recogió las fotografías y dibujos que acompa-

de los cuales habían sido presentados en la misma institución científica años atrás, reposó en el olvido. A principios de la segunda década del siglo XX se le consideró perdida hasta que el historiador y etnólogo Israel Castellanos compró el original a un albañil que había estado vinculado a labores de restauración del inmueble de la Academia; lo tradujo y facilitó su publicación en varios números de la Revista Bimestre Cubana (DUMONT, 1915/1916).

Esta edición fue ilustrada con un buen número de las fotografías que acompañaban el estudio original, lo que contribuyó a salvar parte de la información visual e histórica. Otra edición realizada por F. Ortiz en el año de 1922 apuntó hacia lo mismo, pero con la omisión de las ilustraciones

Así, el texto y algunas de las dispersas fotografías encargadas por Dumont, han sido objeto de referencias en algunos estudios acerca de los orígenes de la antropología en el Caribe, pero muchos lo ignoran y otros simplemente lo consideran un mensaje de contenido racista.

En este terreno del uso de fuentes antropológicas generadas durante el colonialismo, se han producido importantes discusiones que al decir de la antropóloga Flora Bisgno (2007): han dado por resultado afirmaciones genéricas de reclamos ideológicamente fuertes pero inoportunos.

Según ella afirma, por “el contrario, parece útil reconocer la contribución de algunos estudios analíticos...que

ñaban el original que existía hasta hace muy poco en el Museo de Historia de las Ciencias en La Habana.

se agrupan sobre segmentos temporales breves, idóneos para iluminar nexos y diferencias de una dimensión compleja y global que siempre necesita ser contextualizada” (BISOGNO, 2007, p. 22).

Esa producción científica que acompaña los procesos coloniales, con sus estudios particulares permite ver la compleja variedad entre los contextos coloniales y poner al descubierto la heterogeneidad de las dimensiones de los colonialistas y los colonizados, por lo que resulta no válido “registrarlos en categorías monolíticas”.

Estos juicios alertan acerca de la insuficiencia de un tratamiento monolíticamente crítico, de las obras y trabajos de los pioneros en este terreno.

La obra de Dumont es en realidad parte de un proceso de reconocimiento acerca de los pobladores del Caribe, generado desde una perspectiva regional y de finalidad clínica y etnográfica.

Al estudiar a los diferentes grupos de africanos, Dumont se pronunció de forma muy diferente a sus contemporáneos en Cuba y Puerto Rico. No por gusto, los juicios encomiásticos de Dumont acerca de la inteligencia de los africanos fueron objeto de crítica por parte del antropólogo Luis Montané en el seno de la Academia de Ciencias de La Habana, pues según él, Dumont situaba al mismo nivel la inteligencia de los negros a la de los blancos. Montané (1876) afirmó que esas buenas cualidades debieron corresponder a un número muy reducido de negros.

A pesar de este juicio, Montané consideró que Dumont tendría siempre el mérito de haber inaugurado los estudios antropológicos.

Otra de las cuestiones debatidas acerca del trabajo desplegado por Dumont, se refiere a la colección de fotografías que acompañaban el estudio, terreno en el cual se han entronizado algunos esquemas clasificatorios que encasillan las figuras históricas de complejos procesos, como lo es el surgimiento de la fotografía antropológica en el Caribe. Las imágenes tomadas a africanos libres y esclavos bajo la dirección de Dumont, se les ha considerado como parte de la construcción de un discurso racista y al galeno como emisario del colonialismo.

Pero esta crítica ignora que el horizonte cognitivo de la antropología en el Caribe a mediados del siglo XIX estaba dominado por la teoría de Joseph A. Gobineau, filósofo francés que dio a conocer un ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas en 1855. Este texto influyó poderosamente en el ideario antiabolucionista, en el desarrollo de la teoría de la raza pura e incluso en la ideología nazi.

Gobineau era frecuentemente citado por los miembros de la Sociedad Antropológica de la Isla de Cuba para justificar la inferioridad racial de los africanos y su no adelantamiento, contrariamente a los juicios de Dumont.

Si los olvidados textos escritos por Henry Dumont, constituyen hoy día una fuente de obligada consulta para los estudiosos de la Antropología en la región, las fotografías hechas a sujetos seleccionados por él, resultan otro

importante, aunque discutido terreno, acerca de su visión de los africanos radicados en la Mayor de las Antillas.

En este contexto, el interés de Dumont de ilustrar mediante fotografías su estudio antropológico era un verdadero acierto y adelanto en el contexto del Caribe. Dumont recurrió al fotógrafo profesional Narciso Mestre quien residía La Habana.

Seleccionó los sujetos en correspondencia a los casos por él estudiados, tanto desde el punto de vista patológico como antropológico, más algunos otros de interés general para la comprensión de sus criterios acerca de las “razas modificadas” por el contacto prolongado con otros sectores de las ciudades o el campo.

Para considerar las fotos del trabajo de Dumont como parte de una construcción arbitraria y racista del negro, o imágenes impregnadas de prejuicios raciales, es necesario desprenderlas del texto que estas ilustran y del contexto histórico en que las fotos fueron realizadas.

Algunas de las fotos seleccionadas para acompañar esta edición del texto de Dumont merecen algunos comentarios. En primer lugar, tenemos un conjunto de fotografías en las que se seleccionaron individuos de corta permanencia en la Isla y por lo tanto considerados como “raza no modificada” y algunos otros de más larga permanencia a los que consideró “modificados” (figura 1).

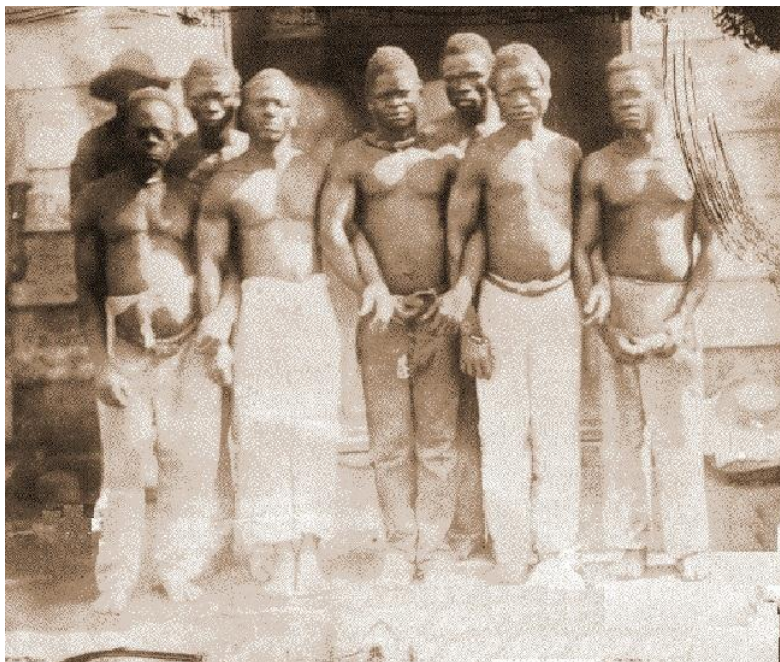
Figura 1 - Esclavos y negros libres



Pero no solo fotografió sujetos en Ciudad de La Habana. Cuando quiso contrastar las diferentes etnias dentro de un mismo conglomerado que eran identificados con denominaciones tales como congos, se trasladó a los Manantiales de Vento, lugar donde la administración colonial construía un importante acueducto y uno de los pocos lugares donde podía localizar a grupos de africanos recién introducidos. Una de las instantáneas tomadas allí registra a un grupo de esta denominación (figura 2). En este caso, eligió los individuos con el interés de reconocer las características

de los diferentes grupos étnicos, cuando aún no habían sufrido cambios, como consecuencia de una prolongada estancia en la Isla.

Figura 2 - Grupo de congos



A pesar de que están desnudos de la cintura hacia arriba y descalzos, no puede asegurarse que se trate de esclavos, pues la indumentaria puede ser consecuencia de que se encontraban trabajando en los momentos que se les pidió que se agruparan para fotografiarlos. Se debe tener presente además que están trabajando en una obra de la

administración colonial, en la que se empleaban fundamentalmente emancipados. La interpretación de esta foto ha servido de controversia, pues mientras la destacada historiadora norteamericana Rebecca J. Scott, especialista en Esclavitud y Emancipación, con una destacada labor en la pesquisa de imágenes en esas temáticas, considera que la reunión del grupo enlazados por los codos pudiera ser pista para identificar lazos étnicos ante una situación desconocida (LA ROSA, 2003), el colega puertorriqueño Pedro Marqués de Armas afirma que se trata de una coreografía inducida (MARQUÉS DE ARMAS, *on line*).

Pero las interpretaciones de los gestos contenidos en fotos antiguas resulta un terreno muy ambiguo, dentro del cual las observaciones de Malinovsky y del experto australiano en lenguaje corporal Allan Peace, permiten adentrarse con cierta orientación (DÍAZ, 2007).

Volviendo al grupo de congos, la figura central, tiene una expresión de curiosidad, pero el resto, inequívocamente, casi siempre con la barbilla erguida sugiere una expresión de reto o desafío y están entrelazados por los codos. Ninguna de estas expresiones semeja a las de la románticas y bien vestida africanas fotografiadas en la ciudad.

Se trata de un gesto colectivo, de eso no hay dudas; de lo que se trata es de definir si es un gesto inducido o espontáneo.

Por esto se hace necesario reflexionar sobre la siguiente cuestión: Un breve repaso de fotos periodísticas actuales o del pasado a manifestaciones de campesinos,

obreros o estudiantes, en los momentos en que se enfrentan a la represión policial, coinciden en la presencia de un gesto colectivo similar. Los manifestantes se toman codo con codo, transformándose así en un solo cuerpo. La energía y la fuerza de cada uno se transmiten al grupo enlazado. En estos casos las cámaras captan rostros con la barbilla en alto, que desafían, que retan.

De ser cierta esta reiteración de este tipo de gesto colectivo en momentos de tensión en que grupos humanos se enfrentan, cabría la pregunta ¿Cuál fue la finalidad del fotógrafo al inducir semejante coreografía?

Al parecer, y hasta donde hemos avanzado, este controvertido gesto colectivo de tomarse codo con codo, no formó parte de los patrones y esquemas de los fotógrafos de la época, por lo que su adjudicación a una orden del fotógrafo resultaría totalmente gratuita.

El interés de Dumont por captar las diferencias culturales de los grupos africanos, de manera particular de los congos, lo llevo nuevamente a reagrupar varios de éstos, pero en este caso, preferentemente mujeres.

A este grupo se le consideró no modificado debido a su corta permanencia en las ciudades (figura 3). Se trata, según se registró, de emancipados y no de esclavos, lo que se corrobora por el vestuario. Aquí vemos la reiteración fotográfica de un patrón de las fotos de grupos, pero en este caso, no se toman codo con codo. Sin dudas, el grupo era más desenvuelto y asumió posiciones individuales en las que se expresan cuestiones de interés.

Figura 3 - Grupo de emancipados



En primer lugar, no se distingue relación gestual alguna entre el congo loango y su mujer de la misma denominación, cosa que si se expresa en el caso de la unión mixta de un mandinga y una lucumí procedente del mismo lugar (figura 4). En este matrimonio, los gestos del hombre y de la mujer imitan posiciones y gestos típicos de los matrimonios de blancos, lo que era un gesto consustancial a las fotos de parejas.

Figura 4 - Unión matrimonial



Inequívocamente, es necesario convenir en que Mestre se descuidó, en no inducir este vínculo en el matrimonio que aparece en el grupo de emancipados, lo que a nuestro juicio demuestra que el fotógrafo no siempre cumplía al pié de la letra los esquemas gestuales. En cambio, la esposa abraza ligera y afectuosamente a la joven conga angunga. El rostro de ambas son los más serios y preocupados del grupo. El resto de los cuatro acompañantes mantienen sus brazos extendidos a lo largo del cuerpo, pero se puede observar cierto lazo que pudiera interpretarse de protector, cuando la tercera conga momboma, de mayor edad, cubre parte del brazo de la joven conga real que tiene a su derecha. Es un gesto que por su simpleza y no reiteración, es muy difícil que sea inducido. Las manos no se toman, ni siquiera se tocan, solo la mayor arrincona el brazo de la mas pequeña entre el suyo y su vestido. Nosotros lo interpretamos como un gesto protector, al igual que en el caso de las conga loango hacia la conga angunga.

Pero de todas las fotos tomada por el fotógrafo profesional Mestre bajo la dirección de Dumont, las de mayor valor documental y etnográfico son las correspondientes a los esclavos del ingenio Toledo.

Y de ellas, la tomada a Juana, esclava macuá en el ingenio. Su valor no estriba en el encuadre ni en los valores técnicos de la fotografía, pues repite el lugar, frente a una pequeña cerca de madera, con una sábana colgando al fondo (figura 5).

Juana tenía 25 años y Dumont la consideró modificada por su permanencia en la plantación. Ella mira de frente al fotógrafo, pero con el rostro inclinado hacia abajo y cruza los brazos. En su semblante no hay alegría ni desenfado, sino amargura. No porta como Rosario, la refinada gangá residente en la gran urbe, un lujoso vestido con encajes y un peinado con el pelo recogido, ni sostiene en sus manos una Biblia mientras mira a la cámara. Tampoco semeja a la

Figura 5



conga real Antonia, también pulcramente vestida con el pelo también recogido y una lujosa mantilla sobre sus hombros.

Juana viste con la ropa de una esclava rural. Su vestido es simple y ajado, y muestra los hombros desnudos.

No se trata de un gesto muy fotogénico para los patrones de la época. Si, por el contrario, resultó único en las fotos de Mestre y Dumont. Este tipo de gesto es conocido universalmente por los expertos en lenguaje corporal como de origen genético, el cual significa hostilidad, y que unido a la ligera inclinación de la barbilla, cobra un carácter defensivo.

Juana no tiene, como Rosario o Antonia, el pelo recogido. Se encuentra literalmente desgñada, lo que

podiera justificarse si fue sacada abruptamente de las tareas que realizaba.

En esta foto apenas se perciben los patrones de los estudios fotográficos de la época. Como para asegurarnos que formó parte de los trabajos del estudio de N. Mestre, se colgó la sábana al fondo. Lo demás resultó algo poco apropiado para los cánones que se habían sostenido en las fotos anteriores en la urbe. No hay pulcritud en el entorno, ni en el vestuario. No hay estiramiento en la figura. La pose de Juana resulta triste y conmovedora.

Su imagen, hoy rescatada del olvido, junto al texto de Dumont, formará parte de los hitos de la antropología en el Caribe.

Referencias

BISOGNO, F. ¿Descolonizar la antropología? Una reflexión sobre algunos nexos entre la disciplina y el colonialismo. **Revista Catauro** - Fundación Fernando Ortiz. La Habana, año 9, n. 16, p. 21-26, 2007.

DUMONT, H. Antropología y Patología Comparadas de los Negros Esclavos. **Revista Bimestre Cubana**. La Habana, 1915, vol. X, no. 3 y 6, y 1916, vol. XI, no. 1-2.

LA ROSA, G: Henri Dumont y la imagen antropológica del esclavo africano en Cuba. In: **Historia y Memoria, sociedad, cultura y vida cotidiana en Cuba 1878-1917**. La Habana, Centro de Investigación y Desarrollo de la Cultura Cubana Juan Marinello y Programa de Estudios de América Latina y el Caribe, Instituto Internacional de la Universidad de Michigan, 2003, p.175-182.

MARQUÉS DE ARMAS, P: Fotografía, antropología y esclavitud. Sobre la in-vención de la imagen del esclavo en la obra de Henri Dumont. Disponible en <http://www.habanaelegante.com/Archivo_colonia_república/Archivo>. Acceso en 12/6/2011.

MONTANÉ, L: "Informe acerca de una obra titulada 'Antropología y Patología comparadas de los hombres de color africanos que viven en la Isla de Cuba'. Presentada en la Academia con opción a uno de sus premios anuales". **Anales de la Academia de Ciencias Médicas, Físicas y Naturales de La Habana**. La Habana, n. 13, p.122-136, 1876,

Antimonumentos: a memória possível após as catástrofes

Márcio Seligmann-Silva

Existe uma vasta e interessante história da teoria da memória que vem sendo reatualizada nos últimos anos em função da revolução cibernética e da construção do universo da Internet. É como se um novo continente tivesse sido descoberto. Não apenas imperativos tecnológicos determinam nossa nova visão do ser humano e revolucionam sua memória. Devemos destacar também questões de ordem política e histórica. O século XX foi uma era de extremos. Se, pela primeira vez em muitos séculos, pôde surgir mais de uma geração de homens que não foram à guerra e nunca pegaram em uma arma de fogo, por outro lado, nunca se exterminou tantas vidas em uma escala tal e dentro de contextos nacionalistas e de “limpeza étnica” como nesse período. Além disso – e como consequência dessas catástrofes – o fim das ideologias e interpretações universais para a “história da humanidade” fez com que a articulação de nossa auto-imagem abandonasse qualquer esperança quanto a uma utopia “coletivista” e migrasse cada vez mais para os limites estreitos de nosso corpo. A teoria sociológica clássica foi substituída por uma reflexão sobre uma base antropológica, psicanalítica e biológica. Mais do que nunca, agora o universal é visto como um resultado do individual: não se trata apenas da “virada linguística” no conhecimento, porém de uma crise

muito mais profunda que corrói os seus fundamentos como um todo e o lança sobre um patamar onde a questão da memória é incontornável. No que segue, partindo de alguns pressupostos da tradição da arte da memória, que formulei com mais detalhes em outro trabalho (2006), apresento os antimonumentos, uma nova modalidade de lidar com esse novo papel da memória.

A arte da memóriaA arte da memória tem como a sua figura originária (histórica e mítica) Simônides de Ceos (556-468 aC). Três anedotas que cercam a figura desse poeta mostram em que medida a arte da memória deve muito ao culto da memória no sentido do louvor aos grandes feitos (e aqui deveríamos pensar evidentemente no conceito de *fama*), ao culto dos mortos (lembremos da noção de *piedade*) e, finalmente e paradoxalmente, ao desejo de poder selecionar o que queremos nos lembrar e, portanto, também de poder determinar de quais dados preferiríamos nos *esquecer*.

A primeira dessas anedotas é a mais conhecida e constitui um lugar comum em qualquer estudo sobre a arte da memória. Refiro-me à história do banquete que foi oferecido em homenagem ao pugilista Skopas, que acabara de obter um prêmio. Durante essa recepção, recorro rapidamente, Simônides – que fizera um encômio em sua homenagem no qual louvara também a Castor e Pólux – foi chamado à porta por duas pessoas que queriam falar com ele. Ao chegar à soleira do salão, Simônides não encontrou ninguém; mas logo compreendeu a o que estava acontecendo, pois entrementes

o salão havia desabado matando a todos os convivas. Os dióscuros, percebemos logo, recompensaram-no pelo encômio salvando a sua vida. O teto da sala de recepções caíra com uma violência tal sobre os convivas, que eles ficaram totalmente desfigurados e irreconhecíveis. Simônides, o único sobrevivente, pôde nomear cada um dos cadáveres graças à sua arte da memória. E, na medida em que se recordava exatamente do *local* que cada conviva ocupara, todos puderam ser identificados e enterrados com honras fúnebres.

A segunda anedota também trata de um enterro e da sobrevivência do pai da mnemotécnica: durante uma de suas viagens, ele teria encontrado um cadáver e imediatamente providenciado o seu enterro. Na noite seguinte a esse evento, o espírito do cadáver surgiu em um sonho de Simônides para lhe prevenir que o barco no qual ele deveria partir iria afundar. Simônides desistiu de continuar sua viagem e a embarcação de fato naufragou, matando todos os seus passageiros (ASSMANN, 1999, p. 35)

Se nessa última anedota, o passado e os mortos assumem uma forma espectral (e o seu culto, uma maneira de apaziguar essas almas), na terceira historietta que gostaria de recordar aqui, esse traço espectral ressurgue em sua face assustadora e não mais salvacionista. Cícero narra que o general e político ateniense Temístocles (circa 524-459 aC), responsável pela derrota dos persas na Batalha de Salamina e, portanto, a quem Atenas devia o seu poderio sobre o Mediterrâneo, quando já estava idoso, devido a intrigas, foi

submetido a um tribunal que o condenou ao ostracismo. Durante o seu exílio, Simônides teria oferecido ensinar-lhe a sua arte da memória. Temístocles – que era conhecido justamente por sua memória prodigiosa – recusou a oferta dizendo que ele necessitava de uma outra arte: a *ars oblivionalis*. Isto porque, o general sofria de “memória demais” e não carecia de uma *ars memoriae*. (WEINRICH, 1997, p. 23). Apesar de sabermos que não pode existir rigorosamente falando uma *ars oblivionalis*, não é menos verdade que a Antiguidade também nos legou muitos exemplos, belamente analisados por Harald Weinrich, de como o esquecimento pode ser atingido: ele lembra de passagens da *Odisseia*, como a de Ulisses sendo apanhado pelos encantos de Circe e de Calipso (que o fazem esquecer momentaneamente a volta a Ítaca), da cena da sua tripulação na ilha dos lotófagos, sucumbido ao esquecimento após comer a flor de lótus, e recorda ainda de Ovídio tratando do *Amor Lethaeus*, entre outras passagens tópicas da história do esquecimento. Assim, nessa terceira anedota aparece a imagem de um passado que não é mero conjunto de fatos que podem ser guardados, mas que constituem, ao mesmo tempo, uma peça fundamental na nossa vida e na nossa identidade. Com relação a esse passado, fica mais evidente em que medida a memória não é apenas um “bem”, mas encerra ainda uma carga espectral que gostaríamos muitas vezes de esquecer – ou enterrar, da maneira como fazemos com nossos mortos. Esse passado que não quer passar também é um íntimo conhecido nosso, moradores da era dos extremos.

A arte da memória foi descrita na Antiguidade por vários retores, sendo que as descrições que chegaram até nós são as de Cícero, Quintiliano e sobretudo a do autor do tratado *Ad Herenium*. Cícero vê a memória como uma das cinco partes da retórica (*inventio, dispositio, elocutio, memoria, pronunciatio*) (Cf. *De inventione*; YATES, 2008, p. 8). A arte da memória servia tanto como uma técnica para decorar longos discursos como também deveria desenvolver a capacidade de memorização do orador (essencial, por exemplo, na cena do tribunal, quando os argumentos do oponente deveriam ser cuidadosamente registrados). Na Antiguidade, não só inexistia a impressão de livros, como tampouco havia papel tal como nós o conhecemos hoje; daí a importância da memória para o orador. Também em Cícero, é patente o valor atribuído à visão dentro da técnica de memorização. O princípio central da mnemotécnica antiga consiste na memorização dos fatos através da sua redução a certas imagens que deveriam permitir a posterior tradução em palavras: a realidade (*res*) e o discurso final (*verba*) seriam mediatizados pelas imagens (os *imagines agens*). Essas imagens, por sua vez, deveriam ser estocadas na memória em certos locais (*loci*) imaginários ou inspirados em arquiteturas de prédios reais. O importante era que o retor tivesse domínio sobre esses espaços da memória que deveriam ser percorridos no ato de sua fala, quando cada imagem seria retraduzida em uma palavra ou em uma ideia.

AntimonumentosO termo monumento vem do latim *monere* que significa advertir, exortar, lembrar. Mas desde a Antiguidade, a tradição de construção de monumentos esteve ligada mais à comemoração (de vitórias bélicas), do que à ideia de advertir. Foi depois da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo no contexto do processo de memorialização de Auschwitz, que se desenvolveu uma estética do que se tornou conhecido como antimonumento, que de certa maneira funde a tradição do monumento com a da comemoração fúnebre. Desse modo, o sentido heroico do monumento é totalmente modificado e deslocado para um local de lembrança (na chave da admoestação) da violência e de homenagem aos mortos. Os antimonumentos, na medida em que se voltam aos mortos, injetam uma nova visão da história na cena da comemoração pública e, ao mesmo tempo, restituem práticas antiquíssimas de comemoração e rituais de culto aos mortos.

Pode-se considerar que a relação de cada população com seus mortos constitui o núcleo simbólico de sua cultura. Se Freud insistia na relação entre morte e o nascimento da cultura, podemos dizer com ele que o simbólico se estrutura em diálogo com a ideia de morte. Na própria etimologia do termo grego *sèma* podemos vislumbrar a proximidade entre signo e morte: originalmente este termo significa túmulo e só posteriormente recebe o sentido de signo. Já o conceito de *mnema*, desde suas origens remotas, já indica traços ou vestígios de um passado *esquecido*. Ou seja, memória e dificuldade de leitura dos seus traços são ideias arcaicas dentro do imaginário grego. Por outro lado, *mnema* passa a

significar não só o elemento material de uma lembrança, mas também o próprio *canto fúnebre* para finalmente se aproximar cada vez mais da noção de *séma* como túmulo, conforme ocorre, por exemplo, em Eurípides. *Séma* significa mais o próprio local, a elevação que indica o túmulo, sendo que *mnema* é a qualidade que faz do *séma* um memorial ou um objeto de glória (*kléos*), remetendo à imbricação existente no universo grego entre morte, signo e vida eterna. *Mnemosyne*, a mãe das musas (e, logo, da cultura), portanto, só pode ser pensada no seu aspecto de face dupla: uma voltada para o passado, outra para o futuro (SIMONDON, 1982).

Também o deus Jano, tradicionalmente representado como o porteiro celestial, é caracterizado por possuir dois rostos. Na interpretação de Hannah Arendt (1982, p. 64), Jano, o deus do recomeço, atua em polaridade com Minerva, a deusa da recordação. Para a autora, Jano e Minerva são as divindades que mais se identificavam com a cultura e religião romanas. A ampliação do Império Romano e a preservação não só da unidade política, como também da identidade religiosa e cultural, se refletem na própria religião. Na base etimológica desta palavra está a ideia de *re-ligare*, que pode ser interpretada como “ligar ao passado”. O novo território conquistado (representado pela divindade Jano, o recomeço) se vinculava sempre à fundação original de Roma, ao mito de Remo e Rômulo e a todo o peso das antigas tradições. Minerva traduz a ligação de cada ato do presente ao sagrado início da história. O recomeço sempre arrasta consigo o passado e reinterpreta a história a partir do presente. O futuro

proclama a memória do passado, pois a outra face de Jano está sempre voltada para olhar e relembrar, com Minerva, a história que se projeta¹.

Michele Simondon apresentou em detalhes os diversos significados de *mnema* na sua relação com a morte, a glória, o monumento belo (que compensa a morte) e a gratidão (*cáris*). Ela recorda, entre outros pontos essenciais, que para o poeta Simônides, a poesia e a memória no espírito dos homens (*mnastis*) era mais duradoura que a pedra da sepultura. Essa ideia é fundamental na estética-ética dos antimonumentos. Eles abandonam a retórica da “memória escrita em pedra para sempre”, e optam por matérias e rituais mais efêmeros, apostando justamente na força das palavras e dos gestos, mais do que no poder das representações bélicas (generais sobre seus cavalos, tanques e canhões) ou triunfais (arcos do triunfo, altar da nação etc.).

O antimonumento se desenvolve, portanto, em uma era de catástrofes e também de teorização do trauma, com a psicanálise. Ele corresponde a um desejo de recordar de modo ativo o passado (doloroso), mas também leva em conta as dificuldades do “trabalho de luto”. Mais ainda, o antimonumento, que normalmente nasce do desejo de lembrar situações limite, leva em si um duplo mandamento: ele quer recordar, mas sabe tanto que é impossível uma memória total do fato, como também o quanto é dolorosa essa

¹ Agradeço a Ariani Bueno Sudatti por me lembrar dessa importante passagem de Hanah Arendt.

recordação. Essa consciência do ser precário da recordação manifesta-se na precariedade tanto dos antimonumentos, como dos testemunhos dessas catástrofes. Estamos falando de obras que trazem em si um misto de memória e de esquecimento, de trabalho de recordação e resistência. São obras esburacadas, mas sem vergonha de revelar seus limites que implicam uma nova arte da memória, um novo entrelaçamento entre palavras e imagens na era pós-heroica. Elie Wiesel, referindo-se à sua obra testemunhal sobre os campos de concentração nazistas escreveu: “Eu não contei algo do meu passado para que vocês o conheçam, mas sim para que saibam que vocês nunca o conhecerão”.

Essa impossibilidade da memória e sua resistência ficou expressada de modo quase lapidar na famosa frase de Adorno, de seu ensaio “Crítica cultural e sociedade”, de 1949: “escrever um poema após Auschwitz é um ato bárbaro, e isso corrói até mesmo o conhecimento de por que hoje se tornou impossível escrever poemas” (“nach Auschwitz ein Gedicht zu schreiben, ist barbarisch, und das frißt auch die Erkenntnis an, die ausspricht, warum es unmöglich ward, heute Gedichte zu schreiben”, ADORNO, 1976, p. 26; cf. SELIGMANN-SILVA,, 2003). Podemos pensar tanto o testemunho como o antimonumento, como práticas dessa escritura rasurada *avant la lettre*. Essa rasura se expressa de muitas maneiras e não só no “ser esburacado” dessas manifestações simbólicas. Devemos lembrar que existe algo como uma tendência à *literalidade* nas tentativas de inscrição da memória do trauma. Ernst Simmel, autor de *Kriegsneurosen und psychisches*

Trauma (1918), descreveu o trauma de guerra com uma fórmula que deixa clara a relação entre técnica, trauma, violência e o registro de imagens: “A luz do flash do terror cunha/estampa uma impressão/cópia fotograficamente exata” (“Das Blitzlicht des Schreckens prägt einen photographisch genauen Abdruck”, apud ASSMANN, 1999, p. 157 e 247) Essa literalidade, no entanto, impede o fluxo da simbolização. O testemunho e o antimonumento procuram quebrar essa literalidade e abrir um espaço para a simbolização.

Jochen Gerz é, sem dúvida, um dos artistas mais interessantes na atualidade, quando se trata de pensar sobre a nossa cultura da memória. Sua arte lida, há anos, com a história recente da Europa, sendo que, pelo fato de ser alemão, nascido em Berlim em 1940, a centralidade do passado nazista na sua temática não deve causar surpresa. Outra característica que faz desse artista um exemplo particularmente representativo da cena artística atual é a sua relação com a literatura e com a filosofia. Gerz não apenas estudou essas disciplinas, mas incorpora no seu trabalho textos e muitas vezes o próprio gesto da escritura. Ele escreve com textos e imagens². Essas, muitas vezes são imagens fotográficas e o dispositivo fotográfico também é central na arte da memória, na medida em que a fotografia é pensada, como o próprio Gerz afirma, como uma *escritura visual*

² “Para escrever eu necessito de imagens, assim como mostrou-se que, para que eu tivesse minhas imagens, preciso de textos. Não posso imaginar um sem o outro.” (GERZ, 1995, p. 125)

(MESNARD, 2000, p. 80); um conjunto de traços deixados pela luminosidade do “real”, cuja apresentação — e não representação — está nortear a obra desse autor³.

Nesse aspecto, sua arte se desdobra normalmente no contexto de projetos que envolvem discussões com seus estudantes e com a comunidade, pesquisas, coleta de informações, de tal modo que muitas vezes a obra “em si” ou o resultado final é o menos importante. Gerz é um crítico, não apenas da temporalidade aparentemente eterna das obras de arte tradicionais – auráticas – e do elemento consolador que a identificação com essa pseudo-imortalidade traz, mas também é um opositor da instituição museológica tradicional.

Lembro, nesse sentido, que uma de suas obras, “Exit/ Materialien zum Dachau-Projekt” (“Exit/ Materiais para o Projeto Dachau”, 1972), é baseada nas fotos que fez em museus: fotos não de obras de arte, mas de placas como “Exit”, “silêncio”, “proibido fumar” etc. Gerz (1995, p. 34) se revolta contra a instituição museológica que faz com que respondamos de modo mecânico ao ritual do culto das obras: nas suas palavras, no museu somos “vítimas do passado”. No sentido oposto ao da musealização enquanto embalsamento do passado, Gerz pratica uma arte que quer encenar os processos de embalsamento desse passado: ele visa

³ Nesse sentido, é sempre bom recordar a teoria e as obras fotográficas de Moholy-Nagy, sobretudo de seus fotogramas que representam uma suma do dispositivo fotográfico como escritura luminosa: objetos deixados sobre o papel fotográfico eram expostos à luz. A fotografia não é nada mais que a marca do corpo deixada no papel.

reatualizar esses processos de recalque e enterramento do passado — encriptamento, diríamos com o psicanalista Nicolas Abraham —, particularmente dos eventos que não podem ser acomodados na falsa continuidade do histórico. Daí a necessidade de se romper (seguindo as vanguardas “clássicas”) com as paredes do museu tradicional, historicista, e partir para o domínio do espaço público. Daí também o *desaparecimento* e a *invisibilidade* estarem no centro da sua poética: ao invés do paradigma romântico do Pigmaleão, ou seja, do artista como alguém que deveria dar vida à sua obra, Gerz, ao encenar o desaparecimento, não apenas está reafirmando a arte como algo além de toda ilusão, mas tornando-a eminentemente política.

A política da memória, no sentido mais nobre dessa expressão, pode ser lida, por exemplo, no seu famoso antimonumento contra o fascismo, feito junto com sua esposa, Esther Shalev-Gerz em Harburg. Esse monumento era basicamente um “obelisco” de 12 metros de altura, quadrado, com um metro de cada lado, recoberto de chumbo. Cinzeis estavam presos à obra e os espectadores eram convidados a escrever seus nomes sobre ela, numa forma de coletivização do trabalho do artista e de comprometimento com o tema. Quando a superfície estava totalmente cheia de inscrições, o monumento era enterrado na profundidade de dois metros e uma nova superfície lisa ficava acessível para as assinaturas.

Por fim, em 1993, os dois últimos metros foram finalmente soterrados e o antimonumento sumiu. Hoje, ele existe como uma coluna embaixo da terra: as assinaturas,

palavras antifascistas, mas também nazistas — até os tiros que a obra recebeu — tudo encontra-se enterrado. Essa obra agora é como os nossos passados, que sempre estão ausentes e de certa forma também estão *enterrados* na nossa memória. Mas, até hoje, perdura a discussão sobre esse trabalho, que funciona como um potente catalisador de reflexões sobre os dispositivos mnemônicos. A superfície do chumbo é particularmente interessante no nosso contexto: não apenas porque esse é o metal saturnino, e Saturno é o planeta que rege os melancólicos, em termos freudianos, aqueles que *incorporaram* um passado que não pode ser enlutado (FREUD, 1975, v. 3), mas também porque encena a própria memória enquanto tablete de cera. Gerz ficou fascinado com o fato de que não podemos apagar completamente as inscrições no chumbo. Podemos apenas rasurá-las ou escrever por cima delas.

Assim, não existe a possibilidade do apagamento inocente, anônimo. A coluna funciona como uma espécie de bloco mágico freudiano (Ibid.) defeituoso, sem o dispositivo de apagamento das marcas na superfície e onde as camadas do palimpsesto acabam por anular toda possibilidade de inscrição e leitura, ao menos no sentido tradicional dessas atividades, ou seja, dentro da nossa visão alfabética de escritura como uma sucessão lógica de fonemas e lexemas. A escritura torna-se puro traçamento e espaçamento: como as inscrições no nosso próprio inconsciente. Também esse elemento meta ou pré-semântico da escritura nesse “obelisco” não deixa de mimetizar a nossa (im)possibilidade de dar um sentido para o

passado fascista. Essa *mimesis*, no entanto, não se reduz na obra de Gerz a um movimento reflexo: antes, ao encenar o movimento de encriptamento do passado ele permite uma reflexão sobre esse processo. Ao invés de uma figurabilidade, que tornaria o passado legível — como ocorre, por exemplo, em algumas obras de ficção sobre a Shoah (SELIGMANN-SILVA, 2000) —, Gerz apela para uma superliteralidade que violenta nossos hábitos e nossa inércia que nos leva a não olhar para nossos passados encapsulados, assim como não olhamos para os enormes monumentos do século XIX nos centros de nossas cidades (os quais Freud, com razão, comparou aos sintomas de um histérico).⁴ De resto, Gertz chamou sua obra contra o fascismo de *Mahnmal* (termo

⁴ Gerz, assim como, de um modo geral, os artistas que lidam com as catástrofes do século XX, sabem que a história não pode ser mais facilmente decantada em “imagens artísticas”. Existe a possibilidade de simplesmente mimetizar as “imagens traumáticas”, de repetir mecanicamente essas imagens que se fixaram na nossa “memória coletiva”. A questão é conseguir sair desse registro da mera repetição (que vemos, por exemplo, na arte dos anos 1960 de um Andy Warhol). A traduzibilidade entre fatos, imagens e palavras, que antes era pressuposta pela arte da memória clássica, deixa de ser aceita como algo automático. Cabe ao artista buscar uma solução para dar conta desse passado que não se deixa capturar nas imagens, gêneros e práticas artísticas herdadas. Assim como o literato que se volta para as catástrofes deve buscar o “tom correto” para lidar com esse passado, cada artista busca um dispositivo que abra acesso para o seu “trabalho de memória” (que envolve sempre uma “desmemória”, uma descristalização das criptas). No caso de Gerz, ele costuma encenar a própria mecânica do recalçamento; outros artistas optam pela metáfora fotográfica, outros ainda, pela poética do acúmulo de ruínas, de traços e documentos do passado, ou mesmo de “restos” dos mortos, sendo que o museu de Auschwitz com suas pilhas de malas, sapatos e cabelos é paradigmático nesse sentido.

derivado de admoestação) e não de *Denkmal* (monumento): enquanto para ele este último estaria ligado a uma comemoração de um passado positivo, o *Mahnmal* volta-se para uma herança pesada, negativa (GERZ, 1996, 147) assim como suas obras e a arte da memória contemporânea — são negativos da nossa *cultura da amnésia* e constituem jogos onde é possível virar ao avesso o *Unheimlich* (o estranho/sinistro), revelando seu outro lado, a outra face da sua moeda, o familiar (nosso passado) que está dentro de nós e nos é estranho⁵.

Uma outra obra de Gerz que pode ser posta ao lado desse antimonumento é o seu trabalho intitulado “2146 Steine, Mahnmal gegen Rassismus” (“2146 Pedras, Memorial contra o racismo”) de 1993, que realizou em Saarbrücken. Essa obra foi o resultado de um trabalho com os alunos da escola de artes dessa cidade e se iniciou de um modo inusitado, como uma atividade noturna, na qual eles retiravam as pedras de pavimentação ao lado do castelo onde se encontra atualmente o parlamento estadual. As pedras eram substituídas na calada da noite por outras similares. Após a inscrição do nome de um dos 2146 cemitérios judaicos da Alemanha embaixo de cada pedra, ela era devolvida ao seu lugar. Um dos pontos curiosos nesse projeto é que ele envolveu o levantamento — inédito — de todos os cemitérios judaicos da Alemanha, cadastramento

⁵ Cf. as suas palavras: “Eu não estou do lado dos construtores de monumento e dos fabricantes de ícones. É quase um insulto me dizer que faço monumentos. Eu faço tudo que pode ser feito para que não se faça isso. São dispositivos tudo, menos isso” (MESNARD, 2000, p. 89).

realizado com a consulta a todas as organizações judaicas locais do país. Sem contar, é claro, com a própria idéia de realizar uma obra que novamente “des-obra” nosso processo de enterramento do passado. O antimonumento existe apenas devido às discussões que existiram e persistem em torno dele — como nosso passado “desaparecido” também só existe no presente. Conforme Gerz afirmou em uma entrevista: “A memória não pode ter nenhum lugar fora de nós. O trabalho trata apenas disso” (GERZ, 1995, p. 157). Ele recorda, ainda, ao falar dessa obra que *Steinpflaster*, pedras de pavimentação, tem um duplo sentido em alemão: *Pflaster* significa tanto pedra, como também curativo, *Wundpflaster*, curativo de uma ferida: palavra essa que remete justamente à etimologia grega do termo trauma. A obra reabre a cicatriz do passado, mas também a possibilidade de sua aproximação e libertação da cripta que condenava o passado a morar na área enfeitiçada e proibida do tabu e, desse local, comandava nossas reações mecânicas, nosso *Agieren* (*acting-out*), que estava o lugar da recordação.

No nosso contexto, poderíamos recordar ainda duas outras obras de Gerz: o seu “Questionário de Bremen 1995” e o “Monument vivant” de Biron, de 1996. Em ambas as obras, novamente, interveio o questionário: em Bremen, Gerz propôs a seus cerca de 50.000 habitantes três perguntas: “O que para você é tão importante a ponto que queira ver realizado no espaço público?”, “Você acha que com os meios da arte contemporânea isso pode ser realizado?” e: “Você gostaria de estar pessoalmente implicado na realização desse trabalho?”

(MESNARD, 2000, p. 84). O resultado desse questionário e da discussão que se seguiu a ele não foi a construção de nenhuma das desejadas obras: Gerz inscreveu o nome de todos os autores da obra — a saber: da discussão — em uma placa que foi posta em um “canto” que ele implantou em uma ponte de Bremen. Olhando essa obra cada um poderia se recordar de seu projeto.

Já em Biron, uma pequena cidade francesa marcada pelas duas guerras mundiais, Gerz recebeu a encomenda de fazer uma obra para substituir o antigo obelisco aos mortos da cidade, que estava quebrado. Contudo, ao invés de substituí-lo, o artista novamente realizou um questionário envolvendo toda população no qual perguntava o que seria para os habitantes de Biron tão importante a ponto de valer pôr em risco as suas próprias vidas. As respostas foram posteriormente gravadas de modo fragmentário e anônimo (num espaço equivalente a sete linhas para cada uma), em plaquetas que foram fixadas no obelisco e no seu pedestal. A ideia é que esse “monumento” continue em perpétuo devir. Gerz não apenas integrou o monumento antigo na cidade, mas o próprio processo de recordação. “Nós apenas nos recordamos daquilo que nós nos esquecemos” (GERZ, 1996, p. 9), afirma o artista. Nas suas obras, essa arte da memória dá continuidade à antiga mnemotécnica, ao entrelaçar o culto dos mortos, a escritura verbal e visual e o procedimento de fazer “listas” de nomes. “No final das contas, tudo que fica são listas, *listings*” (GERZ, 1995, p. 154), disse ele também.

Gostaria ainda de tratar da arte da memória de outros artistas contemporâneos como Naomi Tereza Salmon, Christian Boltanski, Cindy Sherman, Horst Hoheisel, Andreas Knitz, Rosângela Rennó, Marcelo Brodsky, Micha Ullman, Anselm Kiefer e Daniel Libeskind. Cada um deles desenvolveu uma poética própria, onde a memória desempenha um papel de pólo aglutinador e as artes fazem jus ao fato de serem filhas de Mnemosine. Nas obras desses autores — que não posso tratar aqui por uma questão de espaço —, algumas das principais características da arte da memória contemporânea vêm à tona.

As exposições que aconteceram em São Paulo no segundo semestre de 2003, dos artistas Horst Hoheisel, Andreas Knitz (ambos de Kassel), Marcelo Brodsky (de Buenos Aires) e Fulvia Molina (de São Paulo) deixam claro em que medida uma nova arte da memória finca pé na cena internacional (e local). Nas duas exposições, a “Pássaro Livre/Vogelfrei” (apresentada no Octógono da Pinacoteca) e a “MemoriAntonia” (exposta no Centro Cultural Maria Antônia da USP), observamos metamorfoses do tempo e de histórias catastróficas de um passado recente decantar-se em imagens que pedem para ser lidas e em vozes que querem ser escutadas. Nas duas exposições, os artistas conseguiram também estabelecer canais comunicantes entre temporalidades e espaços que um tratamento historiográfico tradicional apenas com muita dificuldade conseguiria reunir.

Observemos, primeiro, a instalação do Octógono. No centro deste espaço panóptico, Horst Hoheisel e Andréas

Knitz construíram em escala 1:1 uma cópia do portal do Presídio Tiradentes (portal este que permanece preservado, a poucos metros da Pinacoteca, como única lembrança daquele prédio que foi demolido em 1973). Este portal, no entanto, não foi construído em pedra, mas sim na forma de uma gaiola. A ruína do presídio é citada pelos artistas e metamorfoseada em prisão. O portal, local de passagem, por onde inúmeros prisioneiros entraram e eventualmente saíram, foi transformado em uma alegoria para representar todo o prédio, que ele representa *pars pro toto*. Durante a exposição, esse portal-prisão serviu de abrigo para doze pombos que, depois de iniciada a mostra, a cada fim de semana, foram sendo libertados.

Vogelfrei é um título ambíguo e impossível de ser traduzido, de passar de uma língua para outra, de circular de um local cultural para outro. Em alemão, de fato temos os termos “pássaro-livre” embutidos no vocábulo (*Vogel-frei*) e na exposição podíamos assistir de modo concreto à libertação dos pássaros. Mas o termo significa em alemão, antes de mais nada, “proscrito”: alguém que foi decretado “vogelfrei”, que teve sua própria cabeça posta a prêmio, ele é considerado *fora da lei*. O Presídio Tiradentes, que os artistas resolveram retirar do esquecimento em que se encontrava, ruína “invisível” na Avenida Tiradentes, que poucos reconheciam na sua historicidade, é justamente aquele que abrigou durante os anos mais duros da ditadura militar centenas de presos políticos. Pessoas que da noite para o dia foram transformadas em “foras da lei”: porque um governo “de

exceção” havia se instalado e se arvorou no direito de perseguir de modo brutal todos seus inimigos.

A obra em questão (que como a arte de um Duchamp é composta por um conjunto de imagens em tensão com seu título-lema) faz lembrar que a lei depende de modo essencial de sua relação com as instituições penitenciárias. A lei tem como uma de suas portas a entrada da prisão: pois ela está subordinada à possibilidade do Estado de exceção. O Estado de exceção é justamente uma criação legal que, paradoxalmente, autoriza que o poder político estabelecido suspenda *in toto* a Lei das leis, ou seja, a própria Constituição de um país. Assim, o chamado “poder soberano” é uma autoridade também ela dentro e, ao mesmo tempo, *fora da lei*, por isso não passível de ser encarcerada, mas sim de criar leis, encarcerar e sacrificar o outro, decidindo não apenas sobre a ordem que subsiste em caso extremo de emergência, mas também sobre as ações que devem ser tomadas para superar a situação política instaurada. A figura da lei que bane, proscree, nunca foi tão reatualizada como ao longo da história do século XX. Esse portal em forma de prisão lembra, não por acaso, um outro proscrito que nasceu da pena de um dos escritores que melhor compreendeu esta verdade política da instituição jurídica: refiro-me ao Kafka autor do romance *O Processo* e da pequena narrativa “Vor dem Gesetz”, “Diante da lei”.

Esta narrativa, de apenas duas páginas, concentra tudo o que a lei possui de misteriosamente perverso: ela conta a história de um homem do campo que quer “entrar na lei”.

Mas ocorre que “diante da lei está um porteiro”. O homem passa toda sua vida querendo ali adentrar e o porteiro não lhe cede passagem. No final, quando o homem já moribundo pergunta porque em todos aqueles anos de espera ninguém mais apareceu para entrar na lei, o porteiro lhe responde: “Aqui ninguém mais poderia receber a permissão para entrar, pois esta entrada estava destinada apenas a você. Agora eu vou embora e fecho-a.”

A lei já traz em si a capacidade de gerar a “exceção”, ela não pode depender de exemplos, de fatos, de pessoas, e esta autonomia é a garantia de sua capacidade de proscrever, de banir. No caso radical da ditadura brasileira – quando até “decretos secretos” nós tínhamos – o Presídio Tiradentes representou de modo simbólico a barbárie instituída pelo poder. O prédio havia sido construído em 1850, para servir como depósito de escravos. Pouco mais de um século depois, se prestou para aprisionar os perseguidos políticos, bem como para se praticar a tortura em prisioneiros comuns, como lemos em relatos de presos políticos que por lá passaram.⁶ As prisões políticas daquele período eram divididas entre as instituições de interrogatório (OBAN, DOI/CODI, CENIMAR, DEOPS, etc.) e as de reclusão, como era o caso do Presídio Tiradentes (GORENDER, 1987, p. 220). Ali chegaram a conviver mais de 400 prisioneiros políticos nas piores

⁶ Cf. o texto fundamental de Jacob Gorender (1987, p. 215-225), bem como o volume muito bem documentado de Alípio Freire, Izaias Almada e J. A. de Granville Ponce, s.d.

condições carcerárias imagináveis (ou inimagináveis), com direito apenas ao “banho de sol” de duas horas por semana, em celas superlotadas, imundas, úmidas, trancadas todo o tempo.

Alípio Freire, que ali foi também permaneceu aprisionado, já que perseguido pelo Regime militar, foi quem soltou o primeiro dos pombos da gaiola do Octógono. Pensar este ato como literalizando o termo *Vogelfrei*, proscrição, desloca-o para um campo bem longe do aparente gesto estereotipado de paz. Nesse dia também, Alípio levou os ali presentes por uma viagem ao passado tenebroso das perseguições e “desaparecimentos”: nas paredes do Octógono foram afixadas pequenas fotos policias com os retratos de muitos dos perseguidos políticos que passaram pelo presídio. Alípio recordou os nomes e alguns momentos característicos das histórias destes combatentes. Neste ato de memória, a “transparência” da pedra do portal da Avenida Tiradentes (ou seja, a invisibilidade desse monumento) tornou-se opaca. A história ganhou novamente densidade e peso. Essa obra de Horst Hoheisel e Andreas Knitz nos faz abrir os olhos para um passado que resistimos a olhar.

As obras destes mesmos artistas, ao lado das do fotógrafo e artista portenho Marcelo Brodsky e da artista Fulvia Molina, expostas no Centro Cultural Maria Antonia, desdobraram esta poética – ética – da memória. Na sala com as obras de Horst Hoheisel víamos duas escrivaninhas, com abajures e duas cadeiras de escritório. Entre elas, uma tela e um *banner*. Na primeira, os abajures estavam voltados para a

parede, formando dois círculos focando sobre dois exemplares da *Estética* de Hegel perfurados cada um por um tiro. Em um monitor víamos a cena da “execução” dos livros. Uma lupa sobre o orifício de um dos livros permitia ler a palavras “sehen”, “ver”. Já na outra escrivaninha um livro também perfurado por bala encontrava-se na gaveta aberta: Norbert Haase, *Das Reichskriegsgericht und der Widerstand gegen die Nationalsozialistische Herrschaft (O tribunal marcial superior e a resistência contra o domínio nazista)* e uma folha de papel continha a frase “Deutscher Widerstad”, “resistência alemã”⁷.

As duas obras retratam a violência contra livros: uma referência explícita ao contexto da exposição: o prédio da Maria Antônia com a memória das lutas de *resistência* contra o regime militar brasileiro, bem como às perseguições nazistas aos intelectuais e às queimas de livros. O deslocamento pela cultura alemã e suas referências históricas e culturais geram tanto um desnorteamento como uma resistência também, ao expor livros perfurados com balas. Além disso, pode desencadear um diálogo entre diferentes memórias da barbárie. Na tela entre as escrivaninhas, via-se a projeção de uma cena manipulada no computador da área central de Berlim, com o Portal de Brandemburgo que, aos poucos, vai desaparecendo. Trata-se de uma concretização midiática da proposta que Hosrt Hoheisel fizera durante o

⁷ Esta obra de Hoheisel encontra-se no Gedenkstätte Deutscher Widerstand em Berlim e foi emprestada para essa exposição.

concurso em 1993/94 para um memorial que lembra do assassinato dos judeus europeus no Holocausto e que foi construído ao lado do Portal de Brandenburgo. Como lemos no *banner*, Hoheisel propôs a explosão do portal (símbolo da unidade nacional alemã: outro *portal da lei*, portanto, que representa a *constituição* da nação) seguido pela dispersão do pó no terreno previsto para o memorial. Hoheisel propôs, na verdade, um antimonumento: uma *ação de literalização* dos assassinatos e do desaparecimento dos cadáveres judeus nos fornos crematórios.

Na sala com as obras de Marcelo Brodsky, podíamos ver uma documentação fotográfica e em vídeo que ele fez da sua intervenção na “Coluna com o portador de tocha” na beira do Maschsee, em Hannover. Brodsky, em uma ocasião, quando acabara a montagem de sua conhecida exposição “Buena Memória”, no famoso Sprengel Museu de Hannover, percebeu que distando apenas 50 metros do museu, encontrava-se aquela coluna conhecida como o “Fackelträger am Maschsee” (Portador de tocha no lago Masch) de autoria do escultor Hermann Scheuerstuhl (que, como o mais conhecido artista Arno Breker, atuou durante o governo nazista). Sobre uma coluna de 15 metros, um jovem atleta segura uma tocha na sua mão esquerda e a direita faz um gesto que lembra uma saudação nazista. A obra foi feita em 1936, como um marco comemorativo das Olimpíadas de Berlim, do mesmo ano. Brodsky decidiu então realizar uma intervenção no monumento fascista que ele denominou de “Imagens contra a ignorância”: ou seja, contra a indiferença da

população de Hannover em relação àquele marco histórico e a favor do não esquecimento do seu significado.

Também nesta intervenção, a poética do antimonumento se explicita. Como o artista Christo já o mostrou, uma estratégia eficaz para abrir nossos olhos em direção a um passado que se encontra “encriptado” em enormes “monumentos invisíveis” é justamente encobri-los novamente. Marcelo cobriu a águia do Terceiro Reich que estava na base da coluna com uma persiana. Quando fechada, essa persiana como que citava a obra “Quadro preto sobre fundo branco” de Kasimir Malevitch, que se encontra no Sprengel. Em sua base, se lia: “Nie wieder, nunca más”. Em outras duas faces da coluna ele afixou dois enormes *banners* com fotos suas de duas placas-memorais: uma delas em Berlim, com o dizer “Orte des Schreckens, die wir niemals vergessen dürfen” (“Locais do terror dos quais nós nunca devemos nos esquecer”) seguido da lista de campos de extermínio e de concentração nazistas. A memória é tratada aqui como uma lei: “não esqueceréis”.

Já a outra placa, é de formato idêntico e se encontra em Buenos Aires, exibindo os dizeres: “Lugares de Memória que no debemos olvidar jamás”, seguido da lista dos “campos” argentinos onde prisioneiros políticos foram torturados, presos ou “desaparecidos”. O trabalho de memória de Marcelo — apoiado pelo Museu Sprengel e pela prefeitura — foi tão efetivo que não apenas levantou um debate sobre este e outros monumentos alemães da era nazista, como também despertou o ímpeto destrutivo daqueles que querem cultivar a

memória *positiva* daquele passado. Assim, a instalação de Brodsky foi atacada duas vezes ao longo do período de dois meses e meio em que ficou montada. Segundo a polícia, a possível participação de neonazistas nos ataques “não deveria ser descartada”.

Ainda na mesma sala com as obras de Marcelo Brodsky, podia-se ver trabalhos fotográficos de uma outra mostra sua, a exposição “Buena memória”, que estava representada com fotos de seus colegas do Colégio Nacional de Buenos Aires. Estas fotos apresentam jovens da turma de Marcelo, sendo que alguns deles foram depois vítimas da política de “desaparecimento” perpetrada pela ditadura, assim como o próprio irmão de Brodsky o foi. Ocorre que estas fotos apresentadas são, na verdade, fotografias de fotografias: naquelas em preto e branco, dos anos 1970, vemos refletidos no vidro protetor rostos em cores de jovens argentinos que nos anos 1990 contemplavam estas fotos-documento e que se misturam com as faces do passado. Novamente, Marcelo trabalha não apenas com o dispositivo fotográfico e mnemônico da cópia e da repetição, da inscrição do passado em camadas sobre o papel fotográfico, mas também com o fenômeno topográfico da “telescopagem”: o engavetamento de diferentes temporalidades em um mesmo espaço.

Assim como a memória só existe no presente, o artista trabalha com a multiplicidade de tempos e gerações

envolvidos no seu trabalho. Da exposição de Brodsky Nexo⁸ víamos ainda as fotos de livros que haviam sido enterrados durante a ditadura Argentina na casa de Nélide Valdez e Oscar Elissamburu, em Mar Del Plata. Estas obras desenterradas aparecem sobre a terra e desgastadas pela umidade. Entre elas, o volume *Condenados de la terra*, de Franz Fanon, faz lembrar de outros lugares de memória, das lutas anti-colonialistas, mas também, com seu nome, leva a pensar nestes livros que foram condenados a ficar sob a terra, em um esquecimento imposto. Esses livros ficaram em uma tumba, sendo que, ao mesmo tempo, o sepultamento foi negado aos mais de 30.000 desaparecidos durante o regime militar argentino.

A sala maior da exposição estava ocupada com a memória do prédio da Maria Antônia da Faculdade de Filosofia da USP referente à época da resistência contra a ditadura. Estavam reunidos ali, pedaços do prédio anexo que funcionou durante muitos anos — após a transferência da Faculdade para o Campus no Butantã — como administração do sistema carcerário paulista: janelas, uma latrina com tampa e a pátina de uma densa camada de pó, excremento e penas de pombo, fotografias de Marcelo Brodsky, destes mesmos

⁸ Cf. os dois catálogos Marcelo Brodsky, 1997 e 2001, onde o leitor pode se informar sobre suas múltiplas produções, entre as quais suas obras em torno das ruínas da AMIA (a Asociación Mutua Israelita Argentina da rua Pasteur em Buenos Aires, que sofreu o atentado terrorista em 18 de julho de 1994, deixando 84 mortos), bem como seu engajamento na construção do “Parque de la Memoria” em Buenos Aires.

escombros, quando estavam ainda no prédio anexo, antes de terem sido “salvos” pelos artistas Horst Hoheisel e Andreas Knitz.

Estes fragmentos mencionados lançavam os visitantes em um campo de ruínas onde esses cacos solicitavam um sentido impossível de lhes ser atribuído. A operação que se levava a cabo naquela sala era justamente a recuperação de um passado “amputado”, legado pela ditadura em forma de torso. Os artistas se propuseram a fazê-lo reviver, a juntar os cacos: a dar uma face e uma voz a um passado traumático, difícil de representar, mas que proclama por um espaço e solicita um diálogo.

Fulvia Molina construiu cilindros de dimensões humanas com as fotos dos estudantes assassinados durante as lutas em 1968. Ela também realizou uma série de entrevistas com os participantes do movimento estudantil dos anos 1960 (sendo que ela mesma integrava o movimento). Em meio a sua pesquisa, descobriu uma lista com mais de 300 assinaturas de participantes de uma assembleia de 1966. Esse documento também foi exposto em uma vitrine horizontal e reproduzido e sobreposto às fotos dos cilindros: construindo hieróglifos da memória, mistos de imagem e texto. Próximo dos cilindros uma série de vídeos apresentavam as entrevistas das lutas anti-ditadura e, a poucos passos dos monitores, um fone de ouvido permitia aos visitantes escutar a cada uma das falas. Ao entrar na sala vazia, o visitante encontrava-a totalmente escura, apenas com um monitor ligado ao fundo, transmitindo *live*, o trabalho de renovação do

prédio anexo. Na medida em que ele se deslocava pelas vitrines — que também continham material jornalístico sobre a história da repressão aos alunos da Maria Antonia — as luzes iam se acendendo e iluminavam apenas o local mais próximo ao visitante: uma verdadeira metáfora do trabalho de arqueologia da memória, como sempre, calcado no local e no solo do presente.

Como aprendemos com a teoria da memória de Walter Benjamin, nossa relação com o passado pode ser comparada a um trabalho de recolher os destroços da história (que seria para ele uma única catástrofe), as ruínas, em parte soterradas, que guardam o esquecido. Aquele que recorda se choca com o segredo que o esquecido encerrava. “Talvez o que [...] faça [o esquecido] tão carregado e prenhe” — afirmou ele no seu livro *Infância em Berlim* — “não seja outra coisa que o vestígio de hábitos perdidos, nos quais já não poderíamos nos encontrar. Talvez seja a mistura com a poeira de nossas moradas demolidas o segredo que o faz sobreviver” (BENJAMIN, 1987, p. 105). As obras dos artistas que aqui apresentamos nos levam pelos caminhos da arqueologia da memória em cujas paisagens reconhecemos, misturadas, ora mais claras, ora mais embaçadas pelo tempo, imagens que nos espantam na mesma medida em que clamam por justiça. Cabe a nós saber dar continuidade a este trabalho de expor a céu aberto o que o esquecimento e a injustiça cuidaram de ocultar e tornar “invisível”.

Referências

ADORNO, Th. *Prismen. Kulturkritik und Gesellschaft*, Frankfurt a. M.: Suhrkamp., 1976.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1982

ARISTÓTELES. **On the soul, Parva Naturalia, on breath**, trad. W.S. Hett. Cambridge (Mass.)/ London: Harvard UP, 1957.

ASSMANN. Aleida, **Erinnerungsräume**. Formen und Wandlungen des kulturellen Gedächtnisses. München: C.H. Beck, 1999. (**Espaços da recordação**, tradução Paulo Soethe, Campinas, Editora da UNICAMP, 2012)

BENJAMIN, Walter. Fragmentos preparatórios para “Über den Begriff der Geschichte”. **Gesammelte Schriften**. In: Frankfurt a.M.: Suhrkamp. v. 1, 1974.

BENJAMIN, Walter. **Obras Escolhidas II: Rua de Mão única**, trad. R.R. Torres Filho e J. Barbosa, São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRODSKY, Marcelo. **Buen memoria**. Un ensayo fotográfico de Marcelo Brodsky. Roma: 2000.

BRODSKY, Marcelo. **Nexo**. Un ensayo fotográfico. Buenos Aires: La Marca, 2001.

ECO, U. **Ars obliuionalis**. Sulla difficoltà di costruire un’ars obliuionalis. In: **Kos** 30:40-53 (Ingl.: “An ars obliuionalis? Forget it!”). In: *PMLA*, 103: p. 254-261.)

FREIRE, Alipio; ALMADA, Izaias; PONCE, J. A. de Granville. **Tiradentes, um presídio da Ditadura**: Memórias de Presos Políticos. São Paulo: Scipione, s.d.

FREUD, S. “Das Unheimlich”. In: **Freud-Studieausgabe**. V. 4

Frankfurt/M.: Fischer Verlag, 1970.

FREUD, S. Erinnern, Wiederholen und Durcharbeiten. In: **Freud-Studieausgabe**. Frankfurt/M.: Fischer Verlag, 1975. Ergänzungsband, p. 205-215.

FREUD, S. Notiz über den Wunderblock. In: **Freud-Studieausgabe**. Frankfurt/M.: Fischer Verlag, 1975, v. 3, p.363-369.

FREUD, S. Trauer und Melancholie. In: **Freud-Studieausgabe**, Frankfurt/M.: Fischer Verlag, 1975. v.3, p. 193-212.

FREUD, S. Totem und Tabu. In: **Freud-Studieausgabe**. Frankfurt/M.: Fischer Verlag, 1974. v. 9, p. 285-444.

GERZ, Jochen. **Gegenwart der Kunst. Interviews (1970-1995)**. Regensburg: Lindinger + Schid Verlag, 1995.

GERZ, Jochen. **La question secrète**. Biron. Arles: Actes du Sud, 1996.

GORENDER, Jacob. **Combate pelas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

HOHEISEL Horst, KNITZ, Andreas. **Zermahlene Geschichte**. Kunst als Umweg. Weimar: Thüringisches Hauptstaatsarchiv, 1999.

HOHEISEL, Horst. **Aschrottbrunnen**. Frankfurt/M.: Fritz Bauer Institut, 1998.

MESNARD, Philippe. **Consciences de la Shoah**: critique des discours et des representations. Ed. Kimé, 2000.

MÜLLER, Friedhelm L. **Kritische Gedanken zur antiken Mnemotechnik und zum Auctor ad Herenium**. Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 1996.

PLATÃO. **Teeto e Crátilo**, trad. Carlos Aberto Nunes. Belém:

Universidade Federal do Pará, 1988.

Rhetorica ad Herennium, edição bilíngue, trad. Theodor Nüsslein, Düsseldorf-Zürich: Artemis e Winkler, 1998.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Seuil, 2000. (**A memória, a história, o esquecimento**, trad. Alain François et al., Campinas: Editora da UNICAMP, 2008)

SALMON, Naomi Tereza. **Asservate. Exhibits. Auschwitz, Buchenwald, Yad Vashem**. Frankfurt/M.: Schirn Kunsthalle/Cantz Verlag, 1995.

SELIGMANN-SILVA, Márcio NESTROVSKI, A. (org.). **Catástrofe e Representação**. São Paulo: Escuta, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Adorno**, São Paulo: PubliFolha, 2003.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. “A escritura da memória: mostrar palavras e narrar imagens”, in: **Remate de Males**, Revista do Departamento de Teoria Literária do IEL, UNICAMP, 26.1, janeiro-junho/2006, pp. 31-45. (Dossiê “Literatura como uma arte da memória”)

SIMONDON, Michèle. **La mémoire et l'oubli dans la pensée grecque jusqu'à la fin du Ve siècle avant J.-C.** - Psychologie archaïque, mythes et doctrines. Paris: Les Belles Lettres, 1982.

WEINRICH, Harald. **Lethe. Kunst und Kritik des Vergessens**. München: C.H. Beck, 1997.

YATES, Francis A. **Art of memory**. University of Chicago Press, 1974. (**A arte da Memória**, trad. Flávia Bancher, Campinas: Editora da UNICAMP, 2008)

YOUNG, James. **The texture of memory: holocaust memorials and meaning**. New Haven und London, 1993.

YOUNG, James. **At memory's edge. After-images of the**

holocaust in contemporary art and architecture. New Haven/London: Yale UP, 2000.



Sobre os autores

Aline Vieira de Carvalho

Pesquisadora e Coordenadora do Laboratório de Arqueologia Pública (LAP/NEPAM - Unicamp), professora do programa de pós-graduação em História (IFCH/Unicamp) e professora participante do programa de pós-graduação em Ambiente e Sociedade. Trabalha com a área da Arqueologia Pública, Patrimônio, Memória e Ambiente. Possui o título de doutorado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam/IFCH/Unicamp: 2005- 2009) e mestrado em História Cultural (História/IFCH/ Unicamp: 2003/2005). É graduada em História (1999-2003), também pela Unicamp. É associada ao ICOM, WAC, SAB e ANPUH.

Claudio Guevara

El autor es Magíster en Antropología Social por la Universidad de Uppsala Suecia, actualmente Secretario de Investigación de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, Director del Centro Universitario Marques Miranda de la misma Facultad, teniendo a su cargo la reformulación del museo que se menciona en este trabajo. Es también coordinador del Proyecto CAPES/SPU llevado a cabo por la Maestría en Memoria Social y Patrimonio Cultural, del Instituto de Ciencias Humanas de la Universidad Federal de Pelotas y por la Secretaría de Investigación de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires.

Gabino La Rosa Corzo

Nasceu em Matanzas, Cuba, em 1942. Licenciou-se em História, em 1964, e doutorou-se em arqueologia, em 1994, pela Universidade de Habana. Nessa mesma universidade, atuou como professor e pesquisador, desde 1968, estando, hoje, aposentado. Atualmente, é membro Unión de Escritores y Artistas de Cuba e da Academia de la Historia de Cuba. Realizou dezenas de missões de trabalho e estudo, em Universidades caribenhas e européias. É precursor, no Caribe, dos estudos em arqueologia da escravidão, área na qual possui diversas publicações, em Cuba e no exterior. Desde 2010, tem vindo ao Brasil, e particularmente à UFPel, graças a financiamentos do CNPq.

Joël Candau

Laboratoire d'Anthropologie et de Sociologie "Mémoire, Identité et Cognition Sociale", Université de Nice-Sophia Antipolis.

Kátia Regina Felipini Neves

Mestre em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, Portugal (2012), especialista em Museologia pelo Curso de Especialização em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (2002) e bacharel em Museologia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (1993). É coordenadora do Memorial da Resistência de São Paulo, onde atua desde

agosto de 2008. Atua principalmente nas seguintes áreas: gestão de museus, diagnóstico para implantação e revitalização de instituições museológicas, programação museológica, gerenciamento de acervos e exposições.

Lourdes Domínguez

Nasceu em La Habana, Cuba, em 1936. Licenciada em História e Doutora em Arqueologia pela Universidade de Habana. A partir de 1964, atuou no Departamento de arqueologia da Universidade de Habana, o qual dirigiu durante 6 anos e onde aposentou-se. Realizou missões de estudo e trabalho na antiga URSS, na Smithsonian Institution e, desde 2000, vem todos os anos ao Brasil, como bolsista da FAPESP. Recentemente, em 2008, recebeu o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade de Porto Rico. Realizou dezenas de escavações no Caribe e na Sibéria. Possui dezenas de livros e artigos científicos, publicados em Cuba e no exterior.

Márcio Seligmann-Silva

Doutor pela Universidade Livre de Berlim, pós-doutor por Yale e professor livre-docente de Teoria Literária na UNICAMP. É autor de *Ler o Livro do Mundo* (Iluminuras, 1999), *Adorno* (PubliFolha, 2003), *O Local da Diferença* (Editora 34, 2005), *Para uma crítica da com-paixão* (Lumme Editor, 2009) e *A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno* (Editora Civilização Brasileira, 2009); organizou os volumes *Leituras de Walter Benjamin*: (Annablume/FAPESP, 1999; 2ª. edição 2007), *História, Memória, Literatura: o Testemunho na*

Era das Catástrofes (UNICAMP, 2003) e Palavra e Imagem, Memória e Escritura (Argos, 2006) e coorganizou Catástrofe e Representação (Escuta, 2000).



